

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

CARLOS EDUARDO DE SOUZA

A POLÍTICA NACIONAL DE ESPORTE NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAR O
CONSENSO

JUIZ DE FORA

2011

CARLOS EDUARDO DE SOUZA

A POLÍTICA NACIONAL DE ESPORTE NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAR O
CONSENSO

Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação, no campo de “gestão, políticas públicas e avaliação educacional”, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Educação.

Orientador: Professor Doutor André Silva Martins

JUIZ DE FORA

2011

CARLOS EDUARDO DE SOUZA

**A POLÍTICA NACIONAL DE ESPORTE NO BRASIL
CONTEMPORÂNEO COMO ESTRATÉGIA PARA EDUCAR O
CONSENSO**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. André Silva Martins (orientador)
Programa de Pós-Graduação em Educação, UFJF

Prof. Dr^a Lúcia Maria Wanderley Neves
Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ

Prof. Dr. Rubens Luiz Rodrigues
Programa de Pós-Graduação em Educação, UFJF

Juiz de Fora, 30 de junho de 2011

Dedicatória

Dedico esse estudo a minha família!

Por compartilhar as condições objetivas e subjetivas para que eu possa seguir vivendo,
lutando e acreditando...

Destaco a trajetória de meus avos paternos e maternos: Helena Pereira de Souza (in memória), Nilton de Souza (in memória), Antônia Martins de Souza e Adolfo Antônio de Souza (in memória) que na condição de operários têxteis e trabalhadores rurais no município de São João Nepomuceno – MG – onde nasci, deixaram marcas indeléveis na consciência de seus familiares.

Agradecimentos

Ao meu orientador André Silva Martins, primeiro por acolher meu objeto, segundo por me ensinar pacientemente e cotidianamente que pesquisa se faz com rigor e disciplina e por último, por ser um exemplo de dedicação a universidade pública e ao trabalho docente.

Aos professores Lucia Maria Wanderley Neves, Gaudêncio Frigotto e Rubens Rodrigues pela disponibilidade de participarem da banca.

Ao professor Gaudêncio Frigotto pela forma tão carinhosa e acolhedora que me recebeu no PPFH/UERJ, aonde cursei disciplina isolada.

Aos professores Tiago Barreto Maciel, Flaviana Toledo e em especial Lorene Figueiredo e Leonardo Docena Pina, por terem se colocados, desde o início da pesquisa, sempre dispostos a colaborar, mas, sobretudo pela amizade compartilhada há anos.

Aos professores Álvaro Quelhas, Hajime Nozaki e Carlos Fernando por terem me feito despertar, ainda na graduação, para a importância da compreensão da realidade e o envolvimento com o conhecimento que não seja mera contemplação. Nesse sentido destaco também o GETEMHI.

Aos companheiros do MNCR, núcleo Juiz de Fora: Victória Mello, Rafael Bellei, Tatiane Coimbra, Mônica Jardim, Renata Landim, Tiago Barreto, Priscila Rodrigues, Natália Canedo, Graziany Dias e Cristiana de Paula.

A minha turma de mestrado, pelas excelentes discussões que me levaram a uma maior compreensão de meu objeto, em especial, a Cleonice Halfeld detentora de uma humildade impar que me levou, positivamente, a dar grandes saltos pessoais e por ter compartilhado comigo verdadeiras aventuras que fez crescer uma duradoura e sincera amizade.

Aos amigos (as) do NETEC: Camila, Paula Carpanez, Lúcia, Poliana, Thalita, Raiza, Thaylla, Paula Fernandes, Jeronimo, Adriane.

Aos amigos da FACED e PPGE os quais tive o prazer de dividir tarefas de trabalho: Getúlio, Cida, Wesclei, Valmir, Alexandre, Madalena, Cleia.

Aos amigos que mesmo distante das discussões que envolveram meu objeto, fez e fazem parte de meu amadurecimento pessoal e acadêmico.

E por último, aos trabalhadores do mundo inteiro, que além de prover toda riqueza material que necessitamos para a vida, carregam a tarefa histórica de fazer avançar a consciência de toda a humanidade.

Mas o uso da força de trabalho, o trabalho, é a própria atividade vital do trabalhador, a manifestação de sua própria vida. E ele vende essa atividade a outra pessoa para conseguir os meios de subsistência necessários. Assim, sua atividade é para ele apenas um meio que lhe permite existir. Ele trabalha para viver. Não considera nem mesmo o trabalho como parte de sua vida, é antes o sacrifício de sua vida. É uma mercadoria, que ele transferiu a outro. Daí, também, não ser o produto de sua atividade o objeto dessa atividade. O que ele produz para si mesmo não é a seda que tece, nem o ouro que arranca do fundo da mina, nem o palácio que constrói. O que ele produz para si são os salários, e a seda, o ouro e o palácio se resolvem, para ele, numa quantidade definida dos meios de subsistência, talvez num paletó de algodão, algumas moedas de cobre e um quarto no porão. E o trabalhador, que durante doze horas tece, fura, drila, constrói, quebra pedras, carrega pesos etc., considera essas doze horas como uma manifestação de sua vida, como vida? Ao contrário, a vida começa para ele quando essa atividade cessa; começa na mesa, no bar, na cama. As doze horas de trabalho, por outro lado, não têm significado para ele como tecelagem, mineração etc., mas como ganho, que o leva à mesa, ao bar, à cama. Se o bicho-da-seda tivesse de tecer para continuar sua existência como lagarta, seria um trabalhador assalariado completo.

Karl Marx - Trabalho assalariado e capital.

LISTA DE SIGLAS

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
ABRIESP – Associação Brasileira da Indústria do Esporte.
ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.
ASMEL - Associação Nacional de Secretários Municipais de Esporte e Lazer
BNDE – Banco Nacional do Desenvolvimento
BNB - Banco do Nordeste Do Brasil
BM – Banco Mundial
CNE - Conselho Nacional de Esporte
CPB – Comitê Paraolímpico Brasileiro
CBDE - Confederação Brasileira de Desporto Escolar
CBC - Confederação Brasileira de Clubes
CDMB – Comissão Desportiva Militar do Brasil
COB – Comitê Olímpico brasileiro
CNA – Conselho Nacional de Atletas
CONFED – Conselho Federal de Educação Física
CBCE – Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte
CISM - Conselho Internacional do Esporte Militar
CND - Conselho Nacional de Desporto
CID - Conselho Ibero-Americano do Esporte
CONSUDE - Conselho Sul-Americano do Esporte
CONANDA - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CEDES - Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer
CADE - Conselho Americano do Esporte
CBDU - Confederação Brasileira de Desporto Universitário
CBF – Confederação Brasileira de Futebol
CUT – Central Única dos Trabalhadores
DEM - Democratas
EPT – Esporte para Todos
EUA – Estados Unidos da América
FMJD - Federação Mundial das Juventudes Democráticas

FNP - Frente Nacional de Prefeitos
FIFA- Federação Internacional de Futebol
FMI – Fundo Monetário Internacional
INDESP - Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JUB`s – Jogos Universitários Brasileiros
JEB`s – Jogos Escolares Brasileiros
MEC – Ministério da Educação
MST – Movimento Sem Terra
MCT - Ministério da Ciência e Tecnologia
MNCR – Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Professor de Educação Física.
MS – Ministério da Saúde
MEEF – Movimento Estudantil de Educação Física
ONU – Organizações das Nações Unidas
ONED - Organização Nacional de Entidades do Desporto
ONG – Organizações Não Governamental
OSCIP – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
PEC – Proposta de Emenda a Constituição
PIB – Produto Interno Bruto
PT – Partido dos Trabalhadores
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PFL – Partido da Frente Liberal
PDS – Partido Democrático Social
PL – Partido Liberal
PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
REMS - Rede Esporte pela Mudança Social
SESC – Serviço Social do Comércio
SESI – Serviço Social de Indústria
SMEE – Seminário de Movimento Estudantil e Esporte
UJS – União da Juventude Socialista
UNE – União Nacional dos Estudantes

UFBA – Universidade Federal da Bahia

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF – Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância

UNIFEM - Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher

RESUMO

Este estudo buscou analisar o movimento de institucionalização da cultura esportiva na aparelhagem estatal brasileira durante o século XX e início do novo século. Elaborar análise sob a Política Nacional de Esporte alcançada durante o governo Lula/PT que coincide com a criação e consolidação de um Ministério próprio para cuidar da temática esportiva. Os resultados encontrados demonstram que o esporte, no Estado brasileiro, foi marcado pelos mesmos determinantes sócio-históricos que compuseram o desenvolvimento político e econômico da nação e que aquilo que muitos esperavam do governo Lula – ampliação e democratização do acesso ao esporte comprometido com a emancipação do homem -, dado sua trajetória histórica de luta contra modelos hegemonicamente pré-concebidos, não pôde ser observado na prática. Ao contrário, nossas análises afirmam que: as ações do atual bloco no poder vão ao encontro e ao mesmo tempo aprofundam as reformas neoliberalizantes que se encontram - sob os preceitos da social-democracia e da Terceira Via - ancoradas na estrutura e no modelo de Estado que busca adequar política focalizada e Estado gerencial – necessário. No plano da sociabilidade, tal modelo de Estado, fundamenta uma “Nova Pedagogia da Hegemonia” (NEVES, 2005) baseada na “pequena política” (GRAMSCI, 2007) como expressão de um “novo tempo” onde as diferenças de classe, ideologicamente, não mais existem. Entendendo que a opção teórica não é neutra nem arbitrária, definimos pelo Materialismo histórico enquanto método de investigação. Espera-se com isso contribuir para a explicação radical da realidade, assim como impulsionar ações práticas que visem a superação do modo/vida trabalho estruturado nas relações de produção capitalistas, cuja natureza e mecanismos próprios fazem perpetuar, cada vez mais, intensas diferenças políticas e econômicas no seio da população nacional e mundial. O capítulo I aborda a formação do Estado brasileiro e a institucionalização do esporte na aparelhagem estatal no período compreendido entre 1930 até os anos de 1990. O capítulo II analisa as reformas de Estado praticadas por diversos países e as mudanças ocorridas na formação/educação e no mundo do trabalho a partir do advento do neoliberalismo enquanto saída político-econômica para a crise estrutural de 1970. Busca, também, nesse mesmo período, compreender a função social do esporte e as diretrizes advindas dos Organismos Internacionais para o desenvolvimento da cultura esportiva nos países periféricos. O capítulo III, busca demonstrar como se afirma o modelo neoliberal de Estado no Brasil e os caminhos encontrados para o aprofundamento da institucionalização esportiva no Brasil contemporâneo. O capítulo IV traz uma análise que nos permite entender o giro político dado pelo governo Lula/PT para liderar um novo bloco no poder capaz de potencializar as reformas neoliberalizantes em curso desde o governo Collor/Itamar. E por último, o capítulo V, que buscou analisar os fundamentos e conceitos que deram sentido a uma Política Nacional de Esporte durante o governo Lula e a existência de um Ministério próprio para cuidar dessa temática. O capítulo, também, teve um movimento de evidenciar suas observações a partir do estudo de alguns programas/projetos desenvolvido nas secretarias que compõe o Ministério do Esporte.

Palavras-chaves:; Institucionalização esportiva; Reformas neoliberalizantes; Política Nacional de Esporte.

ABSTRACT

This study sought to analyze the movement of institutionalization of sport culture in the apparatus Brazilian state during the twentieth century and the beginning of the new century. Prepare analysis under the National Policy Sports reached during Lula / PT coincides with the creation and consolidation of a Ministry itself to care for the sports theme. Results demonstrated that the sport in the state Brazil was marked by the same determinants socio- that made up the historical and political development nation's economic and that what many expected of Lula - expansion and democratization of access to sport committed to the emancipation of man - as its historical trajectory of combat models hegemonic pre-designed, could not be observed in practice. Rather, our analysis say that: the actions of the current power bloc will meet at the same time deepen the reforms that neoliberalizantes are - under the precepts of social democracy and Third Way - anchored in the structure and model State policy that seeks to adapt and focused state management - necessary. In terms of sociability, such state model, founded a "New Pedagogy Hegemony "(Neves, 2005) based on the" small politics " (Gramsci, 2007) as an expression of a "new era" where class differences, ideological, no longer exist. Considering that the theoretical option is not neutral, nor arbitrarily defined by Historical Materialism as a method of investigation. It is hoped that this contribute to radical explanation of reality, how to boost practical actions aimed at overcoming the mode / structured work life in the relations of production capitalists, whose nature and mechanisms themselves are perpetuate, increasingly, political differences and intense economic within the national and world population. The Chapter I deals with the formation of the Brazilian state and institutionalization of sports in the state apparatus period from 1930 until the year 1990. The Chapter II examines the reforms of state charged by several countries and the changes in training / education and the world of work from the advent of neoliberalism as a political exit for economic structural crisis of 1970. The authors also this same period, understanding the role of social sport and guidelines resulting Bodies International development of culture sports in peripheral countries. The chapter III, search demonstrate how it says the neoliberal model of state in Brazil and found the ways to deepen institutionalization of sports in contemporary Brazil. Chapter IV presents an analysis that allows us to understand political spin given by Lula / PT to lead a new power bloc capable of enhancing reforms neoliberalizantes ongoing since the Collor / Itamar. Finally, Chapter V, which seeks to analyze the fundamentals and

concepts that gave meaning to a policy National Sports under Lula and the existence a Ministry itself to address this issue. The chapter also had a motion to show their observations from the study of some programs / projects that developed in the secretariats composesth Sports Ministry.

Keywords:; Institutionalization sports; Reforms neoliberalizantes; National Sports Policy.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	7
RESUMO	10
ABSTRACT	12
INTRODUÇÃO.....	15
Capítulo I - A FORMAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA NO BRASIL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPORTE NA APARELHAGEM ESTATAL: ENTRE OS ANOS DE 1930 E 1990.....	33
1.1 - Anos 1930 a 1964.....	33
1.2 - Anos 1964 a 1984.....	41
1.3 - Período de Reabertura Democrática.....	46
Capítulo II - ESTADO NOS ANOS DE NEOLIBERALISMO DA TERCEIRA VIA: O ESPORTE ENQUANTO POLÍTICA SOCIAL.....	52
2.1 - Reforma do Estado e políticas sociais: fundamentos para a construção consenso.....	53
2.2 - Estado cosmopolita, Organismos Internacionais e a Terceira Via: o esporte enquanto política social.....	64
Capítulo III - OS “NOVOS” CAMINHOS PARA UMA POLÍTICA ECONÔMICA NACIONAL E AFIRMAÇÃO DO NEOLIBERALISMO DA TERCEIRA VIA: HEGEMONIA RENOVADA E O APROFUNDAMENTO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO ESPORTIVA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.....	80
3.1 – Governos Collor/Itamar.....	80
3.2 – Governos FHC/PSDB e a consolidação do modelo neoliberal da Terceira Via....	85
Capítulo IV - GOVERNOS LULA/PT E O APROFUNDAMENTO DO MODELO NEOLIBERAL DA TERCEIRA VIA.....	91
Capítulo V - POLÍTICA NACIONAL DE ESPORTE.....	97
5.1 – Conferências Nacionais de Esporte.....	97
5.2 – Programas/projetos.....	118
CONCLUSÃO.....	129
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	134
ANEXO I.....	143

INTRODUÇÃO

Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massas ou homens-coletivos. [...] O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo e de homem-massa do qual fazemos parte? (Gramsci, 1987, p.12)

O presente estudo visa trilhar um caminho prático-teórico mais geral que nos ajude a compreender o papel do Ministério do Esporte na problemática da educação do consenso no Brasil contemporâneo, considerando as mudanças ocorridas na organização do Estado brasileiro e o processo de reafirmação da hegemonia burguesa no século XXI. A importância dessa pesquisa se concentra nos fatos de que o esporte, desde sua institucionalização no Brasil, vem cada vez mais ganhando notoriedade e espaço no âmbito da aparelhagem estatal e que um Ministério próprio - para encaminhar políticas públicas de esporte - é algo novo na nossa sociedade e, portanto, precisa ser analisado.

A constatação de que o esporte se tornou um fenômeno contemporâneo de massas que passa a ser tratado, ao lado de outras políticas sociais, pela aparelhagem estatal é importante, mas insuficiente para a apreensão do real. De acordo com o bloco no poder:

O Ministério do Esporte é responsável por construir uma Política Nacional de Esporte. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2010, s/d).

Na perspectiva desse estudo - apreender o real - é necessário argüir essa formulação do Ministério levando em consideração a dinâmica das relações sociais capitalistas e a organização/conformação do Estado (ampliado) brasileiro. A questão que orienta essa pesquisa, portanto, pode ser assim definida: qual é o papel do Ministério do Esporte e de suas políticas na educação das classes, na disputa/correlação de poder/forças e nas relações de hegemonia que atuam na formação social brasileira nos anos iniciais do século XXI?

O método de investigação que orienta a análise do fenômeno em questão é o materialismo histórico. A partir desse referencial, o Estado não é concebido como uma

abstração ou mesmo uma generalidade. Ao contrário, o Estado no capitalismo possui uma natureza de classe, sua estrutura e dinâmica são constituídas, ainda que às vezes de maneira pouco clara, entre forças sociais de origens diferentes e até mesmo antagônicas.

Aprofundar e ampliar o debate sobre as especificidades do Estado, no nosso caso o Estado brasileiro, requer uma análise capaz de trazer à tona as principais mediações do modo de produção capitalista, constituídas pelo o intercâmbio das forças produtivas, pela divisão social/internacional do trabalho, pela intensa e complexa disputa de poder e, claro, pelas crises que, segundo Marx e Engels (1998), são inerentes ao modo de produção capitalista, levando a constantes reformas e reconfigurações político-econômicas no âmbito do Estado.

De maneira mais precisa, o Estado capitalista é uma condensação material de forças gerada por relações de poder entre classes e frações de classes, não sendo, portanto, uma forma neutra como define a matriz liberal (POULANTZAS, 2000).

Teoria liberal de Estado

A grande preocupação dos liberais consistia na garantia da ordem social e nas formas de conter os possíveis conflitos entre os diferentes membros da sociedade. Tudo isso estava ligado diretamente à conjuntura histórica que vivia a Europa na passagem do século XVII para o século XVIII, período extremamente conturbado devido às grandes mudanças que se processavam no campo da política, da economia e também do conhecimento. Nesse momento, a razão/racionalidade, para os liberais, deveria refletir na forma de organizar a sociedade, ou seja, aquilo que se colocava enquanto um avanço na ciência e conseqüentemente nas relações sociais deveria estar presente enquanto estrutura, resultando no Estado liberal.

Guardada suas especificidades, destacam-se três grandes autores que marcaram o pensamento liberal dessa época, são eles: Hobbes, Locke e Rousseau. Esses filósofos, principalmente Hobbes, pela sua conjuntura histórica, tiveram suas reflexões influenciadas pelo cercamento dos campos, o que acabou criando uma grande massa de despossuídos, de homens e mulheres carentes de condições mínimas de sobrevivência.

Aos milhares, homens, mulheres, despossuídos dos campos, abandonados à própria sorte, juntam-se aos artesãos, ferreiros, carpinteiros e outros também vitimados pela conseqüência do novo

regime econômico [...] Essa anarquia preocupa a todos (FERREIRA, 1993, p.45).

Hobbes, em sua principal obra, *Leviatã* (1974), se debruça sob essa preocupação que vai balizar todo seu pensamento: o que poderia garantir o convívio ordeiro dos diferentes atores sociais? O autor conclui que esse convívio só seria possível com a criação de um “poder maior”, para salvaguardar o homem do próprio homem. Desse modo surge a finalidade e a forma do Estado/*Leviatã*, “entendido como a autoridade final que detém o monopólio da produção jurídica e da distribuição do direito, o monopólio da violência legítima” (FERREIRA, 1993, p.51).

Locke compartilhou com grande parte das reflexões de Hobbes. Ambos os autores defendem um pacto social que permita a passagem do Estado de Natureza para o Estado civil. O pacto consiste em renúncia: “[...] o indivíduo renuncia aos seus poderes originais em prol do bem comum: todos concordam em obedecer às leis e sabem a quem devem obedecer” (FERREIRA, 1993, p.69). Porém, Locke “avança” em relação a Hobbes ao problematizar mais a fundo qual seria, de fato, a participação do Estado no mercado e o grau da renúncia e obediência por parte dos governados:

[...] pode-se dizer que, assim como Hobbes está na origem do princípio do Estado, Locke está na origem do princípio do mercado, na medida em que considera que na sociedade se estabelecem relações de troca de propriedade, livres da interferência do Estado. Prenuncia-se, assim, a autonomia da esfera econômica, que vai se consolidar na Europa do século XIX. O fundamento desse princípio está nos direitos individuais – expressão da natureza divina – que, para Locke, antecedem a sociedade política (FERREIRA, 1993, p.95).

Já Rousseau buscou fazer uma análise mais voltada à natureza dos homens. Se para os dois últimos autores – Hobbes e Locke - os homens possuem uma natureza ruim por excelência, em Rousseau o homem é bom por natureza. A sociedade é que vai lhe corromper: o homem tem poder de decidir sobre aquilo que gostaria de ser. “Se a natureza manda em todos os animais e a besta obedece, o homem sofre a mesma influência, mas considera-se livre para concordar ou resistir” (ROUSSEAU, apud FERREIRA, 1993, p.115). O autor chega a mencionar, ainda que de maneira pouco aprofundada, a propriedade privada como sendo a destruição das potencialidades humanas e o Estado como gerenciador desse processo.

A origem da sociedade e das leis que deram novos entraves aos fracos e novas forças aos ricos; destruíram irremediavelmente a liberdade natural; fixaram para sempre a lei da propriedade e da desigualdade; fizeram de uma usurpação sagaz um direito irrevogável; e, para lucro de alguns, para satisfazer a ambição de outros, sujeitaram o gênero humano ao trabalho, a servidão e a miséria (ROUSSEAU, apud, FERREIRA, 1993, p.126).

Desta forma, Rousseau chega ser confundido como antiliberal, o que caracteriza um grande equívoco, posto os elementos de continuidade em relação aos liberais que o antecederam. Em suas conclusões o autor aponta como saída – em relação ao imbróglio da propriedade privada - um contrato entre os homens que, de forma soberana e em nome de sua liberdade, abdicariam de seus privilégios. A isso o autor denominou de “vontade geral” cujo ato deveria ser preservado pela lei. Portanto, a formulação de Rousseau, apesar de apresentar algumas diferenças de análise em relação a Hobbes e Locke, não rompe com esses autores, posto que ao fazer defesa da “liberdade” defendendo táticas utópicas recai na defesa do liberalismo.

Portanto, podemos afirmar que o eixo do pensamento liberal consiste em garantir o convívio dos civis e a reprodução do modo vida/trabalho pautada na propriedade privada dos meios de produção, ambos assegurados por uma estrutura neutra denominada Estado de Direito¹.

Teoria marxista de Estado

Mas o que os liberais não levam em consideração é o antagonismo de interesses originados pela divisão da sociedade em classes sociais distintas. Quando o homem toma para si os meios de produção, criam-se contraditoriamente duas classes, a dos que detêm os meios de produção e daqueles que necessitam vender o único bem que lhes restou, sua força de trabalho. Marx e Engels, em diversas obras, irão mostrar que o Estado é a força coercitiva existente para garantir a dominação política e econômica dos

¹ Os desdobramentos desse pensamento poderiam ser assim compreendidos: “igualdade perante a lei”, significa dizer que todos estão protegidos pelas normas e regras que são aplicadas sem distinção; “ausência de privilégios”, nenhum grupo detém vantagens e direitos reservados em relação a outros grupos; “respeito aos direitos individuais”, entendido como a garantia da propriedade adquirida pelo homem e que não pode lhe ser tirada; “responsabilidade individual”, arcar com os seus atos; “respeito às minorias”, não estabelecer vantagens de origem econômica e/ou política a partir das diferenças étnicas, religiosas e de gênero; e por último “liberdade de entrada no mercado”, liberdade de troca e venda (DONALD, 1988).

detentores dos meios de produção/propriedade privada. Nesse sentido o Estado possui uma natureza de classe.

A burguesia, afinal, com o estabelecimento da indústria moderna e do mercado mundial, conquistou para si própria, no Estado representativo moderno, autoridade política exclusiva. O Poder Executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia (MARX e ENGELS, 1998, p. 12-13).

Tal afirmação – Estado igual comitê executivo da burguesia – nos revela algo importante: o Estado não é uma instituição acima dos conflitos de classe. Contudo, Karl Marx, ao desenvolver suas reflexões sobre a luta de classes na França, nos deixa dicas preciosas de que o Estado, além de possuidor de uma natureza de classe, não está estruturado somente por uma única classe. Portanto, Marx elabora uma cuidadosa análise, explorando amplamente a dialética, a contradição, a correlação de forças e os fatos históricos presentes na disputa de poder na França, revelando que o Estado é marcado pelo antagonismo das classes sociais².

Segundo Gramsci (2007), a maneira pela qual o Estado se apresenta está circunscrita em formas mais sutis de dominação, sendo construída a partir de vários aparelhos que, aparentemente não fazem parte do Estado e que estão localizados no âmbito da sociedade civil denominados de "aparelhos de hegemonia". Com isso o autor amplia o conceito de Estado – sociedade política, *locus* da coerção + sociedade civil, *locus* do consenso. É importante ressaltar que o conceito de Estado ampliado, apresentado por Gramsci, encontra maior validade nas sociedades tidas como ocidentais, onde o número de ações e organizações políticas presentes na sociedade civil estão mais desenvolvidas³.

O Estado moderno, segundo Gramsci (2007), é caracterizado pela coerção e pelo consenso, ou seja, a forma de dominação do Estado burguês se dá a partir de uma noção de consentimento que o autor denomina de "hegemonia". Trata-se de uma ação política

² Essas reflexões estão presentes nas seguintes obras de Karl Marx: "As lutas de classes na França de 1848 a 1850"; "O 18 Brumário de Luís Bonaparte"; e "A guerra civil na França".

³ Gramsci vai fazer distinção entre sociedade do tipo ocidental e sociedade do tipo oriental. A primeira estaria retratando as sociedades onde as organizações e entidades da sociedade civil estariam em maior número e de forma mais organizada. Já a sociedade do tipo oriental retrata uma sociedade pouco organizada e com uma sociedade civil dispersa. Vejamos nas palavras do próprio autor: "No oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no ocidente, havia entre o Estado e sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil" (GRAMSCI, 2007, p. 262).

que busca assimilar e subordinar o conjunto da sociedade a um projeto societário de classe. Esse processo

[...] pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (GRAMSCI, 2007, p.48).

Nicos Poulantzas (2000) também se propôs a compreender a relação entre o Estado, o poder e as classes sociais. Segundo o autor, as classes dominantes não podem criar seus Estados unicamente a partir de suas vontades. Se assim o fosse, “todo o Estado não passaria, neste sentido, de uma ditadura de classe. Concepção puramente instrumental do Estado que reduz, empreguemos já os termos, aparelho de Estado a poder de Estado” (p.10). Ou seja, a burguesia se beneficia amplamente do Estado moderno, mas está longe de ser algo irretocável, ou seja, perfeito para seus negócios.

Ainda, segundo o autor, o Estado possui uma “ossatura material própria” que não se encerra na dominação política “que está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado” (p.12). Portanto, a estrutura do Estado do mesmo modo que não está apartada das relações sociais, como concluiu Marx e Gramsci, também não é uma estrutura econômica livre das classes, dos poderes e das lutas. Do mesmo modo poderíamos afirmar em relação às políticas sociais.

Natureza das políticas sociais

A divisão da sociedade entre classes sociais antagônicas, moldadas pelas relações de produção capitalista, portanto, socialmente determinadas, é que vão dar materialidade ao Estado e ao mesmo tempo definir o conteúdo e a forma das políticas sociais. Nesse sentido, as crises as quais o capitalismo tem sofrido de modo cíclico durante sua história, levando a constantes reestruturações no âmbito da produção de mercadorias e da exploração, se tornam um importante definidor dessas políticas.

O Estado, ao intensificar a exploração do trabalho para gerir suas crises, pode despertar formas de resistência. Esse cenário complexo, protagonizado pelas classes e frações de classe, faz com que o capitalismo tome medidas políticas estratégicas que visam reconstruir sua hegemonia.

As políticas sociais têm sua gênese e dinâmica determinadas pelas mudanças qualitativas ocorridas na organização da produção e nas relações de poder que impulsionaram a redefinição das estratégias econômicas e político-sociais do Estado nas sociedades capitalistas no final do século passado (NEVES, 2005, p.11-12).

O Estado forte é aquele capaz de enfrentar as piores crises e superá-las.

Como toda crise significa uma queda do padrão de vida popular, é evidente que se faz necessária a preexistência de uma área de segurança suficiente para que a resistência “biológica” e, portanto, psicológica do povo não desmonte ao primeiro choque com a nova realidade. Portanto, o grau de poder real de um Estado deve ser medido segundo este elemento, que naturalmente está coordenado aos outros elementos de juízo sobre a solidez estrutural de um país (GRAMSCI, 2007, p.234).

Essas medidas políticas, portanto, perpassam o campo do conhecimento, da tecnologia e dos ditos “direitos sociais” podendo ser caracterizadas por um duplo aspecto: expressão da luta de classes e ao mesmo tempo uma forma eficaz de se (re) construir a hegemonia da classe dominante (NEVES, 2005).

Deveria ser um princípio de governo buscar elevar o padrão da vida material do povo além de um certo nível. Nesta orientação, não se deve buscar um motivo “humanitário” especial nem uma tendência “democrática”: mesmo o Governo mais oligárquico e reacionário deveria reconhecer a validade “objetiva” deste princípio, isto é, seu valor essencialmente político (universal na esfera da política, na arte de conservar e aumentar o poder do Estado) (GRAMSCI, 2007, p.233).

Segundo Poulantzas (2000), somente pelo binômio “repressão-ideologia” é impossível permanecer dominando sem que se caia no idealismo de poder: “a relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de consenso, **possui sempre um substrato material**”(p.29, grifo do autor). Nesse sentido, o estopim para o alcance de certos substratos materiais pode ser mesmo a luta e a resistência dos

dominados. Esse entendimento fundamentado no materialismo histórico é essencial para compreendermos a materialidade da relação entre Estado e as “massas populares” no desenvolvimento do modo de produção capitalista, sem cairmos em formas idealistas de análise.

Sobre o método de investigação

Marx e Engels (2007) nos afirmam que enquanto a vertente idealista visa “tomar as coisas pela sua forma de aparição e relegar o real para um mundo completamente separado das suas aparências” (p.11), o materialismo histórico expressa um movimento inverso, nos ajudando a captar a essência dos fenômenos sociais para além das amarras que envolvem as aparências. Traz um movimento teórico-prático que nos permite compreender como se produz e reproduz a sociedade, as classes, o antagonismo e a história, tendo como base material as formações sociais concretas. Nesse sentido, o Estado, a cultura esportiva, assim como as políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério do Esporte, não estão dissociados das relações e dos conflitos sociais protagonizados pelas classes e frações de classe.

É possível compreender ainda, a partir do pensamento marxista, que a libertação, a transformação e a política, não são atos do pensamento e/ou puramente da crítica e/ou da consciência, mas pertencem à vida real e objetiva, sendo produto da práxis humana. Ou seja, “a história não é constituída por metafísica (consciência), mas sim pela ação material, empiricamente verificável, uma ação da qual cada indivíduo fornece a prova, na medida em que anda e pára, come, bebe e se veste, em escala global” (MARX e ENGELS, 2007, p.40). Na verdade:

[...] os homens, ao desenvolverem sua produção e seus intercâmbios materiais, transformam também, com esta sua realidade, seu pensar e os produtos de seu pensar. Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência [...] (MARX e ENGELS, 2007, p.94).

Um olhar mais atento sobre a dinâmica das relações sociais nos permite constatar que a exploração/dominação/alienação foram e têm sido marcas constantes na história dos homens. No modo de produção capitalista essas marcas vêm sendo ocultadas pelo assalariamento e mais recentemente, pelas políticas públicas que acabam

se tornando mecanismos mantenedores da ordem, atenuando conflitos e amoldando interesses. Tudo isso ancorado na tentativa de universalização de um modo de vida – como sendo o único possível - que além da economia e da política, engloba todo um jeito de ser e se comportar, envolvendo a cultura, a estética, a moral e as idéias em geral.

As idéias da classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes, isto é, a classe que é a força *material* dominante da sociedade é, ao mesmo tempo sua força *espiritual* dominante. [...] Os indivíduos que compõem a classe dominante possuem, entre outras coisas, também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe [...] é evidente que eles dominam também como pensadores, como produtores de idéias, que regulam a produção e a distribuição das idéias de seu tempo; e, por conseguinte, que suas idéias são as idéias dominantes da época (MARX e ENGELS, 2007, p. 47).

Todos esses apontamentos que nos permite compreender as bases estruturantes do modo de produção no qual vivemos e da indicação metodológica marxista de que nada existe fora da história, podemos afirmar, assim como afirmamos em relação ao Estado, que não há conhecimento neutro nem tão pouco ações neutras.

A ciência, o conhecimento e o objeto

Pode-se definir que o Ministério do Esporte, não se constitui como sujeito, ou seja, possuidor de vontade própria, apartado das relações sociais, nem as políticas públicas que emergem desse ministério podem ser consideradas neutras. A constituição do Ministério dos Esportes e de suas ações devem ser compreendidas como resultado das disputas político-econômicas que são travadas tanto na sociedade civil quanto na aparelhagem estatal. Vale destacar, ainda, em relação a nossa pesquisa que:

Um pressuposto fundamental, quando nos propomos ao debate teórico, entendemos deva ser que as nossas escolhas teóricas não se justificam nelas mesmas. Por trás das disputas teóricas que se travam no espaço acadêmico, situa-se um embate mais fundamental, de caráter ético-político, que diz respeito ao papel da teoria na compreensão e transformação do modo social mediante o qual os seres humanos produzem sua existência, neste fim de século, ainda sob a égide de uma sociedade classista, vale dizer, estruturada na extração combinada de mais-valia absoluta, relativa e extra. As escolhas teóricas, neste sentido, não são nem neutras e nem arbitrarias. Em

nenhum plano, mormente o ético, se justifica teorizar por teorizar ou pesquisar por diletantismo (FRIGOTTO, 1998, p.26).

Assim sendo, qualquer que seja a metodologia escolhida para fins investigativos, esta partirá, necessariamente, de uma postura epistemológica que possui uma concepção de ciência e de mundo (FRIGOTTO, 1989).

Importante ressaltarmos que as ações realizadas por uma determinada classe nem sempre são dotadas de um alto grau de compreensão. Lembremos de Marx e Engels (2007) quando nos dizem sobre o aspecto da “câmara escura” e da “visão invertida” na qual, muitas vezes, a realidade é compreendida:

(...) os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo de vida imediatamente físico (MARX e ENGELS, 2007, p.94).

Por isso o que conta para a pesquisa, sobretudo nas ciências sociais, não é o juízo de valor, nem tão pouco uma caracterização que indica uma guerra entre os homens “bons” e os “maus”, os “honestos” e os “desonestos”, mas sim a quais interesses servem a construção do objeto, do método de investigação e de exposição do pesquisador. Segundo Florestan Fernandes “O intelectual [sozinho] não cria o mundo o qual vive. Ele já faz muito quando consegue ajudar a compreendê-lo e explicá-lo, como ponto de partida para sua alteração real” (FERNANDES, 1980, p.241). Assim sendo o conhecimento não deve ser produzido para contemplar o mundo, mas sim para transformá-lo (MARX e ENGELS, 2007).

O nosso interesse em estudar as políticas sociais desenvolvidas pelo Ministério do Esporte, não se configura em uma vontade particular no sentido puro de elevar o autoconhecimento. Nosso interesse por esse objeto é, antes de qualquer coisa, a tentativa de elucidar os processos da construção da hegemonia burguesa, por meio das políticas de Estado, que têm como substrato a cultura esportiva. Com isso, pretendemos colaborar e dar organicidade a outro modo de pensar essa cultura, numa perspectiva contra-hegemônica.

Quando o homem compreende a realidade como “práxis humana” torna-se possível transformá-la. Ao descobriremos que somos nós capazes de construirmos nossa

própria história, e isso não quer dizer que possamos escolher a realidade que partiremos, abre-se caminho para a construção de uma nova sociabilidade (MARX, 2002).

Retomando o método

Se a realidade se expressasse de forma direta, seria possível identificar, no plano da imediaticidade, a conformação do Estado e, de forma mais clara, o embate de forças em torno, por exemplo, do Ministério do Esporte. Não haveria sentido a filosofia e a ciência. A ciência torna-se necessária para nos instrumentalizar e nos ajudar a explicar, investigar a realidade. Ao depararmos com os fatos e os acontecimentos que provém do próprio agir humano sobre a natureza e sobre o próprio homem, caracterizando assim as relações sociais concretas e nos remetendo ao conceito de “práxis”, podemos dizer que estes são partes do todo, mas não é o todo (KOSIK, 2002).

A apreensão da realidade não se dá de forma imediata, pois é necessário um esforço de compreensão e de retorno à origem dos acontecimentos e dos fatos que, ao mesmo tempo em que nos indica a essência, também a esconde numa relação íntima.

O complexo dos fenômenos que povoam o ambiente cotidiano e a atmosfera comum da vida, que, com a sua regularidade, imediatismo e evidência, penetram na consciência dos indivíduos agentes, assumindo um aspecto independente e natural (KOSIK, 2002, p.15),

O mundo em sua forma fetichizada e reificada ao se apresentar cotidianamente através dos diversos fenômenos, ainda que nos revele sobre determinados ângulos, esconde na maioria das vezes a essência. Trata-se do mundo das aparências ou da “pseudoconcreticidade” da falta de clareza da representação da essência. O método marxista de análise nos ajuda no esforço de ampliarmos nossas lentes para além das aparências permitindo atingir o núcleo da estrutura do objeto em sua dinâmica.

O fenômeno, ao ser analisado de forma isolada da essência, não exprime a realidade, assim como o contrário também procede. Para se chegar à essência é necessário decompor o todo, afastar-se do objeto para ampliar a visão sobre o mesmo, daí então organizar as partes de maneira orgânica destruindo a aparente independência entre elas (KOSIK, 2002).

A distinção entre representação e conceito, entre o mundo da aparência e o mundo da realidade, entre a práxis utilitária cotidiana dos homens e a práxis revolucionária da humanidade ou, numa

palavra, a cisão do único é o modo pelo qual o pensamento capta a coisa em si (KOSIK, 2002, p.20).

“Mas afinal o que é a realidade?” É Kosik (2002) que propõe essa questão e nos leva a pensar que a realidade é a totalidade concreta, que a realidade (é dialética) se comporta como um “todo estruturado” chamado “unidade do real”, sendo ela fruto do seu tempo. Podemos então afirmar, a partir de Kosik (2002), que a totalidade não é o conjunto de todas as coisas ou fatos, e sim, um todo estruturado em curso de desenvolvimento e auto-criação. Portanto, se apossar de todos os fatos não garante o conhecimento da realidade. Cada fato na sua essência ontológica reflete toda a realidade. Cada fenômeno pode se compreendido como momento do todo.

[...] Se a realidade é entendida como concreticidade, como um todo que possui sua própria estrutura (e que, portanto, não é caótico), que se desenvolve (e, portanto, não é um todo perfeito e acabado no seu conjunto e não é mutável apenas em suas partes isoladas, na maneira de ordená-las), de semelhante concepção da realidade decorrem certas conclusões metodológicas que se convertem em orientação heurística e princípio epistemológico para estudo, descrição, compreensão, ilustração e avaliação de certas seções tematizadas da realidade [...] (KOSIK, 2002, p.36).

Portanto, a partir do nosso referencial teórico-metodológico, a realidade é construída pelos homens. E mais, sobre os determinantes do modo de produção capitalista, a realidade é construída entre as classes sociais, ou seja, entre aqueles que detêm os meios de produção e os que, possuindo apenas sua força de trabalho, são assimilados numa relação de exploração e dominação. As políticas de esporte compõem essa realidade, por isso não podem ser apreendidas fora das mediações da relação capital-trabalho.

Do mesmo modo, pode-se afirmar que dar a devida importância social para a chamada cultura esportiva significa compreendê-la dentro do processo de (re) organização da vida/trabalho a nível global e que o esporte “faz parte hoje, de uma ou de outra forma, da vida da maioria das pessoas em todo o mundo” (BRACHT, 2005, p. 9) se tornando no século XXI a cultura de maior prestígio e de maior penetração social.

Esporte em relação com o modo vida/trabalho no capitalismo

Definir um quadro teórico apropriado para análise do esporte na sociedade capitalista, mesmo entre os marxistas, não tem sido uma tarefa simples. A temática é plena de polêmicas e contradições. Nosso objetivo não é resolver essas polêmicas/contradições, mas sim apontar nossas impressões sobre a temática e principalmente definir um quadro teórico que nos possibilite seguir na análise do papel das políticas desenvolvidas pelo Ministério do Esporte no Estado brasileiro.

O fenômeno cultural “esporte” toma forma no século XVIII no período de revolução e afirmação da burguesia enquanto classe dominante. Segundo Hobsbawm (1988), o esporte foi “formalizado em torno dessa época na Inglaterra, que lhe ofereceu o modelo e o vocabulário, alastrou-se como um incêndio aos demais países” (p.255) sendo também fruto, segundo Bracht (2005), de “modificação, poderíamos dizer, de esportivização de elementos da cultura corporal de movimento das classes populares inglesas, como os jogos populares” (p.13) cuja função era basicamente de comemorar ou festejar datas⁴.

Foi também nessa época – revolução industrial – que os trabalhadores passaram a conhecer um tempo chamado de “tempo livre”, que era exatamente o tempo no qual o trabalhador se encontrava livre das obrigações fabris. O preenchimento desse tempo para promover melhorias no trabalho produtivo e na conformação ideológica para uma melhor extração da mais-valia deveria abarcar valores e concepções de mundo, próprios de uma burguesia emergente (SILVA, 1994). Valores esses, que poderiam estar diretamente ligados ao esporte da forma com que foi concebido, tais como: lealdade, senso de responsabilidade, esforço pessoal, espírito de equipe entre outros (TAFFAREL e SANTOS, 2007). Portanto, a gênese e os valores do esporte estiveram localizados na conjuntura de afirmação e desenvolvimento do modo vida/trabalho baseado nas relações capitalistas de produção, no século XVIII.

Hobsbawm (1995), ao analisar o comercialismo das produções artísticas e das culturas populares de massa, no início do século XX, assim como o seu alcance através da mídia e da propaganda escrita, admite que a fórmula do esporte, embora praticada em escala global, permanecia em desenvolvimento.

⁴ “Cultura corporal de movimento” deve ser compreendida como o conjunto das manifestações corporais produzidas pelos seres humanos ao longo da história. Esse conceito fundamenta-se na proposta crítico-superadora que aborda os conteúdos da cultura corporal de movimento na sua totalidade, ou seja, sob o enfoque de diversas áreas e ciências (biologia, sociologia, história, etc), naquilo que lhes são específicos (técnicas, táticas, regras) e nas implicações com o mundo e a realidade social (SOARES, et. al, 1992).

Seus praticantes ainda não tinham sido absorvidos pela economia capitalista. As grandes estrelas ainda eram amadores, como no tênis (isto é, assimilados ao *estatus* burguês tradicional), ou profissionais que ganhavam um salário não muito superior ao de um operário industrial qualificado, como no futebol britânico. Ainda tinham de ser apreciados pessoalmente, pois mesmo o rádio só podia traduzir a visão real do jogo ou corrida nos crescentes decibéis da voz do locutor. A era da televisão e dos esportistas pagos ainda estavam alguns anos à frente (HOBSBAWM, 1995, p.197).

Com o desenvolvimento das forças produtivas, o aumento da divisão internacional do trabalho e com o intercâmbio das relações de produção, o esporte assume nova conformação. Gebara (2002), na tentativa de diferenciar esporte moderno de suas formas mais antigas, afirma que: “o esporte moderno é um objeto em constituição, ele não está ainda constituído a ponto de permitir sua compreensão com base em um modelo de análise preconcebido” (GEBARA, 2002, p.6). Entendemos que esse apontamento é legítimo e necessário, uma vez que as análises dos fenômenos devem estar balizadas historicamente, porém na dinâmica dos novos acontecimentos. O esporte, portanto, é tomado por nós como sendo construtor e constituído de uma totalidade em movimento que se expressa no cotidiano.

Para um melhor efeito de nosso estudo, nos interessa compreender a rápida difusão do esporte pelo mundo e os valores moralizantes e reprodutores do pensamento burguês contidos nas práticas esportivas. Porém, não se trata de proceder uma análise meramente superestrutural dessa cultura, entendemos que o esporte enquanto mercadoria também é um definidor de sua forma atual. Tomemos como ponto de partida para nossas análises, as categorias que, para Allen Guttmann (1978 apud GEBARA, 2002), ajudam a entender o esporte em sua forma modernizada, são elas: secularismo; igualdade de oportunidades na competição e em suas condições; especialização das regras; organização burocrática; impulso para a quantificação; racionalização possibilitando sua internacionalização; busca dos recordes. Poderíamos acrescentar a transformação do esporte em mercadoria.

Essas categorias nos informam que o esporte torna-se chave de um empreendimento que constantemente e dialeticamente constrói e é construído pelos valores do modo de produção capitalista. Sendo assim desloca-se o que tinha, há tempos, uma denotação lúdica voltada para o prazer e distração para um modelo e uma prática que visa educar para o consenso e reprodução do modo de vida burguês. Segundo Gebara (2002), há um duplo movimento: de um lado um atleta moderno capaz

de gerar inveja para aqueles que buscam a qualidade total, e do outro, a produção de mercadorias, bens de consumo ligados à imagem do atleta e do esporte. O autor ainda nos atenta para a diferença entre democratização e massificação do esporte.

Não são poucos os regimes autoritários, ou mesmo ditatoriais, que têm massificado a prática esportiva, isso sem, contudo, democratizar, no sentido de possibilitar às minorias (idosos, deficientes etc) efetiva participação. De fato, a intervenção do Estado no mundo esportivo tem sido freqüentemente, no sentido de induzir a prática esportiva na direção de projetos políticos nacionais voltados para a propaganda e doutrinação (GEBARA, 2002, p.13-14).

Proni (2002), ao traduzir a concepção que Brohm desenvolve acerca do esporte, cria um trabalho fecundo de elementos para compreendermos o esporte moderno. Segundo o autor, a hipótese central para Brohm é que o sistema esportivo moderno é o reflexo da universalização e mundialização da forma de vida predominante e que tem a sua origem na economia capitalista, na qual impera o espírito industrial, a mentalidade do rendimento e do êxito. “O intercambio de mercadorias e de capital tiveram como consequência o intercâmbio de idéias e a difusão de práticas esportivas” (PRONI, 2002, p.38). Ainda segundo Proni (2002), são quatro fatores que Brohm diz ser responsáveis pelo desenvolvimento do esporte moderno:

(a) O aumento do tempo livre e o desenvolvimento do ócio (que ocupa um lugar de destaque na civilização do lazer); (b) a universalização dos intercâmbios mediante os transportes e os meios de comunicação de massa (o esporte converte-se em “mercadoria cultural” graças a sua natureza comopolita); (c) revolução técnico – científica (que reflete-se na busca da eficiência corporal, nos novos materiais e equipamentos, inclusive no surgimento de novas modalidades esportivas); (d) e a revolução democrático – burguesa e o enfrentamento das nações no plano internacional (isto é a dinâmica político – ideológica) (PRONI, 2002, p.39).

O esporte dentro dessa perspectiva carrega os valores e os padrões de desenvolvimento do Estado liberal. Difunde uma forma de convívio e inspira desejos de mudanças individuais. Aproxima as classes sociais, ocultando o antagonismo político-econômico e a relação de exploração existente entre elas. Portanto, um produto da sociedade industrial que vem servindo, em larga medida, como elemento de difusão do ideário e dos interesses da classe dominante.

Chegamos, assim, ao que Brohm acredita ser a essência do esporte moderno: é a ideologia democrática típica de uma sociedade que precisa cultivar um ideal humanitário (liberdade, igualdade, fraternidade) e, ao mesmo tempo, velar suas estruturas de classe e seus mecanismos de dominação. Por isso, o autor enfatiza o papel da instituição esportiva como estrutura simbólica e aparato ideológico do Estado (PRONI, 2002, p.39-40).

Desse modo Brohm (1978 apud BRACHT, 2005) irá concluir que o esporte é por excelência algo nefasto para os trabalhadores, servindo unicamente para o fortalecimento das forças e da identidade burguesa. Essa se torna uma visão estreita da realidade. Consideramos que a cultura esportiva, de fato, carrega os valores capitalistas e nesse sentido tem servido como instrumento a serviço da dominação burguesa. Mas isso não é tudo. Acreditamos que a análise do esporte de forma mais profícua deve se dar no embate entre capital-trabalho. É na luta de classes que as culturas vão se amoldando. Portanto o esporte não é uma instituição que paira acima dos conflitos sociais, não sendo em si nem “bom” nem “ruim”. O esporte em sua forma mais moderna é a expressão de uma condensação de forças, onde hegemonicamente os valores da classe burguesa sobre saem em relação aos da classe trabalhadora.

Considerar o esporte como algo acabado e sem espaço para explorar a contradição não interessa à organização da classe trabalhadora. “Uma coisa é submeter o esporte aos interesses dos governantes e, outra, é tratar pedagogicamente, crítica, reflexiva e criativamente o esporte, enquanto conteúdo de ensino e campo de vivência social” (TAFFAREL e SANTOS, 2007, p.33), construído por métodos próprios que visam atender os anseios e as aspirações dos trabalhadores. Ou seja, os subalternos devem ser “capazes de compreender, antecipar e contrarrestar os movimentos das classes dominantes” (DIAS, 2006, p.13).

A postura determinista própria do economicismo que freqüentemente é expressa nessas formas acabadas do pensamento, deixa oculta parte da relação de dominação, qual seja, a dominação política, reduzindo a história à descoberta de matérias primas e produção de bens matérias.

A descoberta de novos combustíveis e de novas energias motrizes, bem como de novas matérias primas a transformar, tem certamente grande importância porque pode modificar a posição dos Estados, mas não determina [todo] o movimento histórico (GRAMSCI, 2007, p.51).

Embora as forças produtivas possuam uma materialidade própria que não se pode ignorar, elas se organizam, contudo, segundo relações de produção dadas (o que não exclui no seio de um processo que é consequência deste primado). Não é a passagem do moinho a vento ao moinho a vapor que explica a passagem do feudalismo ao capitalismo (POULANTZAS, 2000, p.25).

Portanto o econômico é constituído pelo político formando um “bloco histórico”. A cisão desse processo é algo funcional para a dominação de classe, pois naturaliza o modo de produção, ou seja, a organização econômica – capitalista - da sociedade se dá por conta de uma condição natural do desenvolvimento do próprio homem. Nesse sentido a formação social e os interesses de classe tomam forma abstrata e o marxismo se transforma em um conjunto de dogmas. Nesse caso, chega-se às afirmações de Brohm (1978, apud BRACHT, 2005) de que o esporte deve ser extirpado da história dos homens. Porém, afirmamos que a condição da transformação, ou seja, a sociabilidade historicamente emancipada, livre da dominação de classe será fruto da capacidade de enxergarmos a contradição e nela atuarmos no sentido de superá-la política e economicamente. O que deve ser extirpado da história dos homens são as relações de produção que amoldam culturas e mentes para servir à dominação de uma classe sobre a outra.

Em resumo, o desenvolvimento do esporte é algo circunscrito numa totalidade moldada pelo antagonismo das classes existentes. Em sua forma moderna, o esporte assume aspectos complexos e contraditórios. Seus valores moralizantes, imbuídos do pensamento liberal, buscam fortalecer e universalizar um modo de vida/trabalho que coincide com o modo de vida burguês. Trata-se de uma forma de educar ética e politicamente os subalternos definindo um padrão de sociabilidade. A deformação das práticas populares e adequação dessas a ordem capitalista geram perda parcial de identidades e possibilidades de auto-criação e transformação. Entretanto a busca de formas alternativas que visem o resgate das vontades, métodos e anseios dos trabalhadores – não é algo simples, devido ao processo funcional de obscurecimento da realidade. Trata-se de algo importante e possível a partir do esporte

Com essa perspectiva epistemológica, pretendemos analisar as políticas de Estado desenvolvidas pelo Ministério do Esporte, levando em consideração a materialidade dessas políticas, as mediações e contradições expressas na sua construção e implementação, tendo como eixo analítico a categoria “hegemonia”.

O materialismo histórico não desconsidera a manifestação das aparências dos fenômenos a serem investigados, pois esses integram, sem dúvida, a realidade a ser

pesquisada. Entretanto, tal apreensão inicial não corresponde à totalidade concreta da realidade. Os fenômenos não podem ser compreendidos simplesmente em seu plano restrito, por meio de representações ideais moldadas na consciência individual, tal como prevê a fenomenologia.

Estudar o Ministério do Esporte de uma forma dialética significa compreender a natureza do Estado como sendo fruto de uma condensação de forças. Significa entender esse Ministério dentro de um processo de articulação política, não podendo ser visto desarticulado das políticas gerais promovidas por tudo aquilo que compõe o Estado. Não pode ser admitido fora do grande esforço de compreensão da sociedade de forma concreta, “focalizando as atuais referências sociais, configurações de poder e políticas de alianças e não do passado, vez que ocorrem mudanças na dinâmica do poder e da política em uma sociedade de classes” (SANTOS Jr e TAFFAREL, 2007, p. 4). O exercício de análise do Ministério do Esporte em sua totalidade é, portanto, antes de qualquer coisa, o esforço da compreensão da luta de classes.

CÁPITULO I

A FORMAÇÃO DO ESTADO CAPITALISTA NO BRASIL E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESPORTE NA APARELHAGEM ESTATAL: ENTRE OS ANOS DE 1930 E 1990.

*Há 500 anos caçamos índios e operários,
Há 500 anos queimamos árvores e hereges,
Há 500 anos estupramos livros e mulheres,
Há 500 anos sugamos negras e aluguéis
Há 500 anos a policia nos dispersa
E o futebol nos conclama...
(Affonso R. de Sant'Anna)*

A institucionalização do esporte na aparelhagem estatal, ainda que de forma tímida como iremos mostrar, e o Estado capitalista no Brasil foram atravessados pelas mesmas determinações políticas e econômicas que marcaram a sociedade de classes no período de desenvolvimento da sociedade urbano-industrial. Recuperar os antecedentes históricos dessa relação é fundamental para realizarmos uma análise que possa explicar o real alcance e sentido das políticas desenvolvidas pelo novo Ministério do Esporte nos anos finais do século XX e iniciais do século XXI.

1.1 ANOS 1930 A 1964

A conformação do Estado brasileiro ao longo do século XX foi marcada pelas contradições das relações sociais capitalistas e pela intensa correlação de forças entre classes e frações de classes, envolvendo movimentos de ruptura e de continuidade com a velha ordem. E é exatamente nesse período, mas precisamente a partir de 1937, que o esporte foi sendo incorporado de forma gradual na ossatura material do Estado enquanto política pública, reforçando os traços da modernização capitalista tardia de nossa sociedade.

Segundo Florestan Fernandes (1975), a constituição do Estado brasileiro foi atravessada pela forma como se processou a revolução burguesa no país. O autoritarismo com que se encaminhou essa revolução e os limites políticos estabelecidos, além de tardia, fizeram com que a modernização capitalista do Brasil se

desse em meio à conservação. Portanto, essa transição é permeada de especificidades, não sendo um movimento “democrático”, pelo contrário, observam-se mudanças advindas “pelo alto”. Além disso, esse processo comporta uma atualização de interesses das formas sociais pretéritas⁵.

Draibe (1985) salienta que há uma convergência de análises – o que não quer dizer, que não existam divergências - entre os principais teóricos que se dedicaram a estudar a formação do Estado capitalista brasileiro. Principalmente, quando esses nos chamam a atenção para as especificidades desse Estado em relação a outras formações capitalistas - basicamente países do continente europeu. Talvez, a principal especificidade se concentra no fato de que, no Brasil, o desenvolvimento das relações de produção caracteristicamente capitalistas constituiu-se na etapa monopolista do capitalismo mundial, tendo como ponto de partida um passado colonial.

A mesma autora distingue três fases para caracterizar a constituição do Estado capitalista brasileiro. Do ponto de vista da produção de mercadorias e do desenvolvimento das forças produtivas, tomando como ponto de partida o trabalho assalariado, Draibe (1985) indica as seguintes fases: economia exportadora; industrialização restringida; industrialização pesada. Segundo a autora, o ponto de partida para a implantação da economia industrial no país inicia-se ainda no período agro-exportador.

Com a constituição da economia capitalista exportadora no Brasil, abri-se um período de transição capitalista. Conforma-se uma estrutura econômica na qual aparecem as diversas formas de capital: o comercial, o bancário, o produtivo, ligados às atividades de exportação, o capital estrangeiro com suas inversões em sistemas de transporte, serviços públicos, etc., e, finalmente, o capital industrial (DRAIBE, 1985, p.12).

⁵ Coutinho (1999) afirma que os principais processos de mudanças realizados no Brasil não foram construídos a partir de mobilizações ou grandes demandas populares organizadas no seio da sociedade civil. Destacam-se como exemplos a “revolução de 30” e o golpe civil-militar de 1964 que expressam acordos e movimentos “pelo auto”, cujo significado é o mesmo de “revolução passiva”. Para o autor, o conceito de “revolução passiva” de Gramsci é perfeitamente aplicável nesses dois casos. Gramsci define “revolução passiva” a partir de dois momentos: restauração e renovação. Tais momentos não se encontram nos processos de revolução advindas “de baixo”. O conceito de “restauração” pode ser entendido como a recomposição das forças capazes de não permitirem mudanças substanciais de poder, já a “renovação” refere-se à assimilação de forças populares através de concessões e das várias formas de “transformismo”.

Entretanto, o fundamental nesse processo é que:

Com o nascimento das economias capitalistas exportadoras, já o dissemos, o modo de produção capitalista se torna dominante [...]. Porém, o fato decisivo é que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas, o que somente foi possível porque a produção capitalista era exportada. Ou seja, a reprodução ampliada do capital não está assegurada endogenamente, isto é, de dentro das economias latino-americanas, face à ausência de bases materiais de produção de bens de capital e outros meios de produção (MELLO, 1991, pag. 96).

Com a crise desse tipo de economia - de exportação – inicia-se um novo tempo de “transição capitalista”. “O período de 1930 a 1961 marcou o momento final do processo de constituição do capitalismo no Brasil [...] a Crise de 1929 culminou com a plena formação das bases técnicas indispensáveis à autodeterminação da acumulação capitalista” (DRAIBE, 1985, p.12) pautada na indústria.

Pode-se afirmar, que todo esse processo de transição envolvendo a política e a economia foi amplamente impulsionado pelo esporte e pela cultura esportiva da época. Não por acaso, a história institucional do esporte, no Brasil, teve início em 1937, quando, por intermédio da Lei nº 378 de 13/03/37, foi criada a divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 2010), tendo a frente desse projeto militares das forças armadas⁶.

Isso não quer dizer que no período que antecedeu o Estado Novo não havia vivência de “cunho esportivo” na sociedade brasileira. Tal vivência se dava de forma mais autônoma e com pouco ou quase nenhum valor do esporte moderno, envolvendo práticas como: arco e flecha, equitação, pesca, corridas e canoagem. Cabe ressaltarmos, ainda, que essas práticas tiveram ligadas a própria sobrevivência dos indivíduos nos anos mais próximos ao “descobrimento” e, nos anos que antecederam a república, à elite e as escolas militares do império⁷ (TUBINO, 2002; SILVA, 2008).

O modelo esportivo adotado pelo Brasil, no início do século XX, tinha como principal parâmetro o esporte praticado e desenvolvido especialmente na Europa a partir

⁶ Foram diretores da Divisão de Educação Física neste período: Major João Barbosa Leite, Coronel Caio Mário de Noronha Miranda, Professor Alfredo Colombo, General Antônio Pires de Castro Filho, Coronel Genival de Freitas e Coronel Arthur Orlando da Costa.

⁷ Optamos por utilizar o termo “cunho esportivo” ao invés de “esporte” propriamente dito, para demarcarmos bem a diferença entre o esporte praticado durante o Brasil império com aquele desenvolvido no início do século XX.

do século XVIII. Segundo Betti (1991), no Brasil, as culturas ligadas ao movimento do corpo adentraram o século XX com modelos forjados durante os séculos passados, vale dizer, baseada principalmente no pensamento iluminista “e experimentou notável expansão e penetração social, especialmente o esporte enquanto instituição social autônoma, que carregou para si enorme importância política econômica” (p.33).

Nesses primeiros anos, sopram nas cidades brasileiras os ventos da modernidade e estas se agitam frente a inevitável urbanização, cujo ritmo fremente faz pulsar os espaços de circulação pública. (...) Aliada à expectativa do crescimento econômico, a educação do corpo é reconhecida como essencial ao desenvolvimento e fortalecimento da nação (...) (GOELLNER, 2005, p.86).

Segundo Soares (1994), no Brasil, as preocupações com a educação do corpo dos indivíduos surgem ainda no período colonial, justificadas pelos altos índices de mortalidade infantil e pelas condições precárias de saúde dos adultos, mas tendo como *locus* de atuação as famílias das elites e a busca pela superioridade da classe dominante e da “raça branca”, influenciados pelo pensamento eugenista e higienista. Mas é com o advento da República e o crescente processo de industrialização e urbanização, em meados da década de 30, que o pensamento higienista ganha maior força, pois aparece como possibilidade de assepsia do corpo, educação moral e preparação do trabalhador saudável.

As condições de trabalho/vida no espaço urbano eram cada vez mais degradantes e o projeto hegemônico buscava responsabilizar o trabalhador pela busca da sua saúde, através da adoção de hábitos higiênicos, da prática de atividades físicas, sem, no entanto alterar as condições objetivas de sua existência. O higienismo buscava, portanto, resolver o problema da saúde por meio da atividade física numa conjuntura extremamente delicada e caótica. Era preciso adestrar o corpo do trabalhador, desenvolver seu vigor físico e discipliná-lo para sua inserção na produção e reprodução do capital (SOARES, 1994; GHIRALDELLI, 1992).

Ianni (1991) analisando a constituição do Estado brasileiro, nesse mesmo período, afirma existir uma “hipertrofia executiva” no âmbito da aparelhagem estatal, o

que veio a dar origem a uma “tecnocracia estatal”, impulsionada em larga medida pela depressão econômica mundial no final da década de 1920⁸.

Embora a institucionalização do esporte na aparelhagem estatal, no Brasil, seja datada em 1937, foi o decreto lei n. 3.199/41, que buscou, de forma mais aprofundada, normatizar e dar organicidade ao sistema esportivo brasileiro. Essa lei procurou incidir, de forma ainda que incipiente, na regulamentação das entidades esportivas, no papel do Estado frente ao esporte e na caracterização de como deveria desenvolver a prática esportiva. Exemplo dessa ação foi à criação do Conselho Nacional de Desporto (CND) composto por cinco membros nomeados pelo Presidente da República. Segundo Souza (2009, s/d)

[...] tinha as atribuições de estudar as matérias e sugerir medidas legislativas relativas à organização desportiva; além de superintender; vigiar; estimular e organizar os desportos no país. Tinha o poder de autorizar a participação de delegações nacionais em competições internacionais, de fiscalizar e proibir competições ou publicações esportivas incompatíveis com o interesse público e inclusive intervir em qualquer entidade desportiva.

Sendo assim, é grande o poder de decisão desse Conselho, principalmente se levarmos em consideração o que havia em termos de legislação esportiva no Brasil. Contudo, consideramos que o traço mais marcante dessa lei, consiste em não definir um plano de ações a ser desenvolvido pelo Estado, ao mesmo tempo em que delega grandes responsabilidades as organizações esportivas no que tange a elaboração dessas ações⁹.

Deste modo, não há mudança substancial na condução das políticas de esporte no país, uma vez que continua a cargo das entidades esportivas organizarem tais

⁸ Para Ianni (1991) a “tecnocracia estatal” esta relacionada com o período desenvolvimentista. Segundo o autor, a revolução burguesa, no Brasil, foi conduzida, em grande parte, por técnicos que produziam conhecimento científico de cunhagem economicista. Surgem então, desse modo, uma série de órgãos, conselhos, comissões e indústrias estatais. Isso tudo, faz com que o Estado seja visto pela sociedade como uma entidade acima da luta de classes, como uma instituição neutra. No nosso entender, Poulantzas (2000) é quem melhor vai retratar essas mediações, quando analisa o papel do “pessoal do Estado”. Para o autor, a luta de classes, simultaneamente, atravessa o Estado e o constitui, caracterizando uma ossatura material. Para ele: “as contradições de classe se inscrevem no seio do Estado por meio também das *divisões internas no seio do pessoal do Estado em amplo sentido* (diversas burocracias estatais, administrativa, judiciária, militar, policial etc.)” (p.156-157).

⁹ É previsto no art. 15 da lei a existência das seguintes confederações: Confederação Brasileira de Desportos; Confederação Brasileira de Basket-ball; Confederação Brasileira de Pugilismo; Confederação Brasileira de Vela e Motor; Confederação Brasileira de Esgrima; Confederação Brasileira de Xadrez. Sendo que a Confederação Brasileira de Desporto inclui várias modalidades, entre elas o futebol. A criação de novas confederações devem ser aprovadas pelo Conselho Nacional de Desporto.

ações, a não ser no importante fato de submeter às confederações, federações e associações, ao crivo do Conselho Nacional de Desporto, como podemos constatar no art.12 da lei: “As confederações, imediatamente colocadas sob a alta superintendência do Conselho Nacional de Desportos, são as entidades máximas de direção dos desportos nacionais”.

Essas ações do “Estado Novo” nos remetem àquilo que Ianni (1991) caracterizou como aumento da burocracia estatal nos anos de totalitarismo e industrialização no Brasil, exatamente pela forma de controle e da tentativa de centralizar a cultura esportiva na aparelhagem estatal.

Porém, a exemplo daquilo que Ferreira (1997) nos chamou atenção, ou seja, que “Os trabalhadores, os camponeses e as pessoas comuns também produzem suas próprias idéias, crenças, valores e códigos comportamentais, que no conjunto convencionou-se a chamar de cultura popular” (p.13), temos como emblemático a contradição presente nos times de futebol originados nas fábricas no início do século XX. Os “times de fábrica” se de um lado propiciou a criação de uma elite operária, personalizada no trabalhador atleta, o qual obtinha êxito na prática esportiva – provocando efeitos negativos na elevação de consciência da classe trabalhadora – de outro, possibilitou a construção de espaços onde os operários conseguiam reforçar a sua identidade de classe.

Considerado, já naquela época, o fenômeno esportivo de maior penetração social em todo o mundo, o futebol teve no início do século XX, no Brasil, sua construção ligada à constituição da sociedade urbano-industrial, em geral, associado, também, ao sentimento nacionalista. Como dado concreto dessa afirmação, podemos citar, conforme apresentado acima, o exemplo dos “times de fábrica” que muito ajudaram a delinear a relação patrão-empregado¹⁰.

Entretanto, mesmo com esses aspectos contraditórios podemos afirmar que o futebol esteve, nesse momento, hegemonizado pelos valores e categorias da ‘jovem’ burguesia industrial que buscou através dessa cultura esportiva, desenvolver as marcas e os produtos das indústrias e principalmente organizar a relação harmoniosa entre patrão-empregado, contornando possíveis conflitos de classe.

¹⁰ O exemplo mais emblemático é o caso do Bangu Atlético Clube. Time-empresa criado em 1904, buscava congrega, com a prática do futebol, operários, especialistas e patrões de uma fábrica têxtil, chamada Companhia Progresso Industrial do Brasil. Casos como esse foram registrados em outras partes do país (FERREIRA, 2005).

De acordo com Linhales (1996), o que também pode ter influenciado de modo a acelerar a intervenção do Estado na cultura esportiva, foram os conflitos de grupos organizados através do esporte. Para o poder público, esses grupos faziam “politicagem” e, por isso, o setor deveria ser assumido pelo aparelho de Estado em nome da neutralidade. A autora afirma que “por via autoritária, foi consolidada uma estrutura de funcionamento para o sistema esportivo brasileiro, baseados em princípios tutelares, corporativos e arbitrários” (p.220).

Essa fase mais arrojada de protecionismo nacionalista, instaurada no governo de Getúlio Vargas, basicamente nos anos de 1930 a 1945, teve seu regresso com a II Guerra Mundial, levando o país, nos anos do pós-guerra, a adotar políticas mais flexíveis no que tange a economia e a política cambial, ou seja, esse período expressou uma considerada adesão ao liberalismo econômico. Nesse momento, o foco da saúde deixa de estar no indivíduo como no discurso médico-higienista e se concentra no corpo social. Nesse processo, a disciplina, a hierarquia, a obediência e o respeito passam a servir de base para a educação da sociabilidade, sendo a cultura esportiva um substrato estratégico para a conformação desses valores e fortalecimento de um projeto de nação.

Deste modo, o esporte adquire ainda mais importância. A instituição esportiva, no Brasil, torna-se ainda mais reprodutora dos princípios e valores capitalistas, que poderiam ser amplamente difundidos a partir da competição, da comparação de rendimentos e recordes, da regulamentação rígida, do sucesso no esporte como sinônimo de vitória, da racionalização de meios e técnicas, que podem ser resumidos nas competências da racionalidade, eficiência e produtividade (SOARES, et. al, 1992).

Com a volta de Getúlio Vargas, nos anos de 1951-1954, a política desenvolvimentista nacionalista, novamente ganha espaço, culminando com a abertura de várias indústrias de base. Destacam-se as indústrias Petrobrás e Eletrobrás e as dos setores de mineração e siderurgia. Criou-se, também, inúmeras instituições credoras, tais como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Contraopondo em parte esse modelo, o “plano de metas” desenvolvido durante o governo JK buscou incentivar e recuperar, em relação ao governo anterior, uma maior abertura as economias mundiais. Segundo Ianni (1991, p.147):

Essa política de alianças e absorções desenvolveu cada vez mais nos anos posteriores a guerra. Ela atendia duplamente aos interesses das empresas e do governo dos Estados Unidos. Por um lado, vencia ou contornava o nacionalismo local. Por outro, correspondia a uma solução econômico-financeira e política satisfatória para a continuidade da expansão econômica norte-americana. Nos anos do último governo de Vargas, esse processo estava em desenvolvimento, a despeito dos contratempos provocados pela guerra da Coreia. Assim, pouco a pouco, anulava-se na prática, a estratégia destinada a incentivar a formação do capitalismo nacional, como um sistema relativamente autônomo. A progressiva internacionalização do processo de reprodução e acumulação do capital forçou, sob várias formas, as fronteiras ideológicas e práticas do capitalismo que algumas forças políticas e econômicas representadas no governo de Vargas propunham para o Brasil.

Portanto, a partir de meados da década de 1950, há uma mudança considerável no processo de industrialização da nação, impulsionada pelo estímulo cada vez maior à entrada de capital estrangeiro e o deslocamento de parte da produção para os produtos de bens de consumo duráveis, como eletrodomésticos e automóveis. Deste modo o Brasil crescia sua participação no cenário mundial como plataforma de valorização de capital. Em decorrência desse fato pode se notar, nesse período, um aumento do corpo técnico administrativo presente na aparelhagem estatal – inclusive com sede sofisticada: Brasília -, uma crescente concentração de renda com aumento considerável da exploração do trabalhador produtivo (FONTES e MENDONÇA, 2004).

Todo esse período analisado, que segundo Draibe (1985), representou o momento final da construção de sólidas bases para a industrialização da nação, é também compreendido, por vários autores, como período “populista”, no qual a era Vargas é a maior expressão dessa conjuntura histórica. O populismo analisado a luz da luta de classes, tem se apresentado como um período complexo, que fez emergir intensas polêmicas entre os teóricos dedicados a compreender mais a fundo esse momento da sociedade. Não é nosso objetivo detalhar essas polêmicas, apenas apontaremos aquilo que consideramos ser o período populista da história brasileira.

Ianni (1991) ao afirmar que a movimentação em torno da industrialização e urbanização acabou por delimitar melhor as classes e frações de classe no Brasil - criando as condições objetivas para ampliar a organização política dos trabalhadores - nos fornece importantes pistas de como pensarmos o Estado brasileiro nesse período.

Silva e Costa (2001) vão abandonar as idéias simplórias que buscam construir uma “teoria geral da classe operária no Brasil”, assim como as construções que partem de generalizações sem levar em conta os condicionantes, a estrutura histórica/cultural e as contradições que determinam a formação do Estado capitalista brasileiro.

A reconstituição minuciosa dessa luta não implica a contemplação isolada do fragmento, pois deve ser capaz de fazer as conexões entre os significados sócio-culturais e o contexto histórico mais amplo, a lógica da mudança e as relações de poder. No que se refere ao populismo, o desafio está em se pensar a ambigüidade histórica [...] (SILVA e COSTA, 2001, p. 216-217).

A ambigüidade, nesse caso, é descrita pelos autores não como uma antinomia, mas sim como algo dinâmico e contraditório, que se desenvolve a partir de relações entre sujeitos políticos reais e organizações. Sendo assim, pode se afirmar que a hegemonia política/econômica conquistada naquela época pela burguesia industrial - embora alicerçada no paternalismo e nas políticas de contornos sociais vinculadas ao aparelho de Estado - não foi capaz de desaparecer por completo com as lutas e os conflitos de classe, próprios de uma sociedade capitalista.

Desta forma, a ação da classe dominante, durante o período populista, não se reduziu meramente a uma imposição política de uma classe sobre a outra. Foi constituída e definida a partir dos ajustes que levam em consideração as lutas/disputas entre as classes e frações de classe. A intensificação das organizações dos trabalhadores e das lutas sociais ao longo do populismo, no entanto, foi drasticamente interrompida pelo golpe civil-militar de 1964.

1.2 ANOS 1964 A 1984

Segundo Mendonça e Fontes (2004) os anos que antecederam o golpe civil-militar, no Brasil, estiveram marcados por uma crise de origem econômica e política, perpassando por uma indefinição de qual fração burguesa deteria a hegemonia da acumulação capitalista. Esse cenário de crise e incertezas – podendo ser definido como

crise de hegemonia - abriu espaço para o uso da força para manutenção do desenvolvimento e contenção das revoltas populares que se encontravam em ascenso¹¹.

Contudo, as autoras afirmam que a definição desse período não é tarefa simples, posto as inúmeras mediações que o envolve.

Analisar a crise de 1964 é tarefa complexa. Tratava-se de um período de descenso do ciclo econômico, mas não de uma crise econômica de maiores proporções, que pusesse em risco a continuação da acumulação capitalista. Porém as dificuldades econômicas foram vistas através de uma ótica ampliada pela participação crescente das camadas trabalhadoras e pela luta entre os grupos dominantes, no sentido de definir quem teria maior peso político, vale dizer, conduziria o Estado na direção da satisfação de seus interesses. Configurava-se um quadro político, econômico e social de exacerbação do período 1961-64. As disputas partidárias, a polêmica entre Executivo e legislativo, as greves, a inflação, as conspirações revelam a estreita relação entre todos esses elementos e sua importância para o desfecho militar (MENDONÇA e FONTES, 2004, p.7).

É nesse quadro de intensas disputas de interesses e embates que se consolidou o golpe de Estado orquestrado, majoritariamente, pelo empresariado de origem oligárquica em conjunto com as forças militares, expressando mais uma vez uma mudança “pelo alto”. O golpe buscou, portanto, acomodar os interesses do bloco historicamente dominante, presente na formação do Estado brasileiro, com relevo para os arranjos político-econômicos definidos, principalmente, durante o governo de JK.

¹¹ Gramsci vai definir crise de hegemonia da seguinte forma: “Em um certo ponto de sua vida histórica, os grupos sociais se separam de seus partidos tradicionais, isto é, os partidos tradicionais naquela dada forma organizativa, com aqueles determinados homens que os constituem, representam e dirigem, não são mais reconhecidos como sua expressão por sua classe ou fração de classe. Quando se verificam essas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, a atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos. Como se formam essas situações de contraste entre representantes e representados, que, a partir do terreno dos partidos (organização de partido no sentido estrito, campo eleitoral-parlamentar, organização jornalística), reflete em todo organismo estatal, reforçando a posição relativa do poder da burocracia (civil e militar), da alta finança, da igreja e , em geral, de todos os organismos relativamente independentes das flutuações da opinião pública? O processo é diferente em cada país embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos burgueses-intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de “crise de autoridade”: e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto ” (Gramsci, 2007, p.60).

Desde o início da institucionalização do esporte na aparelhagem estatal, é durante a ditadura civil-militar, até então, que a cultura esportiva ganha maior notoriedade, largamente impulsionada pelo ideal de “Brasil potência”, capaz de auxiliar e promover o que se convencionou chamar de “milagre econômico”.

O golpe de 64, sob o ponto de vista estritamente econômico, não representou nenhuma mudança radical, sendo responsável pelo *aprimoramento e consolidação* do modelo implantado desde 1955. Bastava, para tanto, recriar as bases do financiamento das inversões necessárias à retomada da expansão e institucionalizar o processo da concentração oligopolística que já vinha ocorrendo, só que de modo desordenado e caótico. Dentro deste quadro, o favorecimento da grande empresa era o seu objetivo. O arrocho salarial, sua estratégia. O combate à inflação, sua justificativa legitimadora. O milagre econômico veio a ser seu resultado (MENDONÇA E FONTES, 2004, p.21, grifo do autor).

Uma das primeiras medidas do bloco no poder, relacionada ao esporte, foi substituir a “Divisão de Educação Física”, instituída na década de 1930, pelo “Departamento de Educação Física e Desportos”, que em 1978, se transformou em Secretaria de Educação Física e Desporto, ainda ligada ao Ministério da Educação (MEC).

A nova lei de esporte sancionada pelo governo Ernesto Geisel de n. 6.251/75 veio substituir a legislação de 1941 e sem alterar o eixo político, buscou aprofundar o caráter de controle do esporte em solos brasileiros pela aparelhagem estatal. Além disso, buscou ampliar os laços ideológicos entre os valores imputados ao esporte e o modo Trabalho/vida de forma muito mais profunda.

A lei define que o desporto é prioritariamente a atividade física movida pela competição, segundo regras pré-estabelecidas (BRASIL, 1975, art.2). Buscou, também, definir as diretrizes para uma Política Nacional de Desporto e Educação Física:

Aprimoramento da aptidão física da população; Elevação do nível dos desportos em todas as áreas; Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa; Elevação do nível técnico-desportivo das representações nacionais; Difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer (BRASIL, 1975, art.5).

Portanto, a construção de um Plano Nacional de Educação Física e Desportos deveria observar tais diretrizes, contudo, a lei define que: “O PNED atribuirá prioridade a programas de estímulo à educação física e desporto estudantil, à prática desportiva de massa e ao desporto de alto nível” (BRASIL, 1975, art., 6). Os recursos podem ser provenientes: “Do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social; Do reembolso de financiamento de programas ou projetos desportivos; De receitas patrimoniais; De doações e legados; De outras fontes” (BRASIL, 1975, art.7). Não existe nenhum tipo de percentual assinalado. Instaura-se também o Conselho Nacional de Desporto com a finalidade de normatizar, estudar e opinar sobre o esporte, assim como propor calendário esportivo¹².

Cria-se, também, um Sistema Desportivo Nacional composto por organizações públicas e privadas, que admitem quatro formas de desportos. A) Comunitário: abrange as atividades profissionais ou amadoras realizadas pelas confederações, ligas, federações e Comitê Olímpico Brasileiro; b) Estudantil: divide-se em universitário e escolar e abrange as atividades realizadas pelas Associações Atléticas Acadêmicas, Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) e suas federações. C) Militar: o desporto praticado nas forças armadas. D) Classista: associações desportivas empresariais, integrada, exclusivamente, pelos seus empregados e dirigentes.

Com essas medidas, a cultura esportiva no país, principalmente o esporte de alto rendimento, toma um novo e definitivo impulso. O esporte começa a fazer parte da vida de um maior número de pessoas em todo o país, mesmo não existindo um plano nacional de esporte que assegurasse estrutura, qualidade e autonomia aos praticantes. Na verdade, a participação da sociedade se dava de forma muito precária, completamente descolada de uma proposta popular, ainda que possam existir contradições.

Em suma, a prática do esporte estava circunscrita na reprodução e na massificação dos valores modernos atribuído ao esporte, seja nas escolas, em ambientes improvisados – praças, campo de várzea, ruas - ou, na maioria das vezes, apenas como espectadores. Outro dado importante é que o período da ditadura imputou à classe trabalhadora - em nome da concentração de capital e do desenvolvimento econômico -

¹² O Conselho é formado por onze membros: oito deles são escolhidos pelo presidente da república; um representante do Comitê Brasileiro de Desporto; um representante das Confederações esportivas; e um representante do Ministério da Educação e Cultura.

uma realidade de extrema exploração e espoliação. Com os salários irrisórios e com as condições degradantes da vida social, os trabalhadores eram forçados a multiplicarem suas horas de trabalho ao mesmo tempo em que eram submetidos a um intenso controle/repressão pelo bloco no poder.

É impossível desconhecer que a política trabalhista e salarial do pós-64 seria responsável direta pelas elevadas taxas de crescimento da economia brasileira a partir de 1968. No entanto, não é possível, também, ignorar o “preço social” pago, por antecipação, pelo “milagre”: a erosão dos salários reais e da qualidade de vida dos trabalhadores. Seus indicadores mais contundentes dizem respeito ao volume de acidentes de trabalho no período (um dos maiores do mundo), à desnutrição crônica da população (responsável pela elevação da mortalidade infantil) e à extensão das doenças epidêmicas, num país cujo governo só destinava 0,2% do PIB para saúde pública (MENDONÇA e FONTES, 2004, p. 28).

Dentro desse cenário, uma das grandes estratégias do então bloco no poder era inculcar no trabalhador a idéia de que todas as dificuldades advindas de sua condição de classe e de profundas incertezas poderiam ser superadas pelo esforço individual. A grande tática que reforçaria essa ideologia poderia ser alcançada, em parte, a partir da construção do “atleta herói” e do sentimento nacionalista.

Segundo Betti (1991), esse período “assinalou a ascensão do esporte à razão de Estado” (p.100). As idéias contidas nos versos - “pra frente Brasil”, “todos juntos”, “parece que todo Brasil deu a mão” – da canção composta por Miguel Gustavo, quando o Brasil conquistou o título mundial, na década de 1970, parecem ilustrar bem todo esse processo. Contudo, o esporte não era o único a desempenhar essa função¹³.

Chauí (2000) utiliza-se da expressão “verdeamarelismo” para caracterizar o movimento da classe dominante em despertar o patriotismo e o sentimento nacionalista nos trabalhadores brasileiros. O “verdeamarelismo” procurou, de início, celebrar e exaltar a natureza brasileira e, nos anos de franca ditadura e autoritarismo, inserir o sentimento de “inclusão/pertencimento” do povo brasileiro a ossatura do Estado.

[...] o verdeamarelismo, sob a ideologia da “questão nacional”, precisava incorporar a luta de classes em seu ideário, mas de modo tal

¹³ Podemos citar ainda: a escola formal com suas disciplinas de moral e cívica; programas de televisão como o de “Amaral Neto, o repórter”; programas de rádio como “A Hora do Brasil”; programas de formação como o Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização); e personagens artísticos tais como Carmem Miranda e o papagaio malandro, Zé Carioca (CHAUÍ, 2000)

que, ao admitir a existência da classe trabalhadora, possa imediatamente neutralizar os riscos da ação política dessa classe, o que é feito não só pela legislação trabalhista (inspirada no corporativismo da Itália fascista) e pela figura do governo como “pai dos pobres”, [e pela intensa repressão da ditadura nos anos 70] mas também por sua participação no “caráter nacional”, isto é, como membro da família brasileira, generosa, fraterna, honesta, ordeira e pacífica (CHAUÍ, 2000, p.38).

Outro fato importante é que os Jogos Universitários Brasileiros (JUB`s) deixaram de ser realizados no intervalo de dois anos, sendo assim desde 1941 e durante a ditadura passa a ter periodicidade de um ano. Nesse mesmo período, 1969, criou-se os Jogos Estudantis Brasileiros (JEB`S). No bojo dessas realizações, também, foi implementado pela primeira vez na história do país um programa esportivo voltado para as massas, denominado “Esporte para Todos” (EPT). Castellani Filho (1988) explica o sentido e os limites dessa iniciativa:

(...) braço direito do desporto de massa, apresentado como uma proposta de esporte não formal, inspirado no quadro teórico da Educação Permanente, encontrou o EPT, campo fértil para sua propagação em nosso país, a partir da necessidade sentida pela classe governante, de convencer os segmentos menos favorecidos da sociedade brasileira, de que, o desenvolvimento econômico propalado na fase do milagre, tinha seu correspondente, no campo social (p. 116).

1.3- PERÍODO DE REABERTURA DEMOCRÁTICA

Pode se afirmar que o momento histórico, no Brasil, denominado de “reabertura democrática”, compreendido a partir de 1985 com o fim do governo Figueiredo, conservou traços marcantes da política brasileira desde o período colonial: os principais períodos de transição política no Estado brasileiro foram definidos pelo alto, sem uma efetiva participação das massas, ou seja, não há processos de ruptura, mas sim uma contínua negociação das forças políticas no poder¹⁴ (FERNANDES, 1975; COUTINHO, 2006).

¹⁴ Talvez a maior expressão dessa transição pelo alto seja a aprovação de Leis, ainda no governo Figueiredo em 1979, que permitiam a volta do pluripartidarismo e a anistia dos exilados políticos em conformidade com as garantias de que nenhum parlamentar ou torturador sofresse qualquer julgo judicial.

Contudo, tal período pode ser diferenciado dos demais pelo nível de organização da sociedade civil. Segundo Coutinho (2006), o processo de “ocidentalização” da sociedade brasileira iniciou-se em 1930, sendo consolidado, nos anos finais do golpe civil-militar¹⁵.

Malgrado todos os seus limites, a transição revelou, no “para onde”, um dado novo e extremamente significativo: o fato de que o Brasil, após mais de vinte anos de ditadura, havia se tornado definitivamente uma sociedade gramscianamente “ocidental” (COUTINHO, 2006, p. 188).

Portanto, o processo de abertura pelo alto depois de 20 anos de ditadura civil-militar também foi resultado de uma complexificação da sociedade civil brasileira em curso desde a década de 1930. Ainda de acordo com Coutinho (2006), a ditadura no Brasil não pode ser comparada com as clássicas ditaduras fascistas, posto que no Estado brasileiro, os governos ditatoriais não dispunham de organizações de massa na base da sociedade. Em contrapartida crescia o número de organismos e forças políticas que no decorrer dos anos foram escapando do controle do Estado ao mesmo tempo em que a repressão não mais atingia níveis satisfatórios¹⁶.

O marco, portanto, é de 1985, entretanto esse quadro – de “reabertura democrática” - já vinha sendo desenhado e conduzido desde meados da década de 1970, culminado em 1985 com a eleição indireta de Tancredo Neves tendo como vice José Sarney, numa aliança entre partidos recém formados: Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL)¹⁷.

O programa político que deu sustentação à candidatura de Tancredo Neves tinha como princípio uma política que visava, em grande parte, medidas de extrema austeridade relacionadas aos gastos públicos. Não obstante a volta de um maior diálogo

¹⁵ Gramsci vai fazer distinção entre sociedade do tipo ocidental e sociedade do tipo oriental. A primeira estaria retratando as sociedades onde as organizações e entidades da sociedade civil estariam em maior número e de forma mais organizada. Já a sociedade do tipo oriental retrata uma sociedade pouco organizada e com uma sociedade civil dispersa. Vejamos nas palavras do próprio autor: “No oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no ocidente, havia entre o Estado e sociedade civil uma justa relação e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil” (GRAMSCI, 2007, p. 262).

¹⁶ Para Fontes (2006), tais forças estiveram concentradas na fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

¹⁷ As eleições indiretas representaram na prática a derrota da proposta de eleição direta defendida pela Emenda Dante de Oliveira. Portanto, as eleições foram definidas pelo colégio eleitoral formado pelos parlamentares do senado e da câmara dos deputados. A decisão passava por duas candidaturas: Tancredo Neves (PMDB/PFL) e Paulo Maluf (PDS). A candidatura de Tancredo obtém, entre os parlamentares, 480 votos, contra 180 votos em Paulo Maluf.

com os Organismos Internacionais, tendo em vista o retorno aos empréstimos e a promoção de reformas na aparelhagem estatal (PIO 2001). Em decorrência de uma doença que o levou a morte, Tancredo não chega tomar posse, quem assume a presidência é seu vice Jose Sarney¹⁸.

Antes da posse, Sarney dava evidências de que manteria na íntegra o programa político defendido durante a campanha pela presidência, inclusive os ministros que foram indicados por Tancredo, entretanto, sua primeira grande medida enquanto governo foi modificar o quadro ministerial, que possibilitou em grande parte o retorno às premissas desenvolvimentistas, algo que colidia, em parte, com o programa outrora definido.

Os novos arranjos políticos propostos por Sarney buscaram fortalecer o PMDB e ao mesmo tempo ampliar a coesão interna do partido. Por exemplo, a escolha de João Sayad para Ministro do Planejamento serviu para aproximar a sessão paulista do PMDB - mais distante de Sarney - representada por Ulysses Guimarães, FHC e Franco Montoro. Esse fato explica a renúncia do Ministro da Fazenda Francisco Dornelles – sobrinho de Tancredo – por consequência de uma notável “incompatibilidade” entre as teses desenvolvimentistas defendidas por Sayad e apoiadas por Sarney, com a política internacional e de ajustes fiscais defendida por Dornelles. Quem assumiu o Ministério foi Dilson Funaro, o então presidente do BNDES e empresário paulista (PIO, 2001).

Tais modificações e arranjos políticos possibilitaram o desenvolvimento do Plano Cruzado em fevereiro de 1986. Logo em seguida foram anunciados mais três planos: planos Cruzado II, de novembro de 1986; o Bresser, de abril de 1987; o Verão, em janeiro 1989¹⁹.

A constatação de que todos esses planos fracassaram na tentativa de estabilizar a economia, gerando um aumento exponencial da inflação no final dos anos de 1980 e início de 1990, levou o governo Sarney a ser alvo de profundos descontentamentos oriundos da sociedade civil, até mesmo entre a base aliada.

¹⁸ Torna-se importante salientarmos que a posse de José Sarney não foi um acontecimento livre de disputas. Uma vez que existia certo coro pelo empossamento do presidente da câmara dos deputados Ulysses Guimarães a presidência da república. Entretanto, foi assegurada, a partir da constituição de 1967, a posse de Sarney, cujo nome gozava de maior prestígio entre os militares, o que, em termos políticos, tornou a “transição democrática” ainda mais formal.

¹⁹ Não nos interessa atermos aqui aos aspectos e desdobramentos específicos desses planos assim como seus mecanismos de aplicabilidade. Em nota geral, os planos visavam medidas de controle da inflação e estabilização da economia, a partir do congelamento dos índices de correção salarial, preços e uma nova moeda.

Mas, talvez, muito em decorrência do processo de “ocidentalização” que se acelerou em meados da década de 1970, de uma constituição completamente defasada para os “novos tempos”, o que aumentava a dificuldade do bloco no poder de dar direção moral e intelectual para construção de uma vontade coletiva. A medida de maior impacto no seu governo foi a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte para formulação de uma nova constituição.

Marcada por uma relativa disputa, a nova Constituição aprovada em 1988, trouxe certos avanços no que tange aos direitos básicos e em menor medida à regulação do trabalho, tais como: transporte, saúde, educação, diminuição da jornada de trabalho, direito a greve, etc. Nesse sentido, há um relativo avanço do programa reformista defendido pelas forças ligadas a social-democracia. Ainda que muitos desses direitos não tenham passado de escritos sem eco nenhum na realidade. É também na Constituição de 1988 que o esporte, pela primeira vez, passa a integrar o texto constitucional, ainda que de forma limitada.

Art. 217 É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais, como direito de cada um, observando:

I. a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II. a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para o desporto de alto rendimento;

III. o tratamento diferenciado para o desporto profissional e não-profissional;

IV. a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional

Portanto, a constituição reconhece a importância da instituição esportiva, entretanto, se limita à classificação do esporte em profissional e não profissional, atribuindo autonomia às organizações esportivas. Contudo, consideramos que essa autonomia está alçada apenas na realização de eventos esportivos, ou seja, no incentivo à execução de ações organizativas, cabendo à aparelhagem estatal, através de setores específicos, definir o eixo político dessas ações.

Isso significa que, uma vez que o Estado não pode ficar indiferente ao resultado das ações “autônomas” da organização esportiva, ele precisa vincular a autonomia concedida aos seus resultados políticos, isto é, aos resultados esperados. Isso significa que a autonomia da organização esportiva, nesse caso, será uma autonomia “funcional” ou “controlada” (BRACHT, 2005, p.76).

Nesse sentido, as organizações esportivas devem estar hierarquizadas dentro de uma escala de subordinação que passa pelas confederações até organizações internacionais. De forma bastante abstrata há indicação, em termos orçamentários, para o esporte educacional.

Em síntese, o texto constitucional buscou adequar a legislação esportiva ao processo de “reabertura democrática”, entretanto, se caracteriza de forma insuficiente para, de fato, democratizar e elevar a qualidade da cultura esportiva. Do mesmo modo, esses dispositivos constitucionais não foram suficientes para justificar a criação imediata de um ministério responsável em cuidar especificamente desse tema.

Diante do que até aqui foi exposto, podemos inferir que as políticas e os incentivos para a prática dos esportes, no período de desenvolvimento do industrialismo no Brasil, encontraram-se distantes das reais necessidades do povo brasileiro, de modo a ratificar o padrão de sociabilidade capitalista. Portanto, é possível afirmar que o esporte se constituiu como importante substrato social na construção da cultura urbano-industrial e do Estado moderno no Brasil cumprindo, assim, um papel fundamental no fortalecimento de um modelo hegemônico conservador e autoritário, que buscava assegurar o poder político e econômico para uma determinada classe social e ao mesmo tempo desestabilizar as forças contrárias²⁰.

Entretanto, se aquilo que Marx e Engels (2007) afirmaram sobre as idéias dominantes de uma época serem as idéias de quem domina e que o conceito de “revolução passiva” como afirmou Coutinho (1999) pode ser plenamente utilizado no Brasil para explicar os processos de mudanças – e achamos ter validade essas afirmações - disso não decorre que a história durante todo esse tempo tenha sido protagonizada por uma única classe. Os trabalhadores não deixaram, de forma absoluta de construir vivências que expressasse seus métodos, seus anseios enquanto classe dominada. Do mesmo modo não podemos afirmar que, embora ancorado claramente em construções ideológicas, o período desenvolvimentista se resumiu a aspectos puramente simbólicos em detrimento dos aspectos materiais. Havia um pacto entre trabalho e

²⁰ De forma mais geral, para a burguesia a idéia de formação e organização da sociedade civil consiste, fundamentalmente, minar ou desestabilizar as forças populares e (re) definí-las dentro de certo consenso, em torno, de um único projeto. Algo que pôde ser observado, guardado o nível de organização da sociedade civil desse tempo, a partir das mudanças ocorridas na política e na economia para a conformação do Estado capitalista brasileiro durante os anos de desenvolvimentismo.

capital onde as políticas sociais e as concessões – alguns direitos trabalhistas, por exemplo – desempenharam importante papel.

A história do Brasil desenvolvimentista (1930 – 1989) foi, ao mesmo tempo, a história da apropriação burguesa do Estado, para induzir o processo de modernização capitalista e desenvolver estratégias com vistas a sua legitimação social, quer seja ampliando de forma segmentada os direitos de cidadania, quer seja inviabilizando a organização autônoma da classe trabalhadora (NEVES, 2005, p.87).

E a autora prossegue:

A história do Brasil desenvolvimentista foi também a história das várias tentativas da classe trabalhadora de se tornar protagonistas da sua história, tentativas em boa parte inviabilizadas pelas estratégias burguesas de repressão ostensiva, de cooptação individual e de grupos e até mesmo pelo atendimento molecular de suas demandas, por intermédio de processos de revolução passiva (NEVES, 2005, p.88).

O golpe civil-militar de 1964 parece nos comprovar boa parte de todo esse processo, quando forças aparentemente distintas se unem numa tentativa desesperada para frear bruscamente o processo de luta e tomada de consciência por parte dos trabalhadores (FERREIRA, 1997).

Em suma, o esporte, no Brasil, assim como os grandes processos de mudanças englobando o Estado, foram modelados “pelo alto”, combinando coerção e consenso. A análise da formação do Estado brasileiro no industrialismo e a constatação de que a cultura esportiva tornou-se importante mediador desse processo, indica a relevância de estudos que busquem aprender o conteúdo e a forma das políticas de esporte em tempos de uma “nova pedagogia da hegemonia”, justamente quando se consolida um Ministério para tratar dessa temática no Brasil do século XXI.

CÁPITULO II

ESTADO NOS ANOS DE NEOLIBERALISMO DA TERCEIRA VIA: O ESPORTE ENQUANTO POLÍTICA SOCIAL

A essa cultura da violência há que se opôr a cultura da paz. Hoje ela é imperativa. É imperativa, porque as forças de destruição estão ameaçando, por todas as partes, o pacto social mínimo sem o qual regredimos a níveis de barbárie. É imperativa porque o potencial destrutivo já montado pode ameaçar toda a biosfera e impossibilitar a continuidade do projeto humano. Ou limitamos a violência e fazemos prevalecer o projeto da paz ou conheceremos, no limite, o destino dos dinossauros.
(Leonardo Boffi)

O presente capítulo visa interpretar de maneira crítica a epígrafe acima, analisando a reforma do Estado brasileiro em curso desde os anos finais do século passado e buscando apreender os fundamentos dessas mudanças que são impetradas tanto na aparelhagem de Estado quanto na sociedade civil. Analisaremos, prioritariamente, dois autores: Antony Giddens e Bresser Pereira, tidos por muitos como os grandes “intelectuais orgânicos” da “nova social democracia” e formuladores dos assuntos da Terceira Via.

No contexto de afirmação do atual bloco no poder, as declarações de que o desenvolvimento social e a ampliação de direitos só são possíveis a partir de uma sociedade civil coesa e, em grande medida, responsável pela execução das políticas sociais podem ser tidas como exemplos do aspecto ideológico contido nas formulações da Terceira Via. Entendendo “ideologia” não como ilusão ou superstição, mas uma forma material específica de consciência social (MÉSZÁROS, 2004).

Almeja-se, dessa forma, apontar as limitações desses fundamentos – Terceira Via – para solucionar os problemas sociais gravíssimos que adentram o século XXI, reafirmando não só a classe social como categoria central de análise, mas também, a emancipação humana como obra dos próprios trabalhadores organizados (MARX e ENGELS, 2007).

Na seqüência analisaremos o papel dos Organismos Internacionais na (re) afirmação do “bloco histórico”, assim como os fundamentos do “cosmopolitismo” defendido pela Terceira Via. Foram analisados dois documentos. O primeiro publicado pela UNESCO e o segundo pela ONU. Tais documentos atribuem à cultura esportiva a tarefa de corrigir as distorções sociais, organizar a sociedade civil tornando-a mais

coesa, difundir uma cultura de paz e tolerância. Portanto, o esforço foi de apreender os principais objetivos e diretrizes contidos nesses documentos para a construção de uma “nova sociabilidade”.

2.1 – REFORMA DO ESTADO E POLÍTICAS SOCIAIS: FUNDAMENTOS PARA CONSTRUÇÃO DO CONSENSO

As mudanças no âmbito da vida em sociedade que vêm se processando nos anos finais do século XX e iniciais do século XXI “materializam-se em novas alterações no conteúdo e na forma de organização do trabalho e da produção, nas relações de poder e nas relações sociais globais” (NEVES e SANT’ANNA, 2005, p.20). Tais mudanças emergem do processo de reordenamento do modo de produção capitalista, determinando uma nova configuração do Estado e das políticas sociais. Essas mudanças têm sido impulsionadas pelo concomitante e contraditório movimento constituído, de um lado, pela incansável busca da ampliação política por parte dos subalternos e, por outro, pela reorganização das forças dominantes frente às crises de produção e seus desdobramentos na política, trazendo implicações em seu modo de dominar²¹.

No século passado, mais precisamente depois da 2ª Guerra Mundial, o capitalismo conheceu uma fase de grande prosperidade econômica e logo em seguida uma grande recessão. Segundo Hobsbawm (1995, p.15):

A estrutura do Breve Século XX parece uma espécie de tríptico ou sanduíche histórico. A uma Era de Catástrofe, que se estendeu de 1914 até depois da segunda guerra mundial, seguiram-se cerca de 25 ou trinta anos de extraordinário crescimento econômico e transformação social, anos que provavelmente mudaram de maneira mais profunda a sociedade humana que qualquer outro período de brevidade comparável. Retrospectivamente, podemos ver esse período como uma espécie de Era de Ouro, e assim ele foi visto quase imediatamente depois que acabou, no início da década de 1970. A última parte do século foi uma era de decomposição, incerteza e crise.

A crise estrutural do modo de produção capitalista, que teve seu início nos anos de 1970, trouxe como conseqüências a desaceleração do crescimento e o aumento da

²¹ Com tal afirmação, não queremos transformar “política” e “economia” em “esferas” dissociadas e/ou hierarquizadas, ou seja, com funcionamentos independentes entre si ou uma determinando a outra de forma linear. Tal equívoco não nos permitiria captar a essência da sociedade moderna, qual seja: dominação a partir de forças materiais e forças ideológicas, de modo orgânico. A relação entre economia e política é aprendida por nós de acordo com a acepção gramsciana de **bloco histórico**.

instabilidade macroeconômica, gerando desemprego e elevando os níveis de inflação. Para Duménil e Lévy (2005), as políticas keynesianas perderam a capacidade de manter o ritmo de crescimento econômico alcançado nos anos do pós-guerra, provocando uma queda acentuada na taxa de lucros²².

O processo de reordenamento gerado pela crise de 1970 provocou transformações significativas do mundo do trabalho. A acumulação flexível, as novas formas de gestão, o avanço tecnológico aplicado diretamente na produção estabeleceram o oferecimento de produtos e serviços variados e bastante heterogêneos a partir do trabalho polivalente, precarizado e fragmentado (ANTUNES, 1999).

A crise do modelo keynesiano abriu campo para a expansão das idéias elaboradas no âmbito na Sociedade de Mont Pèlerin sob orientação de Friedrich Hayek²³. Denominada de neoliberalismo e convertida num articulado projeto, essas idéias que passaram a orientar o reordenamento do capitalismo procuraram eliminar todas as barreiras à livre expansão do capital, entre elas os direitos sociais conquistados pelos trabalhadores em décadas anteriores. Gentili (1996) afirma que o neoliberalismo constitui-se em vigorosas estratégias políticas, jurídicas e econômicas, ordenando um ambicioso projeto de reforma ideológica.

Constituem-se como principais fundamentos do projeto neoliberal: a livre concorrência entre indivíduos, empresas e nações; o individualismo como valor moral radical; a manutenção da propriedade privada; o Estado intervencionista, isto é, contrário à planificação e intervenção econômica.

A ortodoxia neoliberal orientou diversas experiências de governo no mundo tanto em países de capitalismo central quanto em países dependentes. Segundo Anderson (1995), podem ser apontadas como as principais referências de aplicação do projeto neoliberal: Chile, em 1973, durante a ditadura Pinochet; Inglaterra, em 1979, governo Thatcher; Estados Unidos, em 1980, governo Reagan; Alemanha, 1982, governo Kohl. Nos anos de 1990, registram-se também reformas neoliberalizantes em países do Leste europeu após o colapso da experiência soviética.

²² Keynesianismo é uma teoria que defende a intervenção direta/abrangente do Estado no social e na economia para desenvolvimento do capital. Essa doutrina político-econômica teve, nos países industrializados, seu auge no pós-guerra, inspirada nas formulações de John Maynard Keynes.

²³ A sociedade “Mont Pèlerin” é uma organização internacional construída em 1947. A organização recebe esse nome por ter sido fundada na localidade de Mont-Pèlerin na Suíça após uma conferência internacional organizada por Friedrich Hayek. Tal organização, além de ser composta por diversos intelectuais de diversas nacionalidades, inclusive brasileiros, ligados a política e a economia, tinha por objetivo difundir e aprofundar o ideário do liberalismo.

É possível afirmar que:

Economicamente o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores provavelmente jamais sonharam, disseminando a simples idéia de que não há alternativas para seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (ANDERSON, 1995, p.23).

Isso significa que, em parte, o neoliberalismo ortodoxo tinha limites muito claros para orientar o processo de reordenamento do capitalismo em crise.

Diante desse cenário, logo no início dos anos de 1990, iniciou-se um importante movimento internacional de revisão do neoliberalismo, baseado na possibilidade de articular “economia de livre-mercado” com “justiça social”, para produzir um capitalismo de “face humana”.

Esse movimento coordenado inicialmente por intelectuais orgânicos dos Estados Unidos e da Inglaterra gerou uma ampla frente que conquistou outros intelectuais e adesão de forças políticas de trajetórias históricas distintas que passaram a se organizar na *Cúpula da Governança Progressista*²⁴ (MARTINS, 2009).

A combinação entre preceitos da “eficiência econômica capitalista” e valores sociais de defesa à vida se constituiu em princípios do programa neoliberal da Terceira Via. Em linhas gerais, trata-se de um projeto que reorientou a posição política da burguesia: não bastava mais ser apenas dominante, a classe deveria assumir a condição de dirigente, restaurando a coesão cívica nos marcos do capitalismo.

Essa concepção política e os apontamentos para a reforma, tanto da aparelhagem de Estado quanto da sociedade civil baseiam-se em grande parte nas sistematizações de Anthony Giddens. Para a Terceira Via, o Estado não pode ser mínimo, como propõe a ortodoxia neoliberal, nem máximo, como defendia a social-democracia ao longo do século XX. Isso fica evidenciado na seguinte afirmação:

²⁴ A “Cúpula da Governança Progressista” segundo Martins (2009), constitui-se num “fórum para trocas de experiências e definição de agendas comuns -, dando conseqüência e organicidade às ações governamentais de sujeitos políticos coletivos preocupados com a reorganização da hegemonia burguesa em todo o mundo” (p.63). A “Cúpula da Governança Progressista”, também definida como fórum para assuntos da Terceira Via, foi amplamente defendida e organizada pelos governos Clinton (EUA) e Blair (Grã-Bretanha) desde seu surgimento, ganhando inúmeros países e adeptos ao longo de sua trajetória.

Os neoliberais querem encolher o Estado; os social-democratas, historicamente, têm sido ávidos por expandi-lo. A Terceira Via afirma que o que é necessário é reconstruí-lo – ir além daqueles da direita *que dizem que o governo é o inimigo*, e daqueles da esquerda *que dizem que o governo é a resposta* (GIDDENS, 2005, p.80 – grifos no original).

A proposta se baseia em um entendimento muito claro: o Estado deve ser redimensionado para se tornar o “Estado necessário” ou gerencial. Isso significa que cabe ao Estado estabelecer parcerias para assegurar meios de representação dos diversos interesses e conciliá-los no sentido de prover o bem estar-social; fomentar a competição de mercado; promover a paz social através do policiamento, do sistema jurídico e de ações comunitárias; formar capital humano e promover o capital social; desenvolver políticas sociais focalizadas e, por último, estabelecer alianças regionais e transnacionais buscando a realização de metas globais.

No contexto do “Estado necessário” (ou gerencial), a Terceira Via identifica as organizações da sociedade civil como parceiras privilegiadas para promover em grande parte essas ações. Nesse sentido, a nova configuração estatal e o estímulo à participação da sociedade civil impõem um dado novo: todos nós corremos riscos ao assumir responsabilidades, “alguns riscos nós queremos minimizar tanto quanto possível; outros, como os envolvidos em nossas decisões de investimento, são uma parte positiva e inevitável de uma economia de mercado bem-sucedida” (GIDDENS, 2005, p.73).

Segundo Giddens (2005), o novo individualismo da sociedade contemporânea deve ser a base da nova cidadania, não sendo, portanto, algo ruim. Quando remodelado, o individualismo poderá servir de fundamento para uma forma ativa de participação e tomadas de decisões baseadas nos valores da igualdade, na proteção dos vulneráveis, na liberdade como autonomia, nos direitos como responsabilidades, no reconhecimento da autoridade e no pluralismo cosmopolita.

Para a Terceira Via, o modo irresponsável do governo neoliberal ortodoxo acabou por incentivar o crime e a violência no interior da sociedade. Disso decorre uma “desagregação social” que compromete o desenvolvimento da economia e do bem-estar de todos. A sistematização apresentada por Giddens (2005) defende fortalecer as relações de convívio, recuperar os laços das relações comunitárias e aumentar a participação da sociedade civil que, na visão desse teórico, são pontos imprescindíveis

para fortalecer a coesão social. Os laços familiares devem servir de inspiração para o conjunto da sociedade consolidar essa coesão, devendo a família se tornar mais democrática e respeitar às diferenças.

Sendo assim, o investimento em capital social aparece para a Terceira Via como algo essencial, posto que visa incentivar a confiança entre os indivíduos, trazendo desdobramentos benéficos para o mercado, uma vez que, também, motiva densas redes de trabalhos capazes de assegurar um crescimento econômico estável e bem-sucedido. Para Giddens (2001) o desenvolvimento do capital social “é de importância extrema para a sociedade civil – torna possível a civilidade cotidiana, crucial para a vida pública eficaz” (p.83).

Com isso, as políticas de Estado devem visar e impulsionar uma colaboração/solidariedade funcional entre os múltiplos “atores sociais” com o objetivo de reproduzir as relações sociais capitalistas. Visa, também, aumentar a subordinação das comunidades através da criação de organizações que buscam dar um caráter mais ativo à sociedade civil sem que os antagonismos floresçam ou sejam compreendidos. A perspectiva é a da busca permanente para construção do diálogo conciliatório entre os “diferentes”, privilegiando a “pequena política”²⁵.

Em síntese, a Terceira Via tem como pressuposto fundamental, combater as políticas keynesianas e ao mesmo tempo se contrapor ao desmantelamento do Estado promovido pela direita neoliberalizante que ameaçou seriamente a coesão social. Segundo Giddens (2001, p. 16), “é preciso redefinir o papel de um Estado ativo, que tem de continuar a tentar implementar programas sociais. O emprego e o crescimento, contudo, não podem mais ser promovidos por gastos deficitários”.

Os apologetas da Terceira Via sugerem que vivemos um “novo tempo” representado pelo fim da importância das classes sociais e da polarização política entre esquerda e direita. Seria o tempo do chamado “centro radical”.

O objetivo da política da terceira via, no meu entender, é levar a cabo as implicações políticas dos novos tempos, reconhecendo que isto significa que as posições e políticas estabelecidas da esquerda têm de ser profundamente reavaliadas. Se o social-democratas [socialistas] querem ter uma influência real no mundo, suas doutrinas devem ser repensadas de forma tão radical quanto foi feito meio século atrás,

²⁵ “Pequena política” é um conceito de Antônio Gramsci (2000a) que designa as práticas de valorização de questões pontuais ou cotidianas da vida política e econômica em detrimento do debate entre concepções e projetos societários, convertendo-se, portanto, numa forma de conservação das relações sociais estabelecidas.

quando a social-democracia originalmente rompeu com o marxismo (GIDDENS, 2001, p. 36).

A valorização do chamado “centro radical” envolve um “plano das possibilidades” onde o bom senso, a responsabilidade e a cautela política devem orientar a nova forma de fazer política.

Sob essa orientação, todos os indivíduos e organizações da sociedade civil devem se unir para participar de soluções dos problemas sociais, dando sentido à reforma do Estado e restabelecendo a governança política. Isso porque, segundo a Terceira Via, tanto o modelo de Estado máximo (social-democracia) quanto o modelo Estado mínimo (neoliberal ortodoxo) foram incapazes de responder positivamente à crise de desenvolvimento capitalista aprofundada nos anos finais do século XX.

As parcerias entre o Estado *strictu senso* e as organizações sociais, bem como a mobilização dos diferentes indivíduos para novas responsabilidades cumprem os objetivos de estabelecer a “sociedade do bem-estar”, isto é, uma sociedade capaz de assegurar direitos ou mesmo apresentar respostas para os problemas sociais com certa independência das políticas públicas ou do fundo público. Para a Terceira Via, a “sociedade do bem-estar” se constitui no espaço privilegiado da coesão político-social em nome da superação das velhas tensões presentes na sociedade cindida por classes. Trata-se de um tempo baseado numa “nova sociedade do conhecimento” e na chamada “economia do conhecimento” sendo necessárias outras formas para executar as políticas sociais²⁶.

Em suma, para a Terceira Via, os valores e os comportamentos devem estar ancorados nas profundas mudanças que o mundo tem sofrido nesse início de século, contribuindo para legitimar um Estado forte (primeiro setor) capaz de atuar em harmonia com o “mercado” (segundo setor) e com a sociedade civil (terceiro setor). Vale lembrar que para Giddens (2001), “os mercados não criam nem sustentam valores

²⁶ Os termos “sociedade do conhecimento” e “economia do conhecimento” são amplamente utilizados pelos teóricos da Terceira Via com o intuito de assinalar uma “transição importante” na natureza da atividade econômica. Para Giddens (2001, p. 74) “A tecnologia da informação, além da tecnologia de comunicações, é o meio capacitador da nova economia, mas seus agentes são os trabalhadores do conhecimento - trabalhadores “conectados” e outros cujo trabalho não está diretamente ligado à produção de bens materiais”. No nosso entender, essa definição cumpre um aspecto ideológico, o qual pretende secundarizar/desaparecer com as classes sociais, negando a centralidade do trabalho e o homem como o único capaz de gerar e agregar valor às mercadorias. Posto isso, os conflitos resultantes do antagonismo de classe perdem a razão de existir. Entretanto, tal afirmação não se pode aferir na realidade dado seu aspecto puramente ideológico.

éticos, que tem de ser legitimados pelo diálogo democrático e mantidos por meio da ação pública” (p. 166).

É necessário, portanto, que o Estado estabeleça o equilíbrio entre as chamadas “esferas de poder”: “precisamos reconhecer essas três esferas por meio de um novo contrato social, adequando para uma era em que a globalização e o individualismo andam lado a lado. O novo contrato ressalta os direitos e as responsabilidades dos cidadãos” (GIDDENS, 2001, p.167).

Segundo Martins (2009, p.77), essa “proposta consiste em ajustar o tamanho da aparelhagem do Estado e de suas possibilidades de intervenção econômica e social” às novas necessidades do capitalismo. Nesse sentido, afirma-se que:

[...] a questão não é mais ou menos governo, mas o reconhecimento de que a governança deve se ajustar as novas circunstâncias da era global; e de que a autoridade, inclusive a legitimidade do Estado, tem de ser ativamente renovada (GIDDENS, 2001, p.82).

Portanto, o projeto político da Terceira Via busca aprimorar a concepção de mundo defendida pela burguesia através da afirmação de um novo modelo de Estado, de uma nova sociabilidade e de uma economia supostamente humanizada como forma de superar as tensões sociais agravadas pelas contradições do modo de produção capitalista da existência humana. Com isso, “identifica-se que o centro das preocupações da Terceira Via não se relaciona aos efeitos nefastos que se abateram de forma radical sobre os trabalhadores, mas sim ao grau de estabilidade político social vivido pelos países” (MARTINS e LIMA, 2005, p.45).

O apelo à participação da sociedade, o apoio ao voluntariado, a criação e até mesmo a refuncionalização de organismos civis são marcas desse projeto. As políticas sociais perdem seu caráter que deveria ser universal para ganhar uma dimensão focal, ou seja, as políticas sociais deixam de ser um dever do Estado e um direito de toda a sociedade passando a ser algo que deve ser conquistado no dia a dia. Sua maior ou menor eficiência assim como sua qualidade subordina-se ao comprometimento de todos. Segundo Martins e Lima (2005, p.45), para a Terceira Via:

Os neoliberais não estão de todo errados ao defenderem com vigor a idéia de mercado, pois uma economia forte se faria com um mercado forte e não pelo dirigismo estatal. A crítica formulada por ela limita-se ao problema da desregulamentação do mercado e do tipo de

participação do Estado, mas não a seus significados políticos e econômicos, como, por exemplo, os problemas relativos à mais-valia, exploração, lucro, etc. Mais do que uma crítica, essa postura indica uma defesa aberta ao capitalismo em sua fase atual. Ao considerar a implantação da doutrina neoliberal como política de Estado, justificando-a simplesmente como uma medida de políticos conservadores, a Terceira Via descontextualiza o neoliberalismo, esvazia seu significado político econômico e o descaracteriza enquanto medida política destinada à reversão da crise estrutural vivida pelo capitalismo na atualidade, procurando com isso, não revelar seus objetivos mais gerais, ou seja, seu caráter reformista.

A reforma do Estado brasileiro, nos moldes desse modelo político-econômico, tem como um de seus principais organizadores Bresser Pereira²⁷.

Bresser Pereira configura-se entre os intelectuais que buscaram combater as idéias de retorno ao liberalismo clássico defendidas por Hayek. Importante ressaltarmos que partimos da concepção gramsciana de “intelectuais orgânicos” como aqueles que têm clareza da correlação de forças e que tomam a tarefa de organizar e anunciar os interesses das classes. As ações desses intelectuais, em sua forma mais profícua, levam em consideração o nível de organização da classe oposta. Segundo Pereira (1997a, p.7):

Nos anos 90, do século passado, se verificou a inviabilidade da proposta conservadora de Estado mínimo, estas reformas revelaram sua verdadeira natureza: uma condição necessária da reconstrução do Estado - para que este pudesse realizar não apenas suas tarefas clássicas de garantia da propriedade e dos contratos, mas também seu papel de garantidor dos direitos sociais e de promotor da competitividade do seu respectivo país.

²⁷ Luiz Carlos Bresser-Pereira é economista e cientista social. É professor emérito da Fundação Getúlio Vargas. Escreve regularmente para *Folha de S. Paulo*, mantém atualizado seu site na internet e é membro de diversas comissões e conselhos, inclusive do Comitê de Especialistas em Administração Pública das Nações Unidas. Foi diretor administrativo de todas as empresas do Grupo Pão de Açúcar. Em 1983, com a eleição de Franco Montoro para o governo de São Paulo, tornou-se presidente do Banespa e, em seguida, Secretário do Governo. Em abril de 1987, tornou-se Ministro da Fazenda do governo Sarney, demitiu-se desse governo no final desse mesmo ano. Em 1988, desligou-se do PMDB e participou da fundação do PSDB. Em 1995, no governo Fernando Henrique Cardoso, assumiu o Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, onde comandou a Reforma Gerencial do Estado de 1995, hoje, segundo Bresser, reconhecida internacionalmente. No segundo mandato, foi durante os primeiros seis meses, Ministro da Ciência e Tecnologia e, posteriormente, assessor do presidente para assuntos de “Terceira Via” (In: <http://www.bresserpereira.org.br/> Acessado em 10 de agosto de 2009).

Portanto, diferentemente de Hayek, Bresser Pereira acredita que o projeto neoliberal, do modo como foi organizado, não poderia lograr êxito na reconstrução do Estado e da nova sociabilidade no Brasil, defendendo uma reforma no Estado que deveria ter como pauta as seguintes preocupações:

(a) um problema econômico-político - a delimitação do tamanho do Estado; (b) um outro também econômico-político, mas que merece tratamento especial - a definição do papel regulador do Estado; (c) um econômico-administrativo - a recuperação da governança ou capacidade financeira e administrativa de implementar as decisões políticas tomadas pelo governo; e (d) um político - **o aumento da governabilidade ou capacidade política do governo de intermediar interesses, garantir legitimidade, e governar** (PEREIRA, 1997a, p.7, grifo nosso).

Assim, ao invés de um “Estado mínimo”, Bresser defende um “Estado necessário/gerencial”, a formação de um aparelho de Estado forte e eficiente que possui uma dimensão institucional-legal que visa descentralizar a estrutura organizacional e criar novas estruturas de execução e gestão definidas pela autonomia, circunscrita pela auto responsabilidade que envolve resultados, competição e controle. Segundo Pereira (1997a) o Estado deve se ocupar de suas tarefas exclusivas que envolvem o emprego do poder de Estado, deixando a cargo de terceiros todos os outros demais serviços. Entretanto, os princípios fundamentais da reforma do Estado devem acompanhar os executores, ou seja, o Estado deve regular, dar diretrizes para essas ações.

As “Organizações Sociais”, ponto central no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, documento organizado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE) no governo Fernando Henrique Cardoso, tendo como ministro Bresser Pereira, tinha como propósito principal incentivar o aumento do “terceiro setor” e alcançar um modelo de administração pública que pudesse se tornar um marco institucional, “baseado no estabelecimento de alianças estratégicas entre Estado e sociedade, quer para atenuar disfunções operacionais daquele, quer para maximizar os resultados da ação social em geral” (PEREIRA, 1997b, p.7). A esse processo de parceria dá-se o nome de “publicização”. Desse modo, “o Estado abandona o papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto no papel de

regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais”²⁸ (PEREIRA, 1997b, p.9).

Ainda segundo o documento, a interferência maciça do Estado brasileiro no mercado desembocou em uma crise administrativa, assumindo características insustentáveis durante a década de 1990. Essa crise teria se manifestado pela

Crise fiscal e o esgotamento da estratégia de substituição de importações, que se inserem num contexto mais amplo de superação das formas de intervenção econômica e social do Estado. Adicionalmente, o aparelho do Estado concentra e centraliza funções e se caracteriza pela rigidez dos procedimentos e pelo excesso de normas e regulamentos (PEREIRA, 1997b, p.8).

Nesse sentido, além do incentivo ao “terceiro setor” o documento elenca como ações inadiáveis:

(1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua governança, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas de maneira conjugada com a sociedade (PEREIRA, 1997b, p.8-9).

Pereira (1997) resume a necessidade da reforma do Estado, afirmando que essa deveria levar em consideração que a crise do Estado de Bem-Estar social foi uma crise fiscal, uma crise do modo de intervenção do Estado no econômico e no social, por conta de uma forma burocrática de administrar. Segundo o autor, está implícito que a coordenação do sistema econômico no capitalismo contemporâneo é, de fato, realizada não apenas pelo mercado, mas também pelo Estado, “o primeiro coordena a economia e o segundo funciona através de transferências para os setores que o mercado não logra

²⁸ “Publicização refere-se à produção não-estatal de bens públicos, por entidades situadas no âmbito do denominado terceiro setor (setor de serviços não orientados para o lucro). [...] baseia-se na publicização de atividades relacionadas a produção de bens públicos realizadas por entidades estatais, ou seja, permitir sua absorção por entidades não-estatais orientadas para certas políticas públicas” (PEREIRA, 1997b, p.17). Essas entidades assumem a lógica gerencial e recebem adjetivo de “empresa cidadã”. Dessa forma passam a receber verbas do Estado e, até mesmo, de organismos internacionais. Apesar do anúncio de serem entidades “não-lucrativas”, podemos verificar altos salários para aqueles que organizam essas entidades assim como privilégios e “status”.

remunerar segundo o julgamento político da sociedade” (1997a p.9). Para Bresser Pereira, quando há uma crise no sistema, sua origem pode ser encontrada ou no mercado ou no Estado, e, no caso da crise do Estado de Bem-Estar Social, a causa fundamental está no “modelo de Estado intervencionista, que, de fator do desenvolvimento, se transforma em obstáculo” (1997a p.12).

Claramente, Bresser Pereira toma a forma aparente do fenômeno enquanto essência ao defender as manifestações da crise como sendo as causas de fundo da mesma. Isola o econômico do político, o Estado da luta das classes e não compreende o papel dos sujeitos enquanto protagonistas desses processos. Portanto, na sua concepção, o Estado torna-se autônomo, uma esfera com dinâmica própria e independente, caindo no completo economicismo e/ou determinismo ao subordinar tudo a uma realidade engessada e fragmentada. Tudo isso desemboca numa defesa e numa visão liberal de Estado.

A reforma do Estado nos moldes da Terceira Via, no Brasil, torna-se um importante meio de difusão da “nova pedagogia da hegemonia”, “uma educação para o consenso sobre os sentidos da democracia, cidadania, ética e participação adequados aos interesses privados do grande capital nacional e internacional” (NEVES, 2005, p.15), representando uma mudança de estratégia para o exercício da dominação. O esvaziamento da responsabilidade do Estado em garantir direitos sociais básicos em nome de um Estado menos burocrático representa uma forma não agressiva de defender as privatizações de serviços. Segundo Melo e Falleiros (2005, p.182), “Embora haja essa disputa semântica, sendo tal processo apresentado como publicização, pode se afirmar estarmos diante de um verdadeiro mecanismo de privatização com diversas faces”. Essa estratégia de afastar a execução dos serviços da aparelhagem estatal expressa a tentativa de repolitizar tais ações, fazendo com que elas tomem uma dimensão puramente técnica, ou seja, busca-se com essa ação desenvolver uma pretensa neutralidade.

Para Martins (2005), essas estratégias representam um refinamento da política que visa construir e perpetuar o projeto burguês de dominação. Segundo o autor, a ideologia da “responsabilidade social” torna-se um exemplo desse movimento e comporta parte dessa estratégia que busca dar visibilidade “positiva” a esse projeto:

A “responsabilidade social empresarial” é uma ideologia que expressa um encerramento de crise e tensões hegemônicas e indica novas

acomodações políticas e novas movimentações qualitativamente superiores que penetram o campo das políticas de Estado e envolvem todas as frações de classe burguesa, reordenando as relações políticas mais amplas localizadas no interior da sociedade civil (MARTINS, 2005, p.151).

Portanto, o projeto de reforma do Estado, gestado a partir das formulações políticas da Terceira Via, cumpre, fundamentalmente, garantir a hegemonia burguesa por meio de um Estado forte e organizado, um Estado capaz de manter as políticas macroeconômicas neoliberais, combinadas com políticas sociais focalizadas, cuja função é atenuar conflitos e aliviar a pobreza, legitimando o sistema capitalista.

Do mesmo modo visa (re) definir a sociedade civil enquanto *locus* da solidariedade, onde os sujeitos e/ou grupos sociais cumprem responsabilidades em nome do bem comum, isso significa definir a “participação popular aos limites de um pacto social no qual capital e trabalho procuram humanizar as relações sociais vigentes de exploração, expropriação e de dominação” (NEVES e SANT’ANNA, 2005, p. 38). Trata-se de uma ação política que busca assimilar e subordinar o conjunto da sociedade a um projeto societário de classe, o que significa o exercício da hegemonia.

2.2 ESTADO COSMOPOLITA, ORGANISMOS INTERNACIONAIS E A TERCEIRA VIA: O ESPORTE ENQUANTO POLÍTICA SOCIAL

A crise do modo de produção capitalista que se aprofundou nos anos finais do século XX teve como consequência uma série de mudanças na configuração do Estado brasileiro. Como vimos no tópico anterior, trouxe, também, novas implicações na forma de conceber e organizar as políticas sociais. Tais mudanças na configuração do Estado e na forma de promoção das políticas sociais, que visam, entre outras coisas, reafirmar o bloco histórico e criar garantias para a dominação de classe, tiveram e têm os Organismos Internacionais como poderosos aliados políticos.

As atuações dos Organismos Internacionais estão, quase sempre, circunscritas em ações simbólicas e materiais, estabelecendo pontos e diretrizes que devem ser

seguidos pelos Estados-nação. Nesse sentido, é comum a realização de encontros, simpósios, conferências mundiais, cartas, manifestos, agendas e declarações²⁹.

Tais eventos e documentos sempre tiveram como pauta a economia, as políticas sociais, as culturas em gerais e, nos anos finais do século XX, um forte apelo ao desenvolvimento da tolerância entre os povos e indivíduos, assim como a construção da cultura de paz no mundo. Segundo a “*Declaração de Princípios sobre a Tolerância*”, aprovada em 1995 pela UNESCO:

A tolerância é o respeito, a aceitação e o apreço da riqueza e da diversidade das culturas de nosso mundo, de nossos modos de expressão e de nossas maneiras de exprimir nossa qualidade de seres humanos. É fomentada pelo conhecimento, a abertura de espírito, a comunicação e a liberdade de pensamento, de consciência e de crença. A tolerância é a harmonia na diferença. Não só é um dever de ordem ética; é igualmente uma necessidade política e jurídica. A tolerância é uma virtude que torna a paz possível e contribui para substituir uma cultura de guerra por uma cultura de paz (UNESCO, 1995, p.11).

Dentro dessa perspectiva, a década de 2001-2010, foi declarada pela Assembléia Geral das Nações Unidas, como um tempo privilegiado para a construção da cultura de paz e não-violência. Nesse sentido, segundo a ONU, as lideranças e forças sociais do mundo inteiro deveriam se preocupar em fortalecer ainda mais o movimento global em prol da paz e da tolerância; os Estados membros devem aderir sem restrições a esse movimento; a UNESCO deve promover ações e documentos em diversos idiomas para o fortalecimento dessa idéia, o mesmo se espera da UNICEF e UNIFEM; os diferentes governos devem incentivar as escolas de ensino fundamental a incluírem nas suas aulas lições sobre o entendimento da tolerância, cidadania ativa, direitos humanos e a promoção de uma cultura de paz; a sociedade civil, principalmente as organizações não-governamentais, devem adequar suas ações ao objetivo da década e ajudar na complementação de ações do Estado que visem a construção da tolerância e da paz; a mídia eletrônica, auditiva e visual deve estar em concordância com essas idéias e do mesmo modo desenvolver ações para ratificá-las; aceitar o dia 21 de setembro de cada ano como a data internacional da construção da paz; os Estados membros, assim como a sociedade civil de cada Estado, devem informar ao secretário geral da ONU suas ações

²⁹ São exemplos emblemáticos: Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948); Carta Internacional da Educação Física e Esporte (UNESCO, 1978); Manifesto 2000 – Por uma Cultura de Paz e Não-Violência (Grupos dos Prêmios Nobel), entre outros.

e resultados no que concerne a suas intervenções de acordo com a observância da década.

Portanto, são várias as mediações, ações e formas de controle para assegurar que os Estados-nação se comprometam com tal perspectiva. Em particular, as diretrizes advindas dos Organismos Internacionais que buscam dar forma e conteúdo às políticas sociais de esporte, principalmente, nos países de capitalismo periférico, tornam-se campo fecundo para refletirmos sobre a nova reconfiguração da dinâmica do poder nas sociedades contemporâneas, marcadas pelo fenômeno da globalização e do não conflito.

No ano de 2001, houve um grande esforço da UNESCO, em parceria com entidades de origem francesa, com o próprio governo Francês e outras organizações internacionais para a realização de um encontro, que congregou cerca de quinhentos jovens de cinquenta e cinco nacionalidades espalhadas nas cinco principais regiões do planeta. Intitulado “Encontro Internacional da Amizade”, teve como objetivo principal incentivar a paz entre os povos e o respeito ao Estado de direito, assim como promover a colaboração entre as nações, contribuindo para a segurança mundial. O esporte, tido por muitos como uma linguagem universal, foi a principal pauta desse encontro³⁰.

O “Encontro Internacional da Amizade” contou, também, com a participação de educadores que tinham a tarefa de propor idéias inovadoras que ratificassem a importância dos esportes na construção de uma “cultura de paz”. Uma série de critérios foram criados para a definição de quem seriam esses jovens e educadores: gozar de boa saúde, apresentar espírito de equipe, ter o desejo de partilhar e ser solidário, ter tido experiências prévias com os esportes, participação ativa na vida das suas escolas de origem, ter disponibilidade e vontade para promover cooperação internacional.

Além disso, era necessário que os jovens tivessem suas mentes abertas e a “curiosidade genuína” de encontrar com jovens de outros países, portadores de vários outros costumes e representações.

Deste modo garante-se, em prol da ótica e das considerações do capital, a formação de um importante contingente de “intelectuais orgânicos” com perfil quase que ideal para exercer a tarefa de difusão e sustentação das temáticas e ações que foram elaboradas no decorrer do encontro.

Para John Daniel (In. UNESCO, 2001), diretor geral de educação da UNESCO, o “Encontro Internacional da Amizade” foi importante para difundir e incentivar o

³⁰ Entre as cinquenta e cinco diferentes nacionalidades presentes no encontro, podemos citar: Brasil, Argentina, Canadá, França, Alemanha, Haiti, Israel, México, Nicarágua, Portugal, entre outros.

mundo a cultivar a solidariedade, a partilhar a amizade e a construir uma cultura de paz baseada na tolerância, no espírito de equipe e no respeito à diversidade. Ainda, segundo Jonh Daniel, o esporte é um meio privilegiado para disseminar esses valores:

Through these activities the young participants and their teachers came to realize the importance of the values which are universally shared through physical education and sport and to grasp the true sense of the universal maxim: *mens sana in corpore sano* (a healthy mind in a healthy body) which is essential for the intellectual and physical development of young people and of all humankind. The variety of the sports and cultural activities made available to the young people revealed the scale of their needs and their expectations, generating an impact and spin-off that far exceeded our hopes and the targets that were set (In. UNESCO, 2001, p.4).³¹

A metodologia e a programação do encontro que buscou envolver os jovens participantes tiveram como eixo central as discussões e ações para reforçar a “importância” do esporte na construção da cidadania. Sendo assim, as atividades durante o encontro foram divididas da seguinte forma: prática esportiva, atividades culturais e formação intelectual. Vejamos as tabelas abaixo.

Tabela 1: Metodologia e objetivos a partir da prática esportiva.

Grupos	Esportes	Objetivos	Metodologia
Grupo A: Esportes em equipe.	Futebol Rugby Hockey	Desenvolverem juntos: o <i>fair play</i> ; o respeito pelas regras; a tolerância com as meninas. A idéia, principal, é trabalhar a ideia de unidade e desenvolver a “vontade de cooperar”.	As equipes deveriam ser compostas por jovens de diferentes países e sempre respeitando as regras originais de cada esporte.

³¹ Tradução: “Através da atividade os jovens podem perceber a importância e os valores que são universalmente compartilhados através do esporte – uma mente saudável em um corpo saudável -, que é essencial para o desenvolvimento intelectual e físico dos jovens e de toda a humanidade. A variedade dos esportes e das culturas revelaram a dimensão das suas necessidades e expectativas, gerando um impacto que excedeu largamente as nossas esperanças e metas defendidas”.

Grupo B: Novas experiên cias.	Remo Kayak Golf Esgrima	Introduzir nos jovens novas experiências esportivas, trazendo a tona “a beleza da descoberta”.	*
Grupo C: Esportes e jogos tradicion ais.	*	Reforçar valores e o dialogo intercultural.	Os participantes formaram equipes pequenas e envolvido em uma variedade de jogos que requerer perícia, a solidariedade, a criatividade e iniciativa.

Fonte: Elaboração própria do autor a partir do documento da UNESCO (2001).

*Não há dados disponíveis.

Tabela 2: Metodologia e objetivos a partir das atividades culturais.

Atividades culturais	Objetivos	Metodologia
Bateria e dança africana; música e dança inglesa; hip hop; pratos tradicionais da cultura inglesa.	Promover espírito de solidariedade, cooperação e tolerância. Compartilhar um momento de alegria e amizade.	Sob a orientação de especialistas, os jovens criaram um “criativo workshop”, que ajudou a aprimorar um diálogo intercultural.

Fonte: Elaboração própria do autor a partir do documento da UNESCO (2001).

Tabela 3: Metodologia e objetivos a partir da formação intelectual.

Temas	Objetivos	Metodologia
Tema A: Esporte, prevenção e saúde.	Evidenciar os benefícios físicos que se adquire com a prática esportiva.	1- Os debates foram organizados entre os jovens participantes, atletas de alto nível e especialistas em esportes. Eles se concentraram sobre a dimensão ética e humanista relacionadas a prática esportiva.
Tema B: Acesso e igualdade de gênero.	Evidenciar a importância das estruturas esportivas e reconhecer a mulher como parceira na competição.	2- Antes do encontro os participantes tinham preparado

Tema C: Cultura da não violência e o <i>fair play</i> .	Reconhecer que o esporte é um facilitador decisivo na construção da cidadania e um veículo privilegiado para a promoção da paz, justiça e tolerância.	contribuições sobre os temas em seus países de origem. Os pensamentos e observações que trouxeram para os debates foram utilizados como um trampolim para as discussões.
Tema D: Integração através do esporte.	Reconhecer a capacidade do esporte em aglutinar diferentes setores da sociedade.	3- Os participantes foram divididos em grupos de 30 membros, sob a orientação de um especialista no domínio em causa.

Fonte: Elaboração própria do autor a partir do documento da UNESCO (2001).

Nota: Todos os debates resultaram na elaboração de encaminhamentos que deram origem ao “apelo da juventude”. Documento que trataremos mais a diante.

Tais diretrizes e valores vinculados à cultura esportiva durante a realização do “Encontro Nacional da Amizade” encontram-se em plena concordância com o projeto político da Terceira Via. De acordo com Giddens (2001), um dos principais desafios da humanidade para o século XXI consiste em construir uma maior integração global além de enfrentar as transições que estão ocorrendo na sociedade mundial. Segundo o autor, “numa sociedade pós-tradicional, a autoridade não pode ser legitimada por símbolos tradicionais” (GIDDENS, 2005, p.82). Desta forma, o esporte é visto como um dos símbolos não tradicionais para afirmação da autoridade, isto é, da direção intelectual e moral de uma classe sobre o conjunto da sociedade.

Ainda, segundo o autor, o mundo passa contar com um “maremoto de globalização a partir de baixo”. São milhares de organismos localizados na sociedade civil global. Nesse sentido, a ação principal da Terceira Via para o desenvolvimento global é promover aquilo que se espera que aconteça em níveis locais e nacionais, ou seja, “uma ordem global saudável” buscando “alcançar um equilíbrio [harmônico] entre o governo, a economia e a sociedade civil” (GIDDENS, 2001, p.126) em favor da cultura de paz. Destaca-se nesse processo as ações dos Organismos Internacionais, especialmente a UNESCO, BM e FMI. Nesse sentido, Melo (2005) afirma que:

A presença de “novos atores sociais” [...] começa a ser louvada como uma saída para a ineficiência do Estado que sempre comparado a um animal grande, pesado, sem agilidade e ineficiente, seria o grande opositor das reformas sociais por vir. Essa presença de novos sujeitos

políticos coletivos não só é reconhecida pelo Banco Mundial como são estimuladas cada vez mais as ações de associações de natureza extra-econômica na condução de diversas políticas sociais (p. 73-74).

O texto produzido pelos jovens no final do “Encontro Internacional da Amizade”, intitulado “Apelo da Juventude”, traduz muito bem a opção político-econômica do bloco histórico mundial de envolver a sociedade civil na execução de políticas sociais e de criar responsabilidades nos indivíduos. O documento foi dirigido aos jovens, educadores, organizações e autoridades nacionais e internacionais responsáveis por elaborar políticas. O texto carrega uma mensagem de paz, solidariedade e a necessidade da cooperação internacional. Enfatiza a importância dos esportes na integração dos jovens na sociedade e o respeito à pluralidade³².

Portanto, segundo as determinações da UNESCO, o esporte torna-se instrumento pedagógico privilegiado para a formação ético-política, em nível global, dos diferentes atores sociais. Dentro desse processo – de educar o mundo para uma nova sociabilidade - o esporte ganha dimensões e aspectos que visam amoldar corações e mentes dentro de uma gama de normas, valores e condutas importantes para a dominação de classe e a universalização de um modo de agir e pensar.

Além disso, a hegemonia sobre o prisma da Terceira Via precisa estar sedimentada em um mundo mais cosmopolita. Para Giddens (2005), o patriotismo de Estado pode exacerbar o sentimento nacionalista e criar conflitos, rompendo com a salutar diplomacia entre as nações, “os aspectos divisórios do nacionalismo não vão desaparecer, é claro. Mas é exatamente de uma versão mais cosmopolita de nacionalidade que necessitamos para mantê-los sob controle” (p.141). O autor completa afirmando que o Estado forte não é aquele extremamente preparado para a guerra, mas sim aquele que aceita os limites da soberania.

Deste modo, a palavra divisas – “a defesa das divisas territoriais gera extrema violência” - deve ser substituída por fronteiras: “as divisas dos Estados atuais estão se tornando fronteiras por causa de seus laços com outras regiões e seu envolvimento com agrupamentos transnacionais de todos os tipos” (GIDDENS, 2005, p.142). A União Européia, para o autor, é um marco importante para o desenvolvimento dessa política.

³²O “Apelo da Juventude” foi redijido por uma comissão formada por onze estudantes, presentes no Encontro Internacional da Amizade, representando as cinco regiões do mundo. O apelo foi escrito em inglês e francês, sob a orientação da UNESCO.

Diferentemente do neoliberalismo ortodoxo, a Terceira Via quer propor saídas coletivas para os problemas sociais mundiais.

Giddens (2005) afirma que o cosmopolitismo assegura os aspectos ativos de uma nação, porém, “hoje, identidades nacionais devem ser sustentadas num meio colaborativo, em que não terão o nível de exclusividade que tiveram outrora, e em que outras lealdades existem a seu lado” (p.146). A construção da nação deve estar circunscrita na solidariedade e respeito em relação às demais, não prevalecendo os antagonismos: “o resultado disso, como em outras áreas da sociedade, é uma construção mais aberta e reflexiva da identidade nacional – que assinala o que a nação tem de distintivo e suas aspirações, numa forma menos convicta que antes” (p.146). A enunciada “linguagem universal do esporte” contemporâneo pode contribuir nesse processo.

Para Poulantzas (2000), analisar as nações significa articulá-las em termos da luta de classes. O autor afirma em relação às nações modernas:

As matrizes espacial e temporal são pressupostos de relações de produção apenas porque elas se materializam aí como luta de classes: surgem historicamente como produto desta luta. Mas, sob esse aspecto, elas não são o produto de uma classe-sujeito da história, elas são a resultante de um processo: a história é o processo da luta de classes. A nação moderna não é portanto a criação da burguesia, mas a resultante de uma *relação* de forças entre as classes sociais “modernas”, na qual estão igualmente *em jogo* diversas classes (POULANTZAS, 2000, p.115).

Para Melo (2005), os principais Organismos Internacionais que buscam defender os interesses do capital mundial, bem antes do fim do século XX, já viam o neoliberalismo ortodoxo como um conjunto de proposições político-econômicas pouco eficazes na resolução dos problemas sociais mundiais. A continuidade da dominação e da hegemonia burguesa dependia de adequações, diretrizes e normas mundiais que fossem capazes de restabelecer a ordem e o desenvolvimento capitalista. Nesse cenário, os Organismos Internacionais aumentam, ainda mais, sua força de intervenção

Objetivando instituir uma linguagem hegemônica nos anos 1990, organismos internacionais como o FMI e o Banco Mundial fazem a apologia de uma cidadania ativa, dirigindo as ações entre países e indivíduos para ações de interdependência, de colaboração, evocando a imagem de uma sociedade harmoniosa, em que instituições sociais, comunidades e cidadãos participariam ativamente de seus destinos e

de seu progresso e sucesso no mundo do trabalho a partir de suas habilidades e competências. Saberes que cada um, de forma individual, teria a responsabilidade de construir para si próprio, como aquisição de um capital de conhecimento (MELO, 2005, p. 69-70).

Tal capital de conhecimento, importante para que a sociedade civil, de forma ativa, busque soluções para os problemas sociais, foi amplamente trabalhado com os jovens e educadores, no decorrer do “Encontro Internacional da Amizade”, como já explicitamos acima.

A solidariedade e a tolerância entre os indivíduos se constituem, portanto, em importante referência para a sociabilidade do século XXI, buscando estabelecer a coesão social e desenvolver a harmonia entre os diferentes, consolidando a chamada cultura de paz.

A Terceira Via, ao propor uma política que visa reduzir os antagonismos de classe em diferenças entre grupos de indivíduos, (re)definir a sociedade civil nos marcos da solidariedade, tornar a economia mais justa sem romper com o neoliberalismo, busca construir uma aparência envernizada para dar continuidade e aprimorar o projeto de mundo defendido pela burguesia.

Em 2003, os sentidos atribuídos ao esporte no Encontro “Internacional da Amizade” foram ampliados e defendidos pela Assembléia Geral das Nações Unidas. A resolução 58/5 intitulada: “Sport as a means to promote Education, Health, Development and Peace”³³, aprovada por essa assembléia, proclamou o ano de 2005 como o ano Internacional do Desporto e da Educação Física. Além disso, procurou delinear metas a serem alcançadas pelo mundo através da mediação esportiva. Vejamos a tabela.

Tabela 4- Metas para o novo milênio.

Metas	Como alcançá-las através da mediação esportiva.
Erradicar a extrema pobreza e a fome.	Proporcionar oportunidades de desenvolvimento. Icentivar a indústria do esporte, bem como a organização de grandes eventos desportivos. O esporte fornece habilidades essenciais para uma vida produtiva.

³³ Tradução: "O esporte como um meio de promover a Educação, Saúde, Desenvolvimento e Paz".

Alcançar o ensino primário universal.	O esporte promove positivamente valores e habilidades nos jovens. Atividades esportivas torna a escola mais atrativa e melhorara o rendimento do aluno.
Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.	O esporte ajuda a mulher ganhar confiança e se integrar socialmente. Envolver meninas em atividades esportivas junto com os meninos podem ajudar a superar preconceito.
Reduzir a mortalidade infantil e melhorar a saúde materna.	O esporte pode ser um meio eficaz para proporcionar às mulheres um estilo de vida saudável.
Combater o HIV / Aids, a malária e outras doenças.	O esporte pode ajudar a transmitir mensagens de prevenção, pode efetivamente ajudar a superar preconceitos, estigma e discriminação, favorecendo uma melhor integração social.
Garantir a sustentabilidade ambiental.	O esporte é ideal para aumentar a conscientização sobre a necessidade de preservar o meio ambiente.
Desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.	O esporte oferece inúmeras oportunidades para parcerias inovadoras para o desenvolvimento e pode ser usado como uma ferramenta para criar e fomentar parcerias entre países desenvolvidos.

Fonte: Elaboração própria do autor a partir do documento da ONU (2003).

Desta forma, além dos Estados aceitarem o ano de 2005 como o ano internacional do desporto, também buscaram preencher suas agendas políticas com as questões e ações voltadas para a cultura esportiva. Segundo o documento, o esporte ganha tamanha adesão, posto que pode desempenhar um “papel importante” ao nível individual, comunitário, nacional e mundial.

For the individual, sport enhances one’s personal abilities, general health and self-knowledge. On the national level, sport and physical education contribute to economic and social growth, improve public health, and bring different communities together. On the global level, if used consistently, sport and physical education can have a long-lasting positive impact on development, public health, peace and the environment (ONU, 2003, p.5).³⁴

³⁴ Tradução: “Para o indivíduo, o esporte melhora suas habilidades pessoais, saúde geral e auto conhecimento. Em nível nacional, o desporto e a educação física contribuem para o crescimento social e

De acordo com Kofi Annam, o então secretário-geral da ONU nesse período, o esporte “It can be a powerful force for good in the lives of people devastated by war or poverty – especially children”³⁵ (In. ONU, 2003, p.2). De modo semelhante, seu assessor, Adolf Ogi afirma: “together with Governments, Civil society and the United Nations system, the world of sport will help us demonstrate the value and power of sport to improve education, health, development and to reach lasting peace”³⁶ (In. ONU, 2003, p.2).

A resolução 58/5 também prevê que o esporte tem a capacidade de “inserir as mulheres nas relações sociais”

The skills and values learned through sport are especially important for girls, given that they have fewer opportunities than boys for social interaction outside the home and beyond family networks. Through sport, girls are given the chance to be leaders and improve their confidence and self-esteem. As girls begin to participate in sport, they also acquire new interpersonal links and access to new opportunities, allowing them to become more engaged in school and community life (ONU, 2003, p.6).³⁷

Historicamente, as meninas – futuras mulheres trabalhadoras – têm tido um inserção subordinada nas relações sociais de produção e no próprio convívio social. Sabemos, no entanto, que essa inserção subordinada é funcional para a reprodução ampliada do capital.

Toledo (2010), em seus estudos sobre a condição da mulher trabalhadora, afirma que o modo de produção capitalista vale das diferenças para ampliar as margens de lucros e que as mulheres cada vez mais têm sido encorajadas a colaborar “em prol de um suposto objetivo comum, que poderia ser alcançado pelas mulheres, caso elas

melhoraria da saúde pública de diferentes comunidades. No nível global, se usados de forma consistente, o desporto e a educação física podem ter um impacto positivo e duradouro no desenvolvimento das nações, na saúde pública, na paz e no meio ambiente”.

³⁵ Tradução: “Pode ser uma força poderosa para promover o bem na vida das pessoas devastadas pela guerra ou pobreza - especialmente as crianças”.

³⁶ Tradução: “Em conjunto com governos, sociedade civil e do sistema das Nações Unidas, o mundo vai ajudar a demonstrar o valor e o poder do esporte para melhorar a educação, saúde, desenvolvimento e chegar a uma paz duradoura”.

³⁷ Tradução: As habilidades e valores aprendidos através do desporto são especialmente importantes para as meninas, já que elas têm menos oportunidades do que os meninos para a interação social fora de casa e além das redes familiares. Através do esporte, as meninas têm a oportunidade de serem líderes e melhorar a sua confiança e auto-estima. Como as meninas começam a participar em atividades desportivas, elas também adquirem novas relações interpessoais e do acesso às novas oportunidades, permitindo que se tornem mais engajadas na vida da escola e da comunidade.

lutassem juntas, independente de origem ou classe social” (p.65). Ainda segundo a autora, esse modelo de pensar e agir vem ganhando cada vez mais força com a difusão das teses pós-modernas que apregoam o fim da história e da luta de classes, dando origem a uma nova ordem mundial.

Mais especificamente, no que concerne a educação, segundo o documento, o esporte desenvolve “essential values and life skills including self-confidence, teamwork, communication, inclusion, discipline, respect and fair play”³⁸ (ONU, 2003, p.6), e ainda, protege o psicológico do aluno melhorando a concentração e sua participação nas aulas, sobretudo na educação básica. Conclui-se, portanto, que o esporte aparece como panacéia dos problemas que envolvem a educação, os quais certamente estão localizados em solos muito mais profundos. Ainda mais se levarmos em consideração o quadro de desemprego estrutural e as crises do capitalismo, que juntos remodelam a educação sempre na perspectiva do mercado, lhe atribuindo uma alta carga ideológica.

Para Frigotto (1994), dentre as conseqüências da crise do capital na educação, pode se citar a subordinação mais imediata da formação humana às leis do mercado, tendo ainda no plano epistemológico a difusão da tese da “sociedade do conhecimento” e o fim da sociedade do trabalho. Segundo esse autor, as orientações para a formação – sociedade do conhecimento, qualidade total, formação flexível, polivalente e educação geral abstrata – assumem, nesse sentido, uma postura cínica, “uma espécie de jogo do truco, onde o blefe é uma tática singular” (p.35). Ou seja, a educação assume, entre outras coisas, uma postura ideológica mais eloqüente. Ainda segundo o autor, tais demandas educacionais vêm se apoiando nas diretrizes dos organismos internacionais ligados à globalização do capital. No caso brasileiro:

A explicitação de que esta demanda tem caráter orgânico pode ser aprendida tanto pela ação dos organismos de classe dos empresários nacionais (CNI, FIESP, IEL) e sua articulação com os organismos internacionais (FMI, BID, BIRD, OIT) quanto por uma crescente literatura internacional e nacional que analisa a crise do modelo fordista de organização e gestão do trabalho, a reorganização mundial da economia e do processo produtivo e as conseqüências para a educação e qualificação da força de trabalho (FRIGOTTO, 1994, p.38).

³⁸ Tradução: “valores essenciais e habilidades para a vida, incluindo a auto-confiança, trabalho em equipe, comunicação, inclusão, disciplina, respeito e *fair play*”.

Segundo Neves (2005), situar a educação como política social do Estado capitalista significa compreender as mudanças qualitativas em relação à produção das mercadorias, das estruturas jurídico-políticas e das relações sociais globais imbricadas numa correlação de forças.

Isto significa, na realidade, admitir que, de um modo geral, o ritmo e a direção do desenvolvimento das políticas educacionais, em determinada formação social concreta capitalista na atualidade, estão relacionados tanto com a consolidação dos níveis de participação popular alcançados – ou seja, com o alargamento dos mecanismos de controle social das decisões estatais -, como também com o nível de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção (NEVES, 2005, p.16).

Portanto, parece haver um consenso entre Frigotto (1994) e Neves (2005) ao defenderem que a educação, dentro da recomposição das forças produtivas capitalistas, assume um importante papel na formação técnica e ético-política do novo trabalhador. De forma mais específica a educação é direcionada para formar no trabalhador as competências básicas exigidas para a “empregabilidade” e a nova “sociabilidade”, pautadas na afirmação da individualidade (ANDERSON, 1995; GENTILI, 2005).

Na prática, a formação para a “empregabilidade”, fundamentada no empreendedorismo, busca fornecer as competências técnicas e ético-políticas para o indivíduo se manter empregado. Entretanto, se o trabalhador não consegue se empregar é porque não adquiriu competências suficientes ou não se interessou em obtê-las, com isso a educação transfere ao indivíduo a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso pessoal e profissional (GENTILI, 2005).

No que diz respeito à saúde relacionada ao esporte, o documento defende que as principais causas de até 60% das mortes no mundo, estão ligadas a pessoas inativas, e que o esporte e a educação física são “crucial for life-long healthy living. Sport and play improve health and well-being, extend life expectancy and reduce the likelihood of several non-communicable diseases including heart disease”³⁹ (ONU, 2003, p.7), além disso é essencial para manter a saúde da mente e construir “valiosas conexões sociais”.

³⁹ Tradução: “são cruciais para a vida longa e saudável. O esporte melhora a saúde e o bem-estar, aumenta a expectativa de vida e reduz o risco de várias doenças não-transmissíveis incluindo a doença cardíaca”.

Segundo Loureiro e Della Fonte (1997), é a visão funcionalista sobre saúde que permite este tipo de afirmação: a prática de esporte como solução para os malefícios da vida moderna. Para os autores, essa afirmação demonstra a superficialidade que tem se abordado o tema saúde, qual seja: as doenças ou “morbidades” não têm nada a ver com as relações sociais concretas e sim com um desvio dos indivíduos, ou seja, uma não adesão consciente de hábitos mais saudáveis.

Podemos observar que a estrutura social capitalista determina e legitima várias idéias, valores e atitudes altamente patológicos. Por um processo de naturalização, essas patologias são apresentadas como inerentes ao ser humano. Longe de serem compreendidas como patologias, elas são tidas como qualidades. Assim, aceita-se como normal a busca do lucro como objetivo de toda atividade econômica, a exploração do homem pelo homem, o individualismo, a competitividade e a ambição como valores modernos, a repressão de idéias e sentimentos rotulados como tabus, a satisfação imediata de desejos como tradução da felicidade, a reificação das pessoas e das relações sociais e a alienação (LOUREIRO e DELLA FONTE, 1997, p.2)

Em outras palavras, o modo de vida/trabalho, ainda sobre a égide de uma sociedade classista, conserva uma estrutura de poder e uma política mundial de grandes impactos no que concerne à sobrevivência dos indivíduos. Nessa direção, a preocupação dos Organismos Internacionais consiste, também, em criar certa ideologia que vai “tornar” os indivíduos os únicos culpados ou responsáveis pelo seu estado de saúde.

O esporte, nesse caso, torna-se um poderoso instrumento que visa dinamizar toda essa estrutura ideológica que gira em torno das relações sociais capitalistas, que em última instância não permite condições dignas de trabalho, acesso igual às tecnologias e profissionais da área da saúde. Os riscos derivados da produção de mercadoria para o lucro capitalista são diversos e ligados a inúmeras causas: radiações, ruídos, frio e calor intenso, pressões anormais, umidade, poeiras, gases, vapores, compostos químicos, esforço físico intenso, controle de alta produtividade, trabalho noturno, monotonia, trabalho repetitivo, máquinas e estruturas mal conservadas, entre outras causas.

Diante dessa reflexão é possível afirmar que a pretensa saúde relacionada ao esporte, defendida pelos Organismos Internacionais, serve duplamente à reprodução da sociedade capitalista. Se, de um lado, busca convencer as pessoas de que a “ausência de saúde” é uma escolha consciente e natural de hábitos não saudáveis, por outro, busca ocultar as contradições do modo de vida/trabalho em uma sociedade de classes.

Em síntese, a repercussão negativa das relações capitalistas contemporâneas nas formações sociais nacionais — tais como: aumento da desigualdade social, perdas de direitos trabalhistas, desequilíbrio ambiental, aumento da exploração, aumento da violência no campo e nas cidades, surtos de doenças e principalmente a não garantia de direitos básicos como saúde, transporte, educação e outros — podem ser contrabalanceados a partir da fórmula mágica que o esporte assume na ótica dos Organismos Internacionais, qual seja: segundo a resolução 58/5, o esporte oferece uma oportunidade de inclusão moral e social dos sujeitos marginalizados, rompe com barreiras culturais em relação ao sexo, a deficiência e outras discriminações, através do esporte o sujeito excluído torna-se livre, igual e liberto das mazelas sociais.

De acordo com Pina (2009), existem modos antagônicos de compreender a segregação de grupos historicamente discriminados. O autor aponta que no debate contemporâneo sobre a “exclusão” predominam os entendimentos ancorados na ‘pós-modernidade’, cuja dimensão ideológica reforça as relações sociais capitalistas. A forma pós-moderna de entender a exclusão

teria tornado o paradigma da luta de classes ultrapassado para tratar dessa temática, visto que a lógica da “exclusão” não estaria necessariamente sincronizada ou dependente da forma pela qual se justifica ou circula o poder econômico. Dito de outra forma, esse entendimento buscou ressaltar que a “exclusão”, sendo efeito de práticas não econômicas, deveria ser entendida para além de clivagens clássicas calcadas no aspecto econômico, centradas na relação capital trabalho ou pautadas em relações de hegemonia. [...] A tomada de consciência das situações de “exclusão” gerou uma demanda para resolução dessas situações. Daí o surgimento de formulações que buscam resolver a problemática da “exclusão”. Dentre essas formulações, pode-se destacar os paradigmas da integração e da inclusão, que, tendo emergido, em diferentes épocas, tornaram-se predominantes na sociedade (PINA, 2009, p.67-68).

Ainda segundo Pina (2009), a configuração do capitalismo, principalmente nos anos iniciais do século XXI, vem ordenando uma série de iniciativas que visam estabelecer a coesão social sem alterar os fundamentos da sociedade. Para esse autor, a orientação pós-moderna, que consiste em aporte teórico e político para tratar as questões sociais, está identificada com o aspecto ideológico do neoliberalismo. É por isso que, sob essa orientação, a exclusão não é entendida como resultado de procedimentos de “inclusão forçada” (FONTES, 1996) utilizados pelo bloco no poder para adequar os “desviantes” à disciplina exigida pelo capital.

Os fundamentos e desdobramentos da nova estrutura de poder global, apregoados pela Terceira Via, sugerem portanto, uma “nova pedagogia da hegemonia” (Neves, 2005), que, por sua vez, está ancorada nos rumos envernizados da política-econômica neoliberal que cada vez mais vem ganhando novos adeptos no mundo inteiro. Trata-se de um modo contemporâneo de reafirmar a velha política de dominação de uma classe sobre a outra, porém, agora, com foco especial na sociedade civil, lócus privilegiado para a construção da hegemonia.

As bases dessa construção recaem na tentativa de esvaziamento dos antagonismos presentes numa sociedade cindida por classes, através da “pequena política”, que tem por objetivo principal, alinhar a realidade e a prática social da sociedade civil nos marcos do consenso, ou seja, em adesão, inconsciente ou consciente, ao modo de produção capitalista.

A partir de todos esses apontamentos, pode-se concluir que o “Estado cosmopolita” orientado pelos Organismos Internacionais tem como eixo central definir uma nova sociabilidade que coincida com os interesses do bloco historicamente dominante, uma vez que, reduz as contradições de uma sociedade de classes a simples disparidades possíveis de serem solucionadas através de um pacto social entre os indivíduos e organizações presentes na sociedade civil. São diversas as políticas que esse Estado lança mão para difundir tal ideologia, sendo a política social de esporte, talvez, devido sua grande penetração no mundo, a principal delas.

CAPÍTULO III

OS “NOVOS” CAMINHOS PARA UMA POLÍTICA ECONÔMICA NACIONAL E AFIRMAÇÃO DO NEOLIBERALISMO DA TERCEIRA VIA: HEGEMONIA RENOVADA E O APROFUNDAMENTO DA INSTITUCIONALIZAÇÃO ESPORTIVA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO.

Objetiva-se com esse capítulo analisar o processo de institucionalização do esporte nos governos Collor/Itamar e FHC, tendo como mediação a configuração do bloco no poder e as políticas sociais. Para tanto, partiremos da configuração das forças políticas de sustentação das diversas candidaturas, da configuração do bloco no poder em cada período, das definições sobre as políticas sociais para explicar o processo e a consolidação de uma pasta ministerial específica, no governo Lula, para tratar do tema esporte.

No decorrer do capítulo buscaremos mostrar que, já no final do século XX e início do século XXI, o esporte, agora presente de forma muito mais robusta na aparelhagem estatal do que no período que analisamos, desenvolvimentismo, juntamente com outras políticas, torna-se ainda mais estratégico na construção e na manutenção da sociabilidade burguesa. Deste modo, adquire grande importância na superação da crise e na conseqüente reforma do Estado em meados de 1990, sendo aplicado junto aos fundamentos da “nova pedagogia da hegemonia” com o intuito de educar o consenso (Neves, 2005).

3.1- GOVERNOS COLLOR/ITAMAR

A nova eleição presidencial em 1989 representou a fase final da “transição democrática” e foi marcada pela polarização entre projetos. De um lado, o projeto ligado às forças populares e de esquerda, reunidas na candidatura Lula (PT) e, por outro, pelas diversas candidaturas ligadas à direita, em especial a candidatura Collor (PRN). Em 1990, toma posse Fernando Collor de Melo, o primeiro presidente eleito em eleições diretas desde o início da ditadura civil-militar⁴⁰.

⁴⁰ A eleição de 1989, marcada por diversas candidaturas das forças historicamente dominantes, demonstra de modo mais empírico a crise de hegemonia que se arrastava desde meados da década de 1970, posto a incapacidade dessas forças em se constituir enquanto um bloco para contrapor as forças progressistas em curso.

O “grande desafio” do governo ainda continuava sendo o controle da inflação e a tão desejada estabilidade econômica. O governo Collor estava concentrado a por fim à política de caráter desenvolvimentista, se apresentando como uma força capaz de modernizar o Estado e restabelecer a economia de mercado. Logo no início, lançou o “Plano Collor”, que esboçava a adesão às teses neoliberais e a tentativa de adequar o Brasil à economia mundial.

O plano estabeleceu, entre outras coisas, o confisco temporário das poupanças e outras aplicações financeiras; o restabelecimento do congelamento dos preços e salários; o retorno do cruzeiro enquanto moeda nacional. Também buscava fomentar reformas administrativas que passava pela demissão de funcionários, privatizações, abertura da economia e entrada de produtos estrangeiros, buscando motivar a indústria local, câmbio flutuante, desregulamentação e liberalização do mercado (CARVALHO, 2003). Tais medidas, nos primeiros meses, trouxeram certos impactos no desenvolvimento da economia, mas, pouco depois, já se via uma reversão em grandes proporções, levando a um índice crescente de desemprego e miséria.

No governo Collor foi criada a Secretaria de Esporte, tendo como secretário o ex-jogador de futebol Artur Antunes Coimbra (Zico). Nesse momento iniciou uma grande discussão em relação ao esporte, culminando com um projeto de lei. Segundo o próprio Zico⁴¹, foi o presidente Collor quem mais incentivou a elaboração desse projeto, porém, quando esse foi apresentado formalmente, o mesmo elencou alguns problemas relacionados ao seu conteúdo. O principal deles era que as novas medidas aplicadas ao esporte mexiam com os interesses de alguns setores que o apoiaram na eleição. A conclusão disso é que o projeto de lei foi engavetado, motivo que gerou o pedido de demissão do então secretário de esporte. Quem assumiu a secretaria foi o ex-jogador de vôlei Bernard Rajzman.

Deste modo, o governo Collor entra para história do país como aquele que inicia o processo de adesão às políticas neoliberais, no entanto, não logrou êxito em suas medidas. As próprias forças do bloco no poder demonstravam preocupação. O fato da candidatura Collor ter sido impulsionada e criada em larga escala pela mídia, o que demonstrava, portanto, uma ausência de referência na base dos movimentos, partidos e outras estruturas que pudessem dar sustentação a seu governo, fez com que o bloco no poder se colocasse com enormes dificuldades para gerir os problemas de agravamento

⁴¹ Em entrevista cedida para o site “UOL esporte” em 13/04/2010.

social, ao mesmo tempo em que começavam a tornar público diversos escândalos de corrupção, levando a constantes manifestações públicas. Em 1992, Collor sofre o processo de *impeachment* e quem assume o cargo é o seu vice Itamar Franco⁴².

O governo Itamar Franco esteve marcado pela tentativa mais robusta de reorganizar o bloco no poder, buscando, para tanto, uma ampla aliança entre a maioria dos partidos políticos. Portanto o objetivo foi a desfragmentação das forças dominantes que estiveram presentes em outras candidaturas nas eleições de 1989. O governo também se concentrou em duas medidas principais: realizar plebiscito em que seria votado o tipo de regime político que o Brasil assumiria - monarquia ou república - e o tipo de governo - parlamentarismo ou presidencialismo; e a realização do Plano Real.

Implementado sob a coordenação do então ministro da fazenda Fernando Henrique Cardoso, o Plano Real também visava colocar fim à inflação e estabilizar a economia. O desenvolvimento da política seguia os mesmos fundamentos de Collor: privatizações de empresas estatais, diminuição do funcionalismo, contenção de gastos públicos e abertura da economia à competição internacional. O Plano Real sob a ótica do ministro FHC obteve êxito, freando a inflação. Esse fato leva o presidente Itamar Franco a terminar seu mandato com uma excelente popularidade em relação aos presidentes que o antecederam, o que também impulsionou a candidatura à presidência de FHC em 1993.

No que tange ao esporte, no governo Itamar Franco, foi sancionada a Lei 8.672/93. A lei é uma restauração, na íntegra, do projeto apresentado no governo Collor pelo seu secretário de esporte. Por isso leva o nome: Lei Zico. Em seu primeiro artigo, a lei busca enfatizar que as normas para o esporte devem obedecer aos fundamentos constitucionais do Estado de direito e que a prática do mesmo se dá em duas correntes: esporte formal – regulada pelas normas e regras de cada modalidade – e a não-formal, caracterizada pela ludicidade (BRASIL, 1993).

Não há dúvidas de que essa lei trouxe profundas alterações na legislação esportiva, ao passo que também representou uma tentativa mais robusta de se institucionalizar o esporte no Brasil, uma vez que reforça a estrutura do Estado denominada Sistema Brasileiro do Desporto, formada basicamente pelo Conselho Superior de Desporto, pela Secretaria de Desporto localizada dentro do Ministério da Educação e do Desporto e pelo Sistema Federal do Desporto (BRASIL, 1993).

⁴² Aqui, mais uma vez, apesar da intensa mobilização popular, o que se percebe é uma estratégia política também advinda do alto.

O Conselho Superior de Desporto referenciado no quinto e no sexto artigo da referida lei é definido como um órgão de caráter normativo e consultivo que, entre suas atribuições, é responsável por fazer cumprir a lei, aprovar código de justiça desportiva, definir prioridades orçamentárias, outorgar certificados de mérito⁴³. É composto por membros nomeados pelo presidente da república, respeitando critérios de representações, entre eles: secretário de esporte do Ministério da Educação e do Desporto; representante do Comitê Olímpico Brasileiro; representantes do esporte profissional e dos atletas profissionais; representante dos árbitros; representante das empresas que apóiam o esporte; representante da imprensa (BRASIL, 1993).

Já as atribuições da Secretaria de Desporto consistem em elaborar o Plano Nacional do Desporto e garantir o papel do Estado segundo a constituição. O Sistema Federal do Desporto, por sua vez, tem a finalidade de promover e aprimorar as práticas desportivas de rendimento, congregando pessoas físicas e jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos, especialmente o Comitê Olímpico Brasileiro e as Confederações de Desporto⁴⁴.

É fato que a lei Zico introduz na aparelhagem de Estado novos elementos - administrativos, burocráticos e judiciários - relacionados à cultura esportiva. Há, dessa forma, um considerável aumento do “pessoal do Estado” no próprio seio do Estado. Nesse sentido, criam-se disputas econômicas e políticas pautadas nos diferentes organismos e interesses (POULANTZAS, 2000). Portanto, as políticas sociais que envolvem a cultura esportiva, referenciadas na lei, devem ser entendidas, também, como uma forma a priori de manter certos interesses e uma conseqüente acumulação de capital por determinadas frações de classe que passam a disputar recursos e poder na aparelhagem de estatal.

Do mesmo modo, a institucionalização do esporte deve ser compreendida como um poderoso meio de manter a estrutura de classe do Estado, posto que o bloco no poder, ao conceber a cultura esportiva nos moldes e a partir dos valores do modo de produção capitalista, consegue, de maneira eficaz, promover o consenso e o fortalecimento de certas ideologias.

⁴³ A Certificação por mérito representou um importante passo para iniciar as chamadas parcerias público privadas. As parcerias prevêm benefícios fiscais e prioridades para aquelas empresas ou organismos que estiverem em acordo com a lei

⁴⁴ Ao Comitê Olímpico Brasileiro, formação de direito privado, compete representar o país em todos os eventos olímpicos ou de mesma natureza em consonância com o Comitê Olímpico Internacional.

Essa afirmação se mostra de forma mais clara no momento em que identificamos na lei seus fundamentos, que estão ancorados nos princípios da autonomia, da democratização, da liberdade, do esporte enquanto direito social, do respeito ao esporte nacional, da educação, da qualidade, da segurança e da eficiência (BRASIL, 1993).

Busca, também, envolver o esporte em três frentes: “esporte educacional” - através dos sistemas de ensino buscando a formação para a cidadania; “esporte de participação” - através do voluntarismo buscando integração, preservação do meio ambiente, promoção de saúde e vida social; “esporte de rendimento” - praticado segundo normas e regras estabelecidas pelas confederações de cada modalidade, buscando estabelecer conexões com outras nações (BRASIL, 1993).

Tais fundamentos e conceituações encontravam-se desfeitos durante os anos de ditadura, mas exatamente no período de “reabertura democrática” e da retomada do Estado de direito, o esporte ganha novamente esses contornos na aparelhagem do Estado. Nesse sentido, a justificativa da lei era adequar a cultura esportiva ao texto constitucional.

Portanto, a “Lei Zico” busca, em certa medida, modernizar e atribuir novos sentidos à cultura esportiva. Outro foco que tomou grande parte da lei foi a regulação da atividade profissional, passando desde determinações para os atletas até as agremiações e clubes. Em termos mais gerais, a lei previa que os clubes deixassem de ser organizações sem fins lucrativos para se transformarem em empresas segundo as normas da constituição⁴⁵ (BRASIL, 1993).

Em síntese, a entrada do neoliberalismo no Brasil teve como principal objetivo superar a crise político-econômica iniciada em meados de 1970, na tentativa de se reconstruir a hegemonia no país. Entretanto, a nação - principalmente os empresários e as várias frações de classe ligadas ao capital - continuavam carentes de um projeto que pudesse alavancar de forma mais sólida um cenário de prosperidade econômica e fortalecimento político de seus interesses. Nesse contexto, o processo de institucionalização do esporte na aparelhagem estatal, embora importante, foi ainda muito modesto, limitado a certos aspectos ideológicos, envolvendo uma suposta democratização. Os governos Collor e Itamar somente iniciaram um processo intenso de transformação do esporte em objeto de intervenção sistematizada do bloco no poder.

⁴⁵ Os atletas teriam passe livre a partir do ano de 2000 e seu contrato se definiria de acordo com a relação patrão e empregado, segundo as leis trabalhistas vigentes.

3.2- GOVERNOS FHC E A CONSOLIDAÇÃO DO MODELO NEOLIBERAL DA TERCEIRA VIA

Ainda que o bloco no poder tenha impetrado, principalmente no governo Itamar, “importantes” passos na tentativa da reconstrução da hegemonia, o início da década de 1990 ainda preservava um profundo quadro de instabilidade e incertezas quanto ao desenvolvimento da política e da economia. A aliança entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido da Frente Liberal (PFL) na eleição de 1994 - entorno da candidatura FHC - significou um marco na reorganização do bloco no poder.

O grau de correlação de forças alcançado nos anos finais de 1980, caracterizado pelo avanço das forças progressistas e pelo refluxo momentâneo das forças de conservação, espelhado em boa parte nos resultados do processo constituinte e da primeira eleição direta para a presidência da república pós-ditadura militar, vem-se alternando consideravelmente a partir dos anos 1990 [...] pode se afirmar que a história política do Brasil a partir dos anos 1990 tem sido a história de recomposição, consolidação e aprofundamento da hegemonia da burguesia brasileira (NEVES, 2005, p.88-89).

Munido de um ideal que visava por fim à cultura política presente na constituição do Estado brasileiro e nas relações clientelistas desenvolvidas ao longo de quase todo o século XX, o então bloco no poder adotou uma política clara de ajustes e reformas tendo como eixo a “modernização” do país e suas instituições. “Esse princípio básico de seu projeto [do bloco no poder] tomou a forma concreta de um ousado e ambicioso plano de privatizações e de uma abertura substancial da economia” (PAULANI, 2006, p.88-89). Tais ações buscavam dar consequência às políticas neoliberalizantes iniciadas no governo anterior, tendo como referência as orientações advindas do Consenso de Washington⁴⁶

⁴⁶ O Consenso de Washington foi realizado nos EUA no ano de 1989 por diversos intelectuais, economistas e Organismos Internacionais, entre eles Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI). As orientações e medidas retiradas nesse evento tiveram fundamentação nos escritos de John Williamson e tinham como objetivo principal o ajuste das economias dos países periféricos de acordo com o interesse do capital internacional. O Consenso de Washington também buscou orientar como os próximos presidentes dos países de economia periférica poderiam obter as condições e apoios necessários para desenvolverem a política de estabilização e reformas do Estado. Desse modo, tais orientações ganharam a forma de um manual que passaria a ser adotado pelos principais organismos multilaterais e que deveria ser aplicado em diversos países do globo, inclusive no Brasil.

Segundo Fiori (1998), podemos definir parte do conteúdo dessas orientações da seguinte forma:

Um programa ou estratégia seqüencial em três fases: a primeira consagrada à estabilização macroeconômica, tendo como prioridade absoluta um superávit fiscal primário envolvendo invariavelmente a revisão das relações fiscais intergovernamentais e a reestruturação dos sistemas de previdência pública; a segunda, dedicada ao que o Banco Mundial vem chamando de “reformas estruturais”; liberação financeira e comercial, desregulação dos mercados, e privatização das empresas estatais; e a terceira etapa, definida como a da retomada dos investimentos e do crescimento econômico (p.12).

É consenso entre seus formuladores que tais orientações possuem uma natureza perversa no que tange à manutenção dos direitos sociais e às garantias da sobrevivência dos “indivíduos”. Tal aspecto explica a dificuldade de sustentar um governo, nesses moldes, minimamente estável, o que exige uma grande habilidade política dos gestores e governos, assim como táticas eleitoreiras apuradas. Nesse sentido, podemos indagar: como tais orientações foram tão facilmente assimiladas e levadas a cabo no governo FHC?

Segundo Fiori (1998) a melhor fase de implantação dessa política encontra-se nos momentos de crises, abalos estruturais, sendo mais bem aplicada quando se constrói uma “coalizão de poder suficientemente forte para aproveitar as condições favoráveis e assumir, por um longo período de tempo, o controle de governos sustentados por sólidas maiorias parlamentares” (p.13).

Portanto, diferentemente do que muitos acreditam, o governo FHC não cria um modelo próprio de “Estado”. Na verdade, foi dinamizado e concebido pelo então bloco no poder – dirigido pelo capital financeiro - para “garantir” a coalizão necessária durante oito anos de mandato, tempo razoável, para consolidar uma conseqüente abertura do mercado nacional e as adequações às formas globalizantes da macroeconomia. Para Fiori (1998)

[...] o velho “tripé” econômico e sua aliança com as elites políticas regionais entrou em crise e precisa ser refeito. Dos antigos aliados, a velha elite política está esfacelada regionalmente; o sócio internacional “financeirizou-se”; o empresariado local, que já se “ajustou” em nível microeconômico, mantém sua velha opção ainda quando tenha encontrado seu exato lugar enquanto “sócio menor associado” e, por isso, já alinhou plenamente com o livre-cambismo

antiestatista do *Washington consensus*; e por fim, o Estado, falido financeiramente, já foi, além disto, destruído de forma absolutamente irracional e ideológica pelo governo Collor (p.16).

Portanto, o governo FHC encontrou espaço suficiente para uma profunda adesão ao programa político-econômico liderado, especialmente, pelo FMI e o Banco Mundial. O autor prossegue sua análise afirmando que, apesar da conjuntura propícia para o desenvolvimento dessa política, o passo mais importante foi a aliança realizada entorno de sua candidatura.

Uma aliança que obviamente não se explica por razões puramente eleitorais, pois afinal Collor e Berlusconi já demonstraram que nesse campo é possível obter melhores resultados por caminhos mais diretos e “modernos”. O que a nova aliança de FHC [centro direita com PFL] se propõe, na verdade, é algo mais sério e definitivo: remontar à tradicional coalizão em que se sustentou o poder conservador no Brasil. Este é o verdadeiro significado direitista de sua decisão [...] costurou de forma brilhante e eficiente a adesão de quase toda a grande imprensa e do empresariado, mas sobretudo os apoios internacionais que faltaram a Collor, haja vista, além das avaliações de risco das grandes consultoras financeiras publicadas pela imprensa internacional [...] Faltam-lhe ainda, contudo, duas coisas: o apoio das lideranças políticas regionais, que vem negociando com imensa dificuldade a partir do PFL, e, sobretudo o dos eleitores, que pretende obter através do sucesso instantâneo de seu Plano Real (FIORI, 1997, p18).

Na mesma linha de análise, Paulani (2006), pontua várias situações que vinham travancando o processo de reorganização do bloco no poder em torno das políticas neoliberalizantes, que, apesar dos avanços do governo anterior, passaram a serem ajustadas de forma mais contundente pelo governo FHC, são elas: as altas taxas de inflação, que provocavam grandes incertezas no mercado; a regulação da política cambial; dificuldade de controlar os gastos do Estado; o tamanho e o grau de intervenção do Estado na economia; leis trabalhistas muito rígidas; e o monopólio do Estado no setor previdenciário que regulava uma importante camada financeira do mercado.

Ainda segundo a autora, uma das medidas que possibilitou o governo FHC a realizar tais ajustes foi o “Plano Real”.

(...) ele resolveu o problema [alta inflação] que impedia praticamente o funcionamento do país como plataforma de valorização financeira

internacional. (...) Além disso, o plano abriu espaço para uma série de outras mudanças que teriam lugar no governo FHC. A abertura da economia, as privatizações, a manutenção da sobrevalorização da moeda brasileira, a elevação inédita da taxa real de juros, tudo passou a ser justificado pela necessidade de preservar a estabilidade monetária conquistada pelo Plano Real (PAULANI, 2006, p.91).

Portanto, tanto Fiori (1998) quanto Paulani (2006) são categóricos em afirmar que o governo FHC consolidou o neoliberalismo no país. Entretanto, é necessário considerar que este governo, que estabeleceu o processo de ajuste macro-econômico e realizou as reformas estruturais nos termos propostos pelo Consenso de Washington, assumiu também o neoliberalismo da Terceira Via – Estado gerencial, uma nova dinâmica para a sociedade civil, e ações voltadas para a coesão social - como referência (MARTINS, 2009).

É possível afirmar, então, que a entrada do neoliberalismo no Brasil buscou combinar as políticas neoliberalizantes com a ideologia da “justiça social” e que, portanto, pode ser considerada tardia, acompanhando a tendência internacional que, em 1998, se concentrou na Cúpula da Governança Progressista, operando, em nível mundial, um novo padrão de sociabilidade, definindo no campo das relações sociais uma “nova pedagogia da hegemonia⁴⁷” (NEVES, 2005). Segundo Martins (2009, p.141), seus pontos centrais podem ser assim definidos.

(a) Diluir as formas de identificação do trabalhador com a sua classe através do estímulo ao chamado *individualismo como valor moral radical*, fortalecendo a idéia de *cidadania ativa* circunscrita à noção de voluntariado, através de incentivos à criação de demandas cada vez mais específicas e desconectadas do mundo do trabalho; (b) reordenar o papel das organizações da sociedade civil pré-existente para torná-las instrumentos de difusão da nova sociabilidade, fortalecendo a noção de *sociedade civil ativa*; (c) incentivar o surgimento de organizações de novo tipo em condições de atuar na execução das políticas sociais, fortalecendo o *capital social* das comunidades e os modelos de *descentralização participativa* rumo à formação da chamada *sociedade do bem-estar*.

A proposta, portanto, busca redefinir os laços sociais envolvendo diversos atores e instituições com o objetivo de amenizar os efeitos das reformas estruturais. Nesse sentido, as políticas sociais são orientadas para compensar os ajustes e tecer certo tipo

⁴⁷ Tais estratégias que visam dar nova forma ao neoliberalismo – Terceira Via – e o próprio movimento da Cúpula da Governança Progressista foram amplamente expostas no capítulo anterior, assim como os intelectuais orgânicos que buscaram formular e dar organicidade a esse modelo de Estado.

de amparo social, envolvendo uma natureza flexível, gerencialista e focalizada. Portanto, tais políticas desconsideram as razões mais profundas que envolvem as classes, as relações sociais de produção e as minorias, remetendo tanto o “sucesso” quanto o fracasso para uma pura e simples ação do “indivíduo” numa relação de causalidade.

Em síntese, as políticas sociais no governo FHC assumiram uma dimensão que visa levar alívio aos grupos mais marginalizados, através de ações focalizadas - política de subsídios localizados nos programas de bolsas – com o objetivo de assegurar minimamente o apoio da parcela da sociedade que mais sofre com esses ajustes e reformas e promover coesão social. Em relação a esse último – coesão social -, embora possa se admitir “certos avanços”, o governo FHC ainda encontrava muitas resistências de organismos da sociedade civil identificados com as lutas históricas da classe trabalhadora, para que aprofundasse tal ação, como fizera o governo Lula⁴⁸.

Mais uma vez o esporte aparece como substrato para potencializar as ações do Estado. O governo FHC fortalece e aprofunda as estruturas do Estado, reformulando as instâncias da aparelhagem estatal e criando o Ministério Extraordinário de Esporte em 1995. A pasta foi designada para o ex-jogador de futebol Edson Arantes do Nascimento (Pelé)⁴⁹. A Secretaria de Desporto vinculada ao Ministério da Educação passa se chamar Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto (INDESP), que passa ser vinculado ao Ministério Extraordinário de Esporte.

Nesse período, foi aprovado o projeto que deu origem à “Lei Pelé”, de número 9615/98. Essa lei guardou profundas relações com a “Lei Zico”. Podemos afirmar que se tratou de uma atualização onde se mantiveram todos os princípios e conceitos, porém dando ênfase à relação do atleta com os clubes, principalmente, em torno da modalidade futebol. Tais atualizações foram motivadas pelo entendimento do que o futebol, durante sua história, se tornou uma atividade, cada vez mais geradora de renda e empregos, se consolidando entre as maiores marcas de entretenimento mundial. Em seus desdobramentos a discussão principal estava em torno do passe-livre.

Essa temática foi alvo de intensas disputas, envolvendo a presença maciça de parlamentares de várias frentes políticas, organismos como Tribunal Superior do

⁴⁸ Havia uma frente de esquerda liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que buscava a todo o momento denunciar e desarticular o bloco no poder. As críticas ao governo FHC tiveram um bom nível de assimilação por determinados setores da sociedade civil, posto o aumento do desemprego, a intensificação da má distribuição de renda, o arrocho salarial e a desregulamentação de leis trabalhistas.

⁴⁹ Pela terceira vez na mesma década, a questão social esporte ficou a cargo de um ex-esportista.

Trabalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro, FIFA, CBF, Confederação Sul – Americana de Futebol, dirigentes de clube, federações e atletas. Em suma, podemos definir essa disputa em torno do passe dos atletas como uma disputa movida pela tentativa de consolidar as bases de sustentação de prestígios e lucros. A representação por parte dos trabalhadores ficou a cargo das grandes estrelas do futebol, não dando voz à imensa maioria de atletas sem grandes expressões e ligados a pequenos clubes e agremiações em nível nacional, estadual e municipal.

Ao longo de seu mandato, FHC efetuou novas mudanças: criação de um novo Ministério do Esporte e Turismo em 1998. O primeiro a assumir a pasta foi Rafael Grecca⁵⁰ (1999 – 2000), depois substituído por Carlos Carmo Melles⁵¹ (2000 – 2002). Em 2000, foi criada a Secretaria Nacional de Esporte em substituição ao INDESP.

No próximo capítulo, iremos evidenciar por que o Governo Lula consegue, com muito mais eficiência, desenvolver os ajustes e as reformas do modo como foram projetadas, em especial, durante os oito anos de governo FHC. A priori, pode-se concluir que, os fundamentos políticos são mantidos, porém, a forma de aplicá-los adquiriu novos rumos e estratégias para que, uma vez consolidados, pudessem ser aprofundados. Conclui-se também que no governo de FHC houve uma crescente investida no que tange à implantação de leis específicas ao esporte, culminando, ainda que extraordinariamente, com a criação de um Ministério próprio para esse assunto.

⁵⁰ Rafael Grecca é formado em economia e engenharia. Membro do PMDB foi prefeito em Curitiba (1993-1997), deputado federal (1998) mais votado no Estado do Paraná. À frente do Ministério dos Esportes e Turismo foi acusado pelo Ministério Público Federal de ser um dos chefes da máfia do bingo e autorizar irregularmente a instalação de máquinas caça-níquel. Depois disso foi deputado estadual (2002-2006) no Estado do Paraná.

⁵¹ Carlos Carmo Melles é empresário do agronegócio. Membro do PFL/DEM foi deputado federal por quatro vezes consecutivas desde 1994.

CAPITULO IV

GOVERNOS LULA E O APROFUNDAMENTO DO MODELO NEOLIBERAL DA TERCEIRA VIA

Grande parte da sociedade brasileira, principalmente aquela ligada à luta da classe trabalhadora, acreditava que a eleição de Lula da Silva/PT, no ano de 2002, seria uma possibilidade concreta de ampliar direitos e conquistas no âmbito do Estado.

Essa crença foi potencializada pelo nível de insatisfação relacionado à política agressiva de matriz neoliberal impetrada durante oito anos de governo FHC, que, como já vimos, tinha como substantivo e imperativo as reformas e a austeridade econômica em acordo com os organismos multilaterais – FMI e Banco Mundial -, levando o país a bater alto índice de desemprego e aumentar consideravelmente a miséria de determinados grupos.

Entretanto, apesar da existência dessa crença, - nas conquistas de melhorias em prol da classe trabalhadora e de políticas sociais mais robustas -, isso não chega a se confirmar na prática. A própria aliança eleitoral com o Partido Liberal (PL) de seu vice José de Alencar, legítimo integrante da burguesia industrial, já antecipava essa conclusão. Contudo, definir o atual governo nos marcos da ruptura, da continuidade ou do aprofundamento em relação a política-econômica desenvolvida na era FHC só é possível se tomarmos o poder não como abstração, mas sim como resultado das relações sociais que envolvem as alianças políticas, as correlações de forças e o embate pela hegemonia.

Ainda no período de campanha eleitoral, a base aliada em torno da candidatura Lula da Silva/PT desenvolveu várias falas e, até mesmo, cartas endereçadas aos organismos internacionais e frações burguesas nacionais, reiterando que não fazia o menor sentido mexer no curso da política desenvolvida pelos seus antecessores, apenas seria necessário algumas adequações. Tal afirmação nos dava a clareza de que não havia disputa entre projetos, mas sim rearranjos nos marcos da “pequena política”-fundamento da Terceira Via.

De acordo com Poulantzas (2000), a classe dominante se constitui, em conjunto, a partir de um núcleo duro – propriedade privada e exploração. Contudo, essa não pode ser considerada um todo sem fissuras. No interior da própria classe existem interesses que se diferem segundo as opções pelos nichos de valorização e extração de capital

dentro das relações sociais de produção. Segundo Boito Jr (2005), em geral há uma sobre posição do capital financeiro no modelo neoliberal de Estado. No Brasil não tem sido diferente, dado:

[...] a identificação política ideológica das entidades nacionais e internacionais do capital financeiro com os sucessivos governos neoliberais no Brasil. A política desses governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva, vem sendo orientada e plenamente aprovada pelo FMI, Banco Mundial, Febraban e outras. Indicador significativo dessa situação é a simbiose que se verifica entre o pessoal dirigente dos sucessivos governos do período, principalmente o pessoal do Ministério da Fazenda e o do Banco Central, e o pessoal dirigente do setor financeiro nacional e internacional (BOITO, Jr., 2005, p.61).

Portanto, também no governo Lula da Silva, a hegemonia do capital financeiro é preservada, tendo a frente do Banco Central o economista e executivo Henrique Meireles que já havia disputado o cargo de deputado federal pelo PSDB e hoje, em 2011, encontra-se filiado ao PMDB, dois partidos que sempre foram alvos de intensas críticas advindas da bancada e militância petista. Entretanto, o autor vai um pouco mais além quando trata especificamente do governo Lula da Silva.

a hegemonia política do grande capital financeiro nacional e internacional não se exerce sem resistência e nas mesmas condições ao longo de todo o período neoliberal. [...] a novidade do governo Lula neste terreno é que ele promoveu uma operação política complexa, que consistiu em possibilitar a ascensão política da grande burguesia interna industrial e agrária voltada para o comércio de exportação – no que respeita ao médio capital, não houve alteração no interior do bloco no poder sob o governo Lula. Os negócios da grande burguesia interna prosperam sob o governo Lula e ela encontrou uma posição mais confortável na economia nacional (BOITO, Jr., 2005, p.62).

Conclui-se dessa forma, que o governo Lula da Silva preserva a macropolítica mundial ao mesmo tempo em que fortalece e amplia as bases burguesas de sustentação de seu governo. Mas sem dúvida o grande êxito desse governo consiste no “apassivamento da sociedade civil” por meio de uma contundente política de assimilação de organismos e movimentos outrora combativos (FONTES, 2006). Podemos dizer que a vitória de Lula da Silva/PT nas eleições de 2002 teve como desdobramento uma adesão – consciente ou inconsciente - quase que automática desses

movimentos e organismos ao desenvolvimento das políticas neoliberais. Soma-se a isso, a criação de inúmeros outros aparelhos privados de hegemonia que “direta ou indiretamente na sociedade civil, contribuem para a manutenção da hegemonia burguesa” (NEVES e SANT`ANNA, 2005, p. 34).

Com isso, não queremos dizer que não havia a tentativa de se explorar esse mesmo movimento no governo anterior. Na verdade, esses são requisitos primordiais para o aprofundamento do neoliberalismo da Terceira Via e que por conta da trajetória do PT e do próprio presidente Lula da Silva – que ajuda perpetuar e criar ilusões no seio da classe trabalhadora -, são amplamente potencializados.

Portanto, essa é a manobra complexa do atual bloco no poder que permitiu – no limite das contradições capitalista - a retomada do desenvolvimento e a superação parcial da crise de hegemonia que por condições internas ao modo de vida/trabalho capitalista se arrastava e ainda se arrasta nesse início de século.

Outro traço marcante no governo Lula da Silva concerne na divulgação de números e estatísticas, que supostamente foram alcançados através de uma consciente “mudança” – em relação ao governo anterior – no âmbito da política e da economia. Esses números e estatísticas compreendem comemorações relacionadas basicamente: ao aumento do emprego e do PIB; ao aumento das indústrias e exportações; e principalmente uma suposta diminuição da pobreza. Se de um lado pesa sobre tais afirmações uma parcela de verdade, do outro esses indicadores não podem tomar formas abstratas de análise.

Filgueiras e Gonçalves (2007) ao historicizar tais números e estatísticas afirmam que o governo Lula da Silva teria a seu favor uma combinação de diversos fatores que permitiu que esse governo alcançasse o aumento de certos indicadores. O “fato é que a situação econômica internacional tem sido muito favorável [pelo menos até 2008] em todas as esferas das relações econômicas internacionais, ou seja, nas esferas comercial, produtivo-real, tecnológica e monetário-financeira” (p.34). Portanto, não se pode concluir de modo mecânico que o aumento de certos indicadores estão relacionados a uma ruptura real com os fundamentos dos eixos políticos defendidos e executados, durante a era FHC.

Os mesmos autores também indicam que há um aumento nas exportações em sua grande maioria relacionado a mercadorias de baixo valor agregado e que esse fato contribuiu para o crescimento do PIB. Entretanto, tão crescimento não é proporcional ao

orçamento das políticas públicas, mas sim a parcela de capital executadas em dívidas externas e internas. Deste modo, nunca as frações burguesas obtiveram tanto lucro comparado a outros governos no mesmo espaço de tempo.

Enfim, Lula consolida o modelo marcado pelo padrão de distribuição de renda de enorme desigualdade, reduzidas taxas de crescimento e investimento, inserção internacional passiva e grande vulnerabilidade externa estrutural. O governo Lula reafirmou a política econômica herdada do governo anterior e, apoiado no melhor desempenho conjuntural do setor externo, deu novo fôlego ao modelo, legitimando-o politicamente e soldando mais fortemente os interesses das diversas frações de classes participantes do bloco de poder dominante (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p.112).

No que tange as políticas sociais, essas são em sua maioria, estruturadas em programas focalizados, inclusive, a exemplo da era FHC, em transferência de renda nos moldes defendidos pelos organismos multilaterais. Esse tipo de política social “tem limites dados, necessariamente, pelo modelo de desenvolvimento vigente e se articula funcionalmente a ele como uma espécie de contra face da política macroeconômica ortodoxa” (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p.112).

Como de costume no desenvolvimento da política social nas sociedades capitalistas, o governo Lula da Silva não leva em consideração as relações de exploração alimentadas pela classe dominante deixando de fora a essência daquilo que forma e constitui as minorias. Do mesmo modo não rompe com a máxima liberal de que as políticas sociais devem ser asseguradas de acordo com o desenvolvimento e interesse da economia e não como direito inalienável para além do discurso.

A política social no governo Lula da Silva também busca aprofundar a participação da sociedade civil na execução dessas políticas. Nesse sentido, quem mais tem ocupado esse espaço são os empresários de diferentes ramos, através da ideologia da “responsabilidade social” e, também, ONGs, OSCIPs e tantos outros organismos que se multiplicaram exponencialmente nas últimas décadas, forjando uma sociedade civil ativa e colaborativa com os negócios do Estado. “Vale ressaltar que para o neoliberalismo da Terceira Via a participação é simplesmente um instrumento utilitário para salvaguardar o direito à propriedade, à coesão cívica e à liberdade individual” (MARTINS, 2009, p.257).

No que tange o esporte, no governo Lula, mais especificamente em 2003, o processo de institucionalização do esporte culminou com a criação de um Ministério

específico para tratar do tema. O primeiro ministro a assumir a pasta foi o Agnelo Queiroz então deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), partido da base aliada que elegeu o atual bloco no poder⁵².

Agnelo Queiroz permaneceu no cargo até 2006, quando se afastou para se candidatar ao senado pelo Distrito Federal. Mesmo após a saída de Queiroz, a pasta permaneceu na cota do PC do B, tendo sido nomeado como Ministro o então secretário executivo Orlando Silva Jr, que foi mantido como titular do Ministério no governo Dilma. Orlando Silva Jr. é também quadro do PC do B.

Na condição de integrante do bloco no poder no governo Lula da Silva, Orlando Silva Jr. se tornou membro do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial, vice-presidente do Conselho Ibero-Americano do Esporte (CID), membro do Conselho Sul-Americano do Esporte (CONSUDE), membro do Conselho Americano do Esporte (CADE), e foi presidente da Conferência de Ministros de Estado dos Países de Língua Portuguesa (BRASIL, 2011)⁵³.

O Ministério dos Esportes é composto pelo **Gabinete do Ministro, Assessoria Jurídica, Secretaria Executiva**⁵⁴ que é responsável pela liberação de recursos, supervisão das secretarias nacionais e na definição de projetos e diretrizes para as políticas nacionais de esporte. **Secretaria Nacional de Esporte Educacional** que se divide em Departamento de Esporte Escolar e de Identidade Cultural e Departamento de Esporte Universitário, responsáveis por coordenar, formular e implementar políticas relativas ao esporte considerado de ação educacional em parceria com organismos nacionais e internacionais de origem privada ou pública; **Secretaria Nacional de Desenvolvimento de Esportes e de Lazer** que se divide em Departamento de políticas Sociais de Esporte e de Lazer e Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte,

⁵² Agnelo Queiroz é formado em medicina pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Iniciou sua carreira política como representante sindical chegando à presidência da Associação Nacional dos Médicos Residentes. Foi eleito deputado distrital em 1989 e logo em seguida três vezes deputado federal. Em 2003 assume o Ministério dos Esportes. Agnelo Queiroz foi investigado em diversos crimes de corrupção desde a utilização do aparato ministerial para questões pessoais até desvio de dinheiro público em parcerias com ONG's e associações esportivas. Agnelo Queiroz deixa o ministério em 2006 para se candidatar a senador da república, entretanto não foi eleito, passando a dirigir a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) em 2007. Em 2008 deixa o PC do B, filia-se ao PT e em 2010 é eleito governador do Distrito Federal.

⁵³ Orlando Silva Jr., também foi ex-presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE) no período de 1995 a 1997, ex-presidente da União da Juventude Socialista (UJS) de 1998 a 2001 e representante da Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD) entidade que congrega organizações juvenis de todos os continentes (BRASIL, 2011).

⁵⁴ Tendo a sua frente o secretário Waldemar Manoel Silva de Souza que substituiu o Wadson Ribeiro – ex-presidente da UNE - ambos filiados, também, ao PC do B.

responsáveis em elaborar políticas sociais no âmbito do esporte e lazer; **Secretaria Nacional de Esporte de Alto rendimento** dividida em Departamento de Esporte de Base e de Alto Rendimento e Departamento de Excelência Esportiva e Promoção de Evento, voltada para potencializar e desenvolver o esporte e a competição de alto desempenho. Além das secretarias existem também o **Conselho Nacional de Esporte** (CNE) e mais recentemente uma **Assessoria Especial de Futebol** (BRASIL, 2011).

O CNE é responsável por normatizar e prestar assessoramento de maneira geral, funciona desde o início do ministério e é composto por vinte e dois membros: Ministro, chefes das quatro secretarias, representante do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), representante do Comitê Paraolímpico Brasileiro (CPB), representante da Comissão Nacional de Atletas (CNA), representante do Conselho Nacional de Educação Física (CONFEF), representante dos clubes sociais, representante do Colégio Brasileiro de Ciência do Esporte (CBCE), representante da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), representante da Comissão Desportiva Militar Brasileira (CDMB), representante da Organização Nacional de Entidades Nacionais Dirigentes de Desportos (ONED), Representante dos Secretários e Gestores Municipais de Esporte e Lazer, representante do Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Esporte e Lazer e seis representantes do Desporto Nacional. A Assessoria Especial de Futebol foi criada após a confirmação que o Brasil seria a sede da Copa do Mundo de 2014.

É possível reconhecer em diversos documentos advindos de Organismos Internacionais, principalmente quando se trata de diretrizes políticas para países de economia periférica, que a criação e (re) construção de ministérios, secretarias, departamentos, para cuidar da temática do esporte é algo que deve ser incentivado mundialmente nesse início de século (UNESCO, 2001; ONU, 2003).

Tal diretriz é um importante indicativo de que o esporte cada vez mais vem ganhando espaço e notoriedade na aparelhagem estatal, tendo reconhecido - pelo bloco historicamente dominante - o seu grande potencial para a construção da sociabilidade na contemporaneidade, posto os valores que lhe podem ser atribuídos e seu modo de linguagem universal. Pode-se dizer que um dos exemplos mais emblemático dessa afirmação, hoje, no mundo é o caso brasileiro.

A criação da pasta ministerial, diz respeito, também, a acomodação das alianças políticas realizadas no período eleitoral. Desde a criação do Ministério, os principais cargos ficam nas mãos do PC do B, que apóia as candidaturas do PT desde 1989 e que

atua fortemente, através de suas correntes, no movimento estudantil. É fácil constatar que a União Nacional dos Estudantes (UNE) nos últimos anos se transformou na maior base de sustentação do atual governo entre os jovens.

Enfim, todo o período analisado demonstra que o esporte sempre esteve na pauta dos governos e que há uma crescente ação de institucionalização do esporte, motivada principalmente por interesses de frações de classes ligadas a indústria esportiva e o domínio, por parte da sociedade política, da função educacional – para o consenso - que o esporte assume.

O período que sucedeu a ditadura civil-militar, denominado de “reabertura democrática”, permitiu uma intensa produção de críticas ao modelo e as políticas públicas de esporte. Entretanto, essas críticas não se concretizaram em grandes lutas para contrapor o modelo hegemônico de esporte gestado desde os anos iniciais do século passado. Não obtiveram êxito na tentativa garantir a democratização/universalização do esporte enquanto um direito social a ser assegurado pelo Estado.

CAPÍTULO V

POLÍTICA NACIONAL DE ESPORTE

O processo brasileiro de institucionalização do esporte na aparelhagem estatal e, com maior penetração, na sociedade civil foi intensificado nos primeiros anos desse novo século, justamente quando o projeto modernizante da social-democracia ou Terceira Via se tornou uma referência no país. Esse quadro nos traz a urgência de tentarmos alcançar os significados e os efeitos das políticas públicas de esporte, tendo como referência as relações sociais que incidem na construção do consenso e do novo padrão dominante de sociabilidade.

No Brasil, a criação do Ministério dos Esportes, em 2003, veio acompanhada de várias ações que buscaram dar visibilidade política a essa nova pasta e ao mesmo tempo envolver – com claras limitações e contradições – organismos da sociedade civil na construção e legitimação de uma Política Nacional de Esporte. Nessa linha, uma das primeiras ações ministeriais foi a convocação das Conferências de Esporte através do decreto presidencial de 21 de janeiro de 2004⁵⁵.

5.1 CONFERÊNCIAS NACIONAIS DE ESPORTE

As Conferências Nacionais de Esporte aconteceram em várias etapas: livre, preparatória, regional, estadual e nacional. Sendo que a retirada de delegados para etapa nacional somente ocorreu nas etapas regionais e estaduais de cada Conferência. Os outros delegados foram os representantes de Ministérios e Secretarias do governo federal, membros do Conselho Nacional de Esporte (CNE), membros da comissão organizadora nacional, representantes das entidades nacionais de administração do esporte, secretários estaduais de esporte e representantes da sociedade civil organizada.

Segundo o bloco no poder, as Conferências serviram para ampliar a participação da sociedade na definição dos rumos e ações dos Ministérios, democratizando a definição da política setorial. Essa perspectiva fica evidenciada no discurso do presidente Lula da Silva, proferido na abertura da I Conferência de Nacional de Esporte:

⁵⁵ No governo Lula da Silva, as realizações de Conferências se deram em diversos setores sociais

Esta é uma Conferência Nacional que fala diretamente ao meu coração. Como cidadão e como Presidente da República sou um homem que valoriza - e muito - o esporte. Fico feliz de estarmos aqui para debater e enriquecer a Política Nacional do Esporte e Lazer. (...) Quero começar reafirmando o que disse na abertura da Conferência Nacional do Meio Ambiente: nosso governo atua para fortalecer a sociedade porque acredita que só assim será possível transformar o Estado numa República a serviço de todos. (...) Por isso é necessário que continuemos a fazer esse diálogo de forma organizada e permanente, pública e transparente, autêntica e leal, dentro e fora dos gabinetes. Vocês sabem que no nosso governo, o como fazer é tão importante quanto o quê fazer. Temos por meta expandir e fortalecer a democracia participativa (In: BRASIL, 2011, s/d).

O anúncio da importância de se “democratizar” o acesso às formulações, resoluções e ações do Ministério deve ser contextualizada politicamente, considerando as orientações contidas no projeto da Terceira Via. A valorização da participação cidadã na definição da chamada “esfera pública” é algo que vem sendo difundido e implementado, tornando-se um dos imperativos “democráticos” no início desse novo século. Contudo, a “participação cidadã” e a construção de “mecanismos populares de controle democrático” no âmbito do governo Lula da Silva, assim como no governo anterior, mantêm intocado o núcleo estratégico de formulação política e suas decisões. Isso significa que participar não corresponde a decidir, se restringe apenas a opinar, legitimar e apoiar a implementação de decisões tomadas pelo núcleo estratégico de formulação organizado no bloco de poder.

Com efeito, considerando o processo de “repolitização da política” que materializa a nova pedagogia da hegemonia nos termos indicados por Neves (2005), a noção de participação se configura como uma das tentativas de assimilação político-ideológica de uma determinada concepção de mundo e de um padrão de sociabilidade, se apresentando como sendo o único caminho possível de se pensar à vida e a organização da sociedade. Tais significados são construídos pelo bloco no poder enquanto estratégia de dominação e têm como propósito assimilar e, ao mesmo tempo, redefinir a consciência política dos indivíduos a patamares elementares. O mesmo movimento ocorre com as organizações que buscam empregar resistência a essa forma de subjetivação. Em suma, trata-se de um processo pedagógico que, valorizando a participação, procura difundir a noção de cooperação social para a coesão cívica, visando formar o novo cidadão participativo, portador de novos valores, idéias e comportamentos compatíveis com a visão dominante de mundo.

Nesse sentido as Conferências, Encontros e Seminários em diversas áreas sociais passaram a ser importantes instrumentos do bloco no poder para a educação do consenso no Brasil contemporâneo. Concebidas enquanto espaço de conciliação de interesses em nome do bem-comum ou de concertação social, esses eventos ratificam os aspectos formais da política e da democracia, tornando-se um espaço político de assimilação dos subordinados em nome de uma forma progressista de se pensar e projetar o Estado (MARTINS, 2009).

I Conferência Nacional de esporte

Com o tema “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”, a I Conferência Nacional realizada nos dias 17, 18, 19 e 20 de junho de 2004, em Brasília, buscou auxiliar a construção de uma Política Nacional de Esporte “com mudança de conceito e foco na inclusão social” (In. BRASIL, 2004a, p.3). Segundo dados do Ministério, somando a participação nas três etapas da I Conferência, 83 mil pessoas estiveram envolvidas no processo. De acordo com o ministro, na época, Agnelo Queiroz:

O tema Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano, por si só, inspirou os participantes e gerou uma Conferência voltada para uma nova visão sobre o tema. Transformar o esporte em atividade essencial em nossas vidas, como se alimentar ou tomar banho, e que mereça prioridade nas políticas públicas, como a saúde e a educação, é uma preocupação de todos. Ficaram mais claros, também, os papéis dos governos, das entidades gestoras e até do cidadão comum na atividade esportiva e de lazer (In. BRASIL, 2004a, p.3).

Nessa perspectiva, o Ministério do Esporte formulou um texto base que buscou dar organicidade e direção aos debates que aconteceram nas diversas etapas da I Conferência. É possível identificar nesse texto as seguintes diretrizes para construção de uma Política Nacional de Esporte no Brasil:

- a) é necessário reconhecer o papel que a atividade esportiva desempenha em nossas vidas;
- b) é no tempo e espaço de lazer que a manifestação cultural desportiva, despojada de sentido performático, pode ser vivenciada por todos;

c) o esporte é fator de desenvolvimento humano porque contribui na formação integral das pessoas e na qualidade de vida;

d) deve se buscar no esporte os benefícios individuais e coletivos;

e) no campo do indivíduo e das comunidades, por exemplo, o esporte pode trazer solidariedade, auto-estima, respeito ao próximo, facilidade na comunicação, tolerância, sentido do coletivo, cooperação, disciplina, capacidade de liderança, respeito as regras, noções de trabalho em equipe, vida saudável, etc. Também pode auxiliar no combate a doenças, evasão escolar, uso de drogas e criminalidade;

f) o esporte pode ser fator de desenvolvimento econômico e sócio-cultural, gera emprego e renda, aquece a indústria esportiva e de serviços;

g) o esporte é componente fundamental para a construção da identidade nacional;

h) em cada cidadão, em cada nação, o esporte pode desempenhar esse papel, internacionalmente, servindo para aproximar povos diferentes, difundir culturas, promover a paz e incrementar o intercâmbio comercial;

i) Para que tudo isso ocorra é preciso que a aparelhagem Estatal tenha clareza do seu papel. O mesmo deve ocorrer com as escolas, as empresas, as entidades de classe, ONG`s e principalmente as entidades gestoras do esporte;

j) o Ministério do Esporte colocou em uso a expressão esporte social como uma categoria a mais, refletindo a preocupação com a inclusão social.

Essas diretrizes deixam claro que o esporte ganha, sob a ótica do bloco no poder, contornos altamente políticos e que sua prática e incremento conjugam de uma só vez, diversos valores, normas, condutas e ideologias que visam construir uma Política Nacional de Esporte a partir de um modelo esportivo que não confronta a realidade concreta e conseqüentemente suas possibilidades de se desenvolver.

Com essas definições, o bloco no poder procura definir uma “economia política do esporte” na perspectiva do capital. Em acordo com o modo vida/trabalho pautado nas relações capitalistas, constrói esse modelo esportivo ao mesmo tempo em que alimenta e se fortalece, politicamente e economicamente, com essa construção.

Sendo assim, o que essas diretrizes não podem e, de fato, não levam em consideração é a totalidade na qual o indivíduo está inserido. O fato que gera e desenvolve a “exclusão social” é uma conjuntura político-econômica histórica incapaz de garantir a sobrevivência plena de todos os indivíduos, sendo funcional para perpetuar

certos privilégios de classe (FONTES, 1996). Reconhecer o papel do esporte em nossas vidas não é simplesmente enaltecer seu potencial apartado das relações sociais concretas. O papel hora atribuído ao esporte de “elevar a qualidade de vida”, “integrar pessoas e culturas”, “promover a paz”, “tolerância”, “cooperação”, “sentido coletivo”, “disciplina” “respeito às regras” etc, deve ser averiguado. Em que condições objetivas e subjetivas – política e economia de forma indissociável – vai se desenvolver e, mais, a quais interesses serve?

É nesse sentido que afirmamos que o esporte não pode ser definido como possuidor de uma natureza redentora capaz de promover em curto espaço de tempo aquilo que somente pode ser alcançado pela consciência coletiva consubstanciada em luta pela derrubada radical daquilo que gera as diferenças e os antagonismos sociais.

O que acontece, não acontece tanto porque alguns querem que aconteça quanto porque a massa dos homens abdica da sua vontade, deixa fazer, deixa enrolar os nós que, depois, só a espada pode desfazer, deixa promulgar leis que depois só a revolta fará anular, deixa subir ao poder homens que, depois, só uma sublevação poderá derrubar (GRAMSCI, 1917).

Do mesmo modo, também, não podemos identificar o esporte como possuidor de uma natureza nefária. O fato é que o esporte existe e se constitui enquanto prática social no âmbito das relações capitalistas. No caso da primeira Conferência, a concepção de esporte criou as bases sociológicas e metodológicas para a conformação de um aparato teórico-prático que balizasse a construção de uma Política Nacional de Esporte. Esta encontra-se em plena concordância com os parâmetros que decorrem da nova sociabilidade. Afirmação admitida pelo próprio bloco no poder: “a realização da I Conferência Nacional do Esporte **validou** a visão política que orienta a atual gestão e que se legitima nas teses, conceitos e preceitos que orientam a Política Nacional de Esporte” (In. BRASIL, 2005, p.62, grifo nosso).

A Política Nacional de Esporte, aprovada pelo Conselho Nacional de Esporte, em 14 de junho de 2005, através da resolução número 5, teve como base, portanto, as resoluções da I Conferência e, também, o relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz, onde o esporte aparece de forma estratégica para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio (ONU,

2003). Analisando a referida resolução podemos identificar três fundamentos principais que norteiam essa política: a) O esporte insere os “excluídos” nas relações sociais.

Reconhecida sua importância no desenvolvimento integral do indivíduo e na formação da cidadania. A garantia de acesso ao esporte, prioritariamente, à população carente e aos marginalizados constitui-se num poderoso instrumento de inclusão social, de favorecimento da sua inserção na sociedade e de ampliação das suas possibilidades futuras (In. BRASIL, 2005, p.68).

b) Os valores do esporte promovem coesão social e harmonizam os diferentes interesses, dando forma a uma cultura de paz.

Alguns dos valores considerados fortemente ligados ao esporte podem constituir-se, também, em preceitos necessários para o desenvolvimento dos povos e para a paz. Por isso acredita-se que as contradições presentes nas relações entre povos, resultantes das relações sociais conflitantes, devem ser trabalhadas num esforço conjunto pelos gestores de políticas públicas, sem tratar o esporte idealmente como munido de poderes coesivos, mas atribuindo-lhe o devido papel de prática social potencialmente formadora de valores, como o respeito a acordos convencionados coletivamente, a cooperação, a solidariedade, a tolerância, o espírito de equipe e a luta pelos ideais. Nessa ótica, o esporte poderá promover valores vitais para a convivência harmoniosa de um povo (In. BRASIL, 2005, p.70).

E, por fim, c) O esporte estabelece bases densas para o desenvolvimento econômico da nação.

O esporte tem um enorme potencial econômico que gera empregos e renda, seja na fabricação e comercialização de produtos esportivos, na construção ou reforma de instalações esportivas, na venda de serviços ou na promoção de eventos. Devem-se considerar, ainda, os efeitos suplementares dos expectadores, patrocinadores, vendedores, da mídia nacional e internacional e da indústria do turismo que gira em torno das grandes competições. Ações, programas e projetos de esporte devem ser desenvolvidos de forma a explorar o seu potencial econômico, estimulando, para tanto, o desenvolvimento do conhecimento científico e tecnológico para além das práticas esportivas em si, buscando novas formas de atividades, novos produtos e serviços, que gerem mais empregos e criem uma cadeia produtiva mais eficaz, capaz de incrementar o crescimento econômico

do país, com reflexos positivos na formação humana e na valorização da indústria nacional e da cadeia produtiva do esporte (In. BRASIL, 2005, p.74).

Deste modo, parece se consolidar uma espécie de tripé político – inclusão social, coesão social, desenvolvimento econômico - no qual se ancora a Política Nacional de Esporte no Brasil.

Baseado em Fontes (1996), já afirmamos que a “exclusão social”, na verdade, significa “inclusão forçada”, posto que os indivíduos que se encontram mais na periferia das relações sociais, também, guardam relações estruturais “benéficas” com a reprodução do modo vida/trabalho pautado nas relações capitalistas de produção. Portanto, apesar de não estarem “inseridos” economicamente, fazem parte das relações sociais e, por isso, não são excluídos.

Também já afirmamos, de diferentes formas, que a coesão social tornou-se, nesse início de século, um imperativo para se construir a força coletiva capaz de gerir a crise de hegemonia que se iniciou no século passado mas que, aparentemente em menor proporção, se arrasta nesse início de século, sem que tal força questione os aspectos contraditórios resultantes do embate capital-trabalho. As políticas de esporte têm contribuído muito para isso.

Mas o que se apresenta de novo na história do esporte brasileiro – pelo menos com essa proporção – é a possibilidade de lucro que diversas frações do capital passaram a vislumbrar com o incremento do esporte em solo brasileiro.

Retomando os elementos da I Conferência, é possível constatar que esses fundamentos tiveram sua origem e foram pedagogicamente trabalhados durante o evento. Tal afirmação pode ser ratificada a partir do documento final que sistematiza os encaminhamentos retirados na etapa nacional. Tais encaminhamentos foram divididos em oito linhas de ações, são elas: Esporte de Alto Rendimento; Esporte Educacional; Futebol; Esporte, Lazer e Qualidade de Vida; Direito ao Esporte e Lazer; Esporte, Economia e Negócios; Esporte, Administração e Legislação; Esporte e Conhecimento.

De modo geral, o conjunto das propostas aprovadas atribui uma visão idealista ao esporte, aparecendo como panacéia para os diversos problemas sociais advindos de uma sociedade de classes. Contudo, embora possamos afirmar que a maior parte dessas propostas dão grande ênfase ao esporte direcionado para uma elite esportista, é possível dizer, também, que algumas propostas visam a tentativa de ampliar o acesso ao esporte. Por exemplo, propostas que reivindicam investimentos em construções e revitalizações

de espaços urbanos e rurais destinados ao esporte, assim como maior investimento em esporte educacional.

Tais propostas – mesmo aparecendo, na maioria das vezes, como simples anúncios - são condizentes com o papel a ser desenvolvido pelo esporte nesse início de século. A ampliação do esporte não parece ser algo impossível de se conquistar, mesmo em uma sociedade de classes, principalmente quando lhe são atribuídos valores que visam educar o consenso e, ao mesmo tempo, criar nichos de mercado e lucros para determinadas frações de classe. No caso do atual bloco no poder, a conjuntura de crescimento do PIB permite, momentaneamente, certas concessões. Sendo assim, o que mais importa para nossa análise, é compreendermos os significados dessas políticas e o que se visa alcançar a partir delas, tendo como pano de fundo o embate hegemônico no Brasil contemporâneo. De acordo com o bloco no poder:

Em 2003, com a posse do Governo Lula, descortina-se a possibilidade e a necessidade de se dar vazão a uma política esportiva e de lazer coerente com os *princípios, diretrizes, objetivos e procedimentos consignados no seu programa*. Ao ministério do Esporte, criado como parte dessa política, cabe a responsabilidade e o desafio maior de articular as ações necessárias à execução da referida política, dando voz aos anseios da sociedade civil organizada (In. BRASIL, 2004a, p. 13 - grifo nosso).

Mas de que programa se fez referência? Antes de ser eleito, o novo bloco no poder redigiu a intitulada “Carta ao Povo Brasileiro”, onde dava plenas garantias de manutenção da política-econômica em curso. O programa do governo Lula deixava claro, segundo Martins (2009, p. 225),

(...) não haver alternativas ao movimento de financeirização do capital, sendo impossível alterar o eixo da política neoliberal no país. Defendeu que no máximo seria possível encaminhar adequações pontuais dentro de um universo político-econômico estabelecido, não cabendo, portanto, mudanças de rumo na economia nacional.

E mais ainda, se a política visa dar voz a sociedade civil organizada, é necessário questionar de que forma está organizada a sociedade civil. Segundo Martins e Lima (2005), esta vem sendo (re) definida, desde o final do século passado, como o *locus* prioritário da colaboração, coesão, “articulando liberdade individual com solidariedade

e responsabilidade social para a criação de um sistema moral capaz de garantir o pleno exercício da “cidadania renovada” e da harmonização social, por meio de um pacto para a promoção do bem comum” (p.53). Agora vejamos o que afirma o Ministro, na época, Agnelo Queiroz:

Acima de tudo, a conferência mostrou que o Brasil está construindo um verdadeiro pacto nacional pelo esporte. Acima de partidos, de interesses específicos, está a qualidade de vida da sociedade brasileira. Isto ficou claro. Temos a certeza de que o resultado deste encontro é a enorme contribuição para construção de um Brasil cada vez melhor, através do esporte (In. BRASIL, 2004b, s/d).

Conclui-se, portanto, que há uma enorme coerência entre aquilo que é proposto e aquilo que se definiu enquanto programa político do novo bloco no poder. O trecho acima, retirado da apresentação do documento final da I Conferência, sintetiza de forma bem clara os verdadeiros objetivos do bloco no poder, tendo a cultura esportiva como mediação: construir um “pacto nacional” em torno de um objetivo que deve ser comum – conservar as relações de poder - e ao mesmo tempo definir a cultura esportiva como locus privilegiado para essa construção. Inaugura-se, deste modo, um novo e ao mesmo tempo um velho desfecho para cultura esportiva. Se, de um lado, se apresenta enquanto novo, posto a estratégia contemporânea de incentivar a solidariedade, a cidadania colaboracionista, a harmonização das classes, visando a coesão cívica como ajuste do capital, do outro, está a serviço da velha tática de assegurar o desenvolvimento das relações capitalistas.

O documento final da primeira I Conferência apontou, ainda, como fundamental, a construção de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer, que deveria ser pauta da II Conferência Nacional de Esporte. Entretanto já anunciaram alguns princípios e objetivos que esse Sistema deveria perseguir. São eles: a reversão do quadro de injustiças, exclusão e vulnerabilidade social; a gestão democrática e participativa; a garantia do esporte enquanto um direito social; universalização do acesso esportivo; desenvolvimento da nação através do esporte; desenvolvimento humano; detectar talentos esportivos; realizar ampla parceria com os setores privados; descentralizar a política de esporte e lazer; incentivar a formação de recursos humanos; contemplar a multiplicidade de experiências e especificidades regionais (BRASIL, 2004b).

Alguns desses princípios e objetivos são colocados de forma bastante progressista. O próprio encaminhamento de se construir um Sistema Nacional de Esporte e Lazer é importante para a construção de uma cultura esportiva no Brasil. Entretanto, se de um lado é preciso questionar as diretrizes que irão dar dinâmica a esse Sistema, de outro, não há nada no documento que explicita como, por exemplo, o Ministério pretende “universalizar” o esporte e o lazer, principalmente em termos orçamentários condizentes com a proposta. Não é possível a garantia de uma política de Estado com qualidade, destinada a todas as pessoas a partir de recursos a serem conquistados através, basicamente, de incentivos fiscais de origem privada⁵⁶. Conclusão, passados seis anos pós primeira Conferência, não há nenhum tipo de evidência que nos leve a reconhecer uma política universal de esporte e lazer no Brasil.

II Conferência Nacional de Esporte

A II Conferência Nacional de Esportes aconteceu nos mesmos moldes da primeira. Tendo como tema “Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer”, sua etapa nacional foi realizada nos dias 4,5,6 e 7 de maio de 2006, em Brasília. Segundo o texto base para as discussões nas etapas da Conferência:

A II Conferência Nacional de Esporte deverá abrigar uma discussão aprofundada e uma reflexão avaliativa da implementação da Política de Esporte no Brasil, visando a (re) construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, tendo em conta as esferas local, municipal, regional, estadual e federal, os poderes, as instâncias e instituições que o constituem, bem como as responsabilidades sociais que lhe competem, procurando avançar na articulação das ações dos agentes que atuam nesse segmento, oferecendo à sociedade serviços de qualidade que garantam o acesso ao esporte e ao lazer como direitos sociais (In. BRASIL, 2006, p.3).

Antes da segunda Conferência, no ano de 2005, foi realizado o I Fórum do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, com o objetivo de “ampliar o debate”, “reunindo representantes do esporte nacional com experiências diferenciadas – gestores, acadêmicos, juristas, dirigentes, treinadores, atletas, [membros do CNE] entre outras” (In. BRASIL, 2006, p.3). Tanto a II Conferência quanto o I Fórum deveriam ter como

⁵⁶ Sobre esse assunto, trataremos mais a frente especificamente a Lei de Incentivo ao Esporte.

norte para pensar o Sistema Nacional de Esporte e Lazer, a Política Nacional de Esporte aprovada, em 2005, pelo Conselho Nacional de Esporte, que já especificamos.

O Fórum reconhece que a construção de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer, segundo documento final do encontro, pressupõe a “responsabilidade de fomentar e qualificar de forma integrada, sistemática e articulada as diferentes práticas sociais relacionadas ao esporte e ao lazer, considerando as contradições advindas de sua origem numa sociedade de classes” (In. BRASIL, 2006, p.30).

Além de constatar que o sistema atual privilegia o esporte de alto rendimento, o documento reconhece que deve haver um resgate das reivindicações formuladas pela população e que não foram captadas pelos órgãos oficiais e que o sistema atual privilegia o esporte de alto rendimento.

Nesse sentido, a (re) construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer deve pautar o papel da escola e dos clubes esportivos neste sistema e, de forma mais ampla, a relação entre o esporte e o sistema educacional – Ministério de Educação e Ministério do Esporte – no tocante à Educação Física e ao esporte escolar. Para alterar as relações com o esporte, o I Fórum asseverou que o sistema deve ser propício a inclusão social, principalmente, na superação da dinâmica excludente do Sistema Esportivo atual que cria contradições com a perspectiva coletivista de vida em sociedade e reforça a visão individualista e seletiva do esporte, em que cabe aos sujeitos a condição de meros consumidores da indústria cultural esportiva de massa (In. BRASIL, 2006, p.30-31).

Pautou, ainda, que o sistema deve assegurar espaços para a vivência do esporte criativo contemplando a cultura corporal como expressão das múltiplas possibilidades do corpo. Considera que as leis e projetos devem ser constantemente avaliados, posto que as políticas em curso não estabelecem rupturas com as políticas voltadas para as reformas que inviabilizam a efetiva universalização de direitos (BRASIL,2006).

Quase todas essas reivindicações fazem parte de uma pauta histórica defendida pelos setores mais progressistas envolvidos com a luta dos trabalhadores e com a temática da Educação Física e do esporte. Portanto, chama atenção a beleza do discurso que não passou de retórica – intencionalmente ou não - se tomarmos as condições objetivas nas quais se defronta o esporte no Brasil hoje. Um fato curioso é que ao mesmo tempo em que acontecia o I Fórum, tramitava no congresso o projeto de

Lei número 4.874, de 2001, que versava sob a instituição de um Estatuto do Esporte que aglutinaria toda legislação esportiva em vigor, inclusive apresentava uma proposta completamente diferente, do que foi apresentada pelo I Fórum, para a construção de um Sistema Nacional de Esporte e Lazer.

No que tange a II Conferência Nacional de Esporte, os encaminhamentos para a construção do Sistema Nacional de Esporte e Lazer retirados na plenária final foram divididos em quatro eixos: Organização, Agentes e Competências; Recursos Humanos e Formação; Gestão e Controle Social; e Financiamento.

SISTEMA NACIONAL DE ESPORTE E LAZER	
Organização, Agentes e Competências	Tem como princípio o regime de colaboração entre a união, os estados e municípios, visando à inclusão social. Tem como objetivo consolidar a Política Nacional de Esporte (2005). Poderá compor o Sistema através de parcerias, pactos e colaboração, entidades de caráter público, privado e do terceiro setor, organizados entre: Ministério do Esporte, Secretarias Estaduais e Municipais de Esporte e Lazer, Conselhos de Esporte e Lazer, escolas, IES, tribunais de justiça desportiva, CONFEF, COB, CPB, CBDE, CBDU, ONED, CBC, CDMB, Serviços Sociais Autônomos, Confederações e Federações esportivas, entidades científicas, clubes esportivos sociais, ligas, associações esportivas, empresas privadas, ONG's, OSCIPS, cooperativas e consórcios públicos quando atuarem como promotoras da prática esportiva e de lazer.
Recursos Humanos e Formação	Comporta todas as pessoas que atuam na pesquisa, no planejamento, organização, coordenação, fomento, incentivo, mobilização, dinamização, promoção, divulgação, implementação e animação das atividades físicas, esportivas e de lazer
Gestão e Controle Social	Zelar pela transparência das ações, fomentar e garantir espaços de discussões relacionados ao esporte e lazer prezando a construção da cidadania e inclusão social.

	Informar as empresas os benefícios da atividade física. Incentivar a pesquisa na área de esporte e lazer.
Financiamento.	Criar Emenda Constitucional que garanta o repasse de 1% da receita tributária, isonômicas nos três níveis de governo. Criar fundo de apoio ao esporte, lei de incentivo ao esporte. Incentiva a capacitação de recursos de Organismos Internacionais. Ampliar os percentuais de distribuição e destinação de recursos provenientes de prognósticos, loterias e sorteios.

*Elaboração gerada a partir do documento final da II Conferência Nacional de Esporte, 2006. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/conferencia2/textoBasico.jsp>. Acesado em 25 de março de 2011.

Comparado o texto que resultou do I Fórum com o que foi aprovado na II Conferência, esse último se traduz de forma minimalista, esboçando uma correlação de forças que tende para os grupos que fazem defesa de interesses privados e que vêem no esporte a oportunidade de potencializá-los. O Sistema Nacional de Esporte e Lazer, apesar de se apresentar de forma mais detalhada, é simplesmente um ordenamento do que já existia, o que revela que a institucionalização do fenômeno esportivo por meio do Sistema Nacional de Esporte continua sendo uma proposta inócua e abstrata para se realizar grande parte dos anúncios proferidos, até mesmo, pelo bloco no poder durante todo esse período de Conferências. O principal deles é a universalização/democratização do esporte. A falta de definições claras para a união, condizentes com a proposta em termos programáticos e orçamentários, contribuem para essa inoperância. Outro fato que contribui é a composição de forças assegurada pela estrutura do Sistema, que em sua quase totalidade, defende princípios de Estado, de política e economia completamente antagônicos à idéia de universalização de direitos⁵⁷.

Outra contradição que se apresenta é a confusão que se faz para definir quem são os “profissionais” que vão atuar nas ações do Sistema. A priori, o documento indica um conjunto amplo e genérico de trabalhadores como, exposto no quadro acima. Logo em seguida aparecem formas muito específicas desses “profissionais”.

⁵⁷ Essa composição de forças ficará melhor evidenciada mais a frente.

Devem ser definidas as diversas esferas de atuação dos profissionais de esporte e lazer (com formação superior em Educação Física, agentes comunitários de esporte e lazer, profissionais da saúde, comunicação, entre outros), indicando para cada área profissional as suas atribuições específicas e compartilhadas, o nível de formação e qualificação profissional exigida e a necessidade ou não de registro profissional, observando-se as legislações vigentes (In. BRASIL, 2009a, p.56).

A questão se agrava, ainda mais, quando são definidas as competências do “profissional” de Educação Física.

Constituem âmbito de atuação da educação física as seguintes competências: coordenar, planejar, programar, supervisionar, dinamizar, dirigir, organizar, prescrever, avaliar e executar trabalhos, programas, planos e projetos, bem como prestar serviços de auditoria, consultoria e assessoria, realizar treinamentos especializados, participar de equipes multidisciplinares e interdisciplinares e elaborar informes técnicos, científicos e pedagógicos, todos nas áreas de atividades físicas e do esporte, exercidas por profissionais habilitados (In. BRASIL, 2009a, p.56).

Todas essas competências e atribuições exclusivas ao “profissional” de Educação Física acabam entrando em choque com outra categoria de trabalhadores denominada “Agentes comunitários”, que faz referência a todos aqueles que “atuam como mobilizador, aglutinador, organizador, animador, mediador, motivador e arregimentador das atividades físicas, esportivas e de lazer junto à comunidade” (BRASIL, 2009a, p.56). Tudo isso nos dá a dimensão do corporativismo e da disputa de interesses – a maioria, na mesma direção política- que ocorreu durante as realizações das Conferências, contrapondo radicalmente a idéia de democratização e descentralização.

Além de retirar encaminhamentos para a aprovação do Sistema Nacional de Esporte e Lazer, também, foi aprovado, na segunda Conferência o projeto que deu origem a lei que regulamenta a arrecadação orçamentária através de incentivos fiscais. Trata-se da lei número 11.438, sancionada em 29 de dezembro de 2006. Conhecida como “Lei de Incentivo ao Esporte”, permite deduzir do imposto devido, tanto de pessoas jurídicas ou físicas, possíveis doações ou patrocínios destinados ao esporte. Trata-se de conceder benefício fiscal àqueles que queiram financiar o esporte

nacionalmente. O percentual de dedução equivale a 1% para pessoas jurídicas – em sua maioria, bancos, multinacionais, empresas – e 6% para pessoas físicas. Tais deduções só são aceitas no caso de doações/patrocínios a projetos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte, podendo estar localizados no âmbito do esporte de “rendimento”, “educacional” ou “participativo” (Artigo 1 e 2).

(...) a Lei de Incentivo ao Esporte é um importante instrumento, pois permite que patrocínios e doações para a realização de projetos esportivos e paradesportivos recebam descontos do Imposto de Renda devido por pessoas físicas e jurídicas, estimulando uma participação mais efetiva de todos, por intermédio de ações diversas, num trabalho conjunto entre governo e sociedade, com real aumento dos investimentos e benefícios diretos para a população (In. BRASIL, 2011, s/d)

A referida Lei busca, portanto, estabelecer um mecanismo de captação de recursos e decisão centralizada das destinações, sem estar submetido ao controle popular. Trata-se de uma forma de ampliar as fontes de financiamento e, ao mesmo tempo, legitimar o modelo de financiamento privado, aquilo que, em tese, seria de interesse público. Outro elemento importante é que o esporte, enquanto direito social “assegurado pela constituição”, na prática, sofre o direcionamento da vontade privada - mesmo que o financiamento não possa ser considerado privado - que acaba consubstanciando em política focalizada, oposta, portanto, à noção de universalização.

Concomitante, cria-se toda uma atmosfera “positiva” em torno do indivíduo ou empresa que, através do ato de doação, do colaboracionismo, do voluntarismo e da empresa socialmente responsável, ratifica o sentimento que visa estimular a colaboração de todos para o bem-comum, mesmo quando se mantém os processos de exploração do capital sobre o trabalho. Essa estratégia insere-se num quadro mais amplo e ideológico, circunscrito nas ações tidas como de responsabilidades sociais. Para as comunidades pobres completamente desestruturadas, pode significar um ato de heroísmo e para os doadores, além de um ganho material, o exercício da hegemonia. O impacto ideológico das doações socialmente responsáveis executadas pelas empresas sobre as comunidades desprovidas de acesso aos bens da cultura esportiva serve para legitimar a cultura clientelista, marca importante de nossa formação social, e o modelo de Estado gerencial, como propõe a Terceira Via, transformando ainda o doador, no caso os empresários, líderes legítimos da mudança social.

Em forma de reconhecimento, o governo criou o “Amigos do Esporte”, que busca premiar os empreendedores que mais contribuíram para os projetos esportivos. No total foram 51 premiações divididas em cinco categorias: “Melhores Amigos do Esporte”, “Melhores Amigos do Esporte do Estado”, “Maiores Amigos do Esporte”, “Amigos do Esporte - Pessoa Física” e “Dedicação e Incentivo ao Esporte”.

Categorias	Primeiro lugar	Segundo lugar	Terceiro lugar
Melhores Amigos do Esporte	Banco Bradesco	Grupo OI	Banco Itaú
Maiores Amigos do Esporte	Banco Bradesco	Grupo Petrobrás	Banco Itaú
Amigos do Esporte - Pessoa Física	Ronaldo Antônio Varela	Gustavo Cesar de Souza Mourão	Henrique Leite Cavalcanti e Cinthia Queiroz Grande Pousa
Dedicação e Incentivo ao Esporte	Banco Itaú	BiolabSanus Farmacêutica	Blose do Brasil
Melhores Amigos do Esporte do Estado	Diversas empresas foram premiadas nos vários Estados brasileiros: Banco do Nordeste, Grupo Votorantim, Grupo Gerdau, Banco Itaú, Banco Bradesco, Grupo OI, Grupo Arcelormittal Brasil, Usiminas, etc.		

Fonte: Elaboração própria do autor a partir do site do Ministério dos Esportes: <http://www.esporte.gov.br/leiIncentivoEsporte/listaVencedores.jsp>, acessado em 20/01/2011.

A criação de um prêmio para exaltar a participação dos empresários e empresas na execução e no financiamento de parte das políticas sociais focalizadas faz parte de um complexo processo que visa (re) organizar a classe a partir de ações – responsabilidade social – que reconstruem a hegemonia nesse início de século.

Mas a dimensão do que é proposto como “novo” e o significado real do “investimento social privado” podem ser compreendidos se analisados no quadro que envolve outras determinações. O “novo” se revela como expressão da luta para consolidar a sociedade civil como *sociedade de bem-estar* e o aparelho de Estado como *Estado gerencial* no sentido da afirmação do Estado neoliberal e da nova sociabilidade. Por sua vez, o “investimento social privado” se afirma como um dos mecanismos operacionais para a construção dessas **idealizações**. Mas

é necessário considerar que a concepção que orienta esse mecanismo operacional dentro da concepção de *Estado gerencial* parte de um pressuposto importantíssimo: as empresas e suas fundações/institutos que assumem a responsabilidade por projetos sociais de relevância para o país devem contar com o apoio do fundo público através de isenções fiscais (MARTINS, 2009, p.148, grifo nosso).

III Conferência Nacional de Esporte

A III Conferência nacional de Esporte ocorrida em 2010, nos dias 3, 4, 5 e 6 de junho, em Brasília, intitulada “Por Um Time Chamado Brasil”, teve como tema “Plano Decenal de Esporte e Lazer - 10 pontos em 10 anos para projetar o Brasil entre os 10 mais”. Sintetizou, de forma bastante homogênea, o que se consolidou durante os sete anos de Ministério do Esporte e governo Lula. A política de envolver organizações da sociedade civil em ações e projetos que visam (re) definir a consciência dos indivíduos de acordo com a visão de mundo do bloco historicamente dominante e os contornos políticos que desenharam uma conservação no que tange as políticas de esporte no Brasil são perfeitamente constatáveis a partir da III Conferência.

Sua organização ficou a cargo de diversas organizações entre representantes da aparelhagem estatal e sociedade civil⁵⁸. Muitas dessas organizações localizadas na sociedade civil são representações antigas do bloco historicamente dominante, Sistema S, por exemplo; outras estão ligadas historicamente com a luta popular combativa, mas que vem sofrendo intenso processo de assimilação e redefinição política – caso da UNE, CBCE. Existem também aquelas de origem mais contemporânea, que nasceram inseridas na ideologia neoliberal, atuando na defesa de interesses extremamente corporativistas a partir dos princípios da economia política burguesa – CONFEF, ABRIESP – e, por último, em maior quantidade, aquelas ligadas ao esporte de

⁵⁸ Associação Nacional de Dirigentes de Instituições de Ensino Superior – ANDIFES; Associação Brasileira da Indústria do Esporte – ABRIESP; Associação Nacional de Secretários Municipais de Esporte e Lazer – ASMEL; Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte – CBCE; Comissão de Estudos Jurídicos Desportivos – CEJD; Comitê Olímpico Brasileiro – COB; Comitê Paraolímpico Brasileiro – CPB; Confederação Brasileira de Clubes – CBC; Confederação Brasileira de Desporto Escolar – CBDE; Confederação Brasileira de Desporto Universitário – CBDU; Confederação Brasileira de Futebol – CBF; Conselho Federal de Educação Física – CONFEF; Comissão Nacional de Atletas – CNA; Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Esporte e Lazer; Frente Nacional de Prefeitos – FNP; Frente Parlamentar do Esporte - Câmara dos Deputados; Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT; Ministério da Cultura – MinC; Ministério da Educação – MEC; Ministério da Saúde – MS; Organização Nacional de Entidades do Desporto – ONED; Rede Esporte pela Mudança Social – REMS; Secretaria Nacional de Juventude; Sistema S (SESC/SESI); União Nacional dos Estudantes – UNE.

rendimento que expressam na sua própria constituição o modelo capitalista da cultura esportiva - COB, CNA, entre outras⁵⁹.

Nota-se, portanto, uma rede complexa de intervenção envolvendo várias frentes de representações localizadas na sociedade civil, formando um novo bloco no plano da cultura esportiva. Apesar das especificidades dessas organizações, pode-se afirmar que caminham numa mesma direção, confluído para um mesmo projeto político, no qual o esporte torna-se somente um objeto de conquista política e de empreendimentos.

Segundo o Ministro Orlando Silva Jr., pode se definir o momento que antecedeu a III Conferência como sendo ímpar no Brasil, marcado “pelo sucesso das políticas de inclusão social, pelo amadurecimento democrático e por conquistas muito importantes na área do esporte” (In. BRASIL, 2010, p. 5). O Ministro afirma que o Brasil encontra-se, hoje, no seletorol dos países que se credenciaram a promover grandes eventos internacionais.

A vitória do Rio de Janeiro como cidade sede para as Olimpíadas e Para-olimpíadas de 2016, concretiza os esforços do governo federal para colocar o país no centro dos grandes eventos esportivos mundiais. Um marco decisivo foi a realização, em 2007, no Rio, dos melhores Jogos Pan-Americanos da história. Trouxemos a Copa de 2014 e agora as Olimpíadas 2016, um feito inédito. A conquista de sediar os maiores eventos esportivo do mundo se sustenta no paradigma dos legados que contribui com o crescimento do Brasil, a transformação urbana das cidades e o desenvolvimento social sustentável por meio do esporte. (...) Esse conjunto de fatores torna a política do esporte estratégica para o desenvolvimento do país que pretende ser a quinta potência econômica em 2016 e, figurar entre as dez maiores potências olímpicas do mundo (In. BRASIL, 2009b, p.7).

Ou seja, se tomarmos a essência política das forças que atuaram na construção da III Conferência e as declarações do Ministro exaltando os “avanços” e “conquistas” em relação à cultura esportiva, soma-se mais dados que indicam não haver mudanças de

⁵⁹ Apontamos como necessário o estudo detalhado dessas organizações, algo que, por questões objetivas, não iremos realizar. Sendo que algumas dessas organizações – por exemplo, CONFEF – já foram objeto de relevantes pesquisas (NOZAKI, 2004; GAWRYSZEWSKI, 2008; COIMBRA, 2009; PENNA, 2006), inclusive, muitos desses estudos, impulsionaram a criação do Movimento Nacional Contra a Regulamentação do Professor de Educação Física (MNCR) que, juntamente com o Movimento Estudantil de Educação Física (MEEF) se caracterizam como movimentos de maiores resistências dentro da Educação Física.

foco nas políticas de esporte no Brasil, essas políticas continuam sob o forte domínio da elite política e esportiva do país⁶⁰.

A construção de um plano decenal de esporte foi a pauta principal da III Conferência. As propostas que irão estruturar esse Plano estão divididas em dez eixos de desenvolvimento: 1- Sistema Nacional de Esporte e Lazer: a principal ação encaminhada nesse eixo foi aprovar em Lei o novo Sistema Nacional de Esporte e Lazer de acordo com as formulações da II Conferência. 2- Formação e Valorização Profissional: nesse eixo foram tiradas várias ações defendendo o “profissional” de Educação Física regulamentado junto ao conselho profissional (CONFEF) como o único agente capaz de promover o ensino técnico das diversas modalidades esportivas. 3- Esporte, Lazer e Educação: envolver os estudantes de todo Brasil em jogos escolares municipais, regionais e nacionais, assim como implantar o Programa Segundo Tempo em 100% das escolas brasileiras. 4- Esporte, Saúde e qualidade de Vida: incentivar a ginástica laboral, “propor articulação de foros locais, envolvendo os setores públicos, privados, terceiro setor e corporativos para a implementação e gestão compartilhada de ações que favoreçam o acesso da população aos espaços de lazer e atividade física”. 5- Ciência e Tecnologia e inovação: criar laboratórios de pesquisa sobre treinamento desportivo, “consolidar e ampliar o Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social”, fortalecer o controle do esporte através de redes de informações. 6- Esporte de Alto Rendimento: promover o esporte de rendimento para projetar o Brasil entre os dez mais nos próximos dez anos. 7- Futebol: implantar políticas que incentive a paz nos estádios. 8-Financiamento do Esporte: prorrogar a Lei de incentivo fiscal até 2025 e ampliá-la para os Estados, “propor um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) para vinculação de 2% do orçamento da União e, no mínimo, 1,5% dos Estados e 1% dos municípios e Distrito Federal para o esporte”. 9 - Infraestrutura Esportiva: “promover a gestão compartilhada dos equipamentos públicos de esporte e lazer, envolvendo todos os setores sociais e a sociedade civil”, garantir qualidade e equipamentos esportivos de ponta em 80% das escolas públicas. 10 - Esporte e Economia: fortalecer a indústria esportiva, criar empregos através de realizações de grandes competições, “estimular a organização nacional dos setores da indústria, comércio e serviços do esporte”, ampliar a construção de estruturas esportivas (In. BRASIL, 2009b).

⁶⁰ Dedicaremos um item para tratar especificamente da presença de grandes eventos esportivos no Brasil.

Pela forma e conteúdo dessas propostas, pode-se concluir que a III Conferência Nacional de Esporte buscou consolidar uma política nacional de esporte que vem sendo estruturada desde a I Conferência e ao mesmo tempo impor, pelo menos nos próximos dez anos, essa estrutura. Outra afirmação possível é que - apesar do discurso redimensionado, algo que se constata nos principais documentos das três Conferências - o esporte de rendimento sempre foi a base e o grande fim a ser conquistado para se alcançar uma política bem sucedida de esporte, ou seja, a elevação do Brasil como sendo um dos grandes competidores internacionais ou pelo menos como sede de grandes eventos é o que comprova uma política de esporte acertada.

Cada vez mais o esporte no Brasil assume papel de destaque, o que atribui maiores responsabilidades aos segmentos do setor, em especial, ao poder público. Por essa razão, o plano decenal, na linha estratégica do esporte de alto rendimento, apresenta uma proposta de estrutura, organização e gestão inovadora para o esporte, tendo como objetivo projetar o país ao nível de potência esportiva, o que significa mais do que torná-lo potencia olímpica (In. BRASIL, 2010, p.11 e 12).

Deste modo, tendo verificado as principais proposições, eixos e debates que buscaram dar forma e conteúdo as políticas públicas de esporte no Brasil, mais precisamente durante o Governo Lula, constata-se que as disputas, os interesses e métodos utilizados, apesar de em grande parte renovados, não expressam nenhum tipo de mudança contra hegemônica. Algo profundamente aguardado a partir de um governo que teve sua origem na luta dos trabalhadores. Pelo contrário, reforçam um modelo de esporte e uma estrutura de Estado incompatível com os reais interesses da classe trabalhadora, algo explícito dentro daquilo que se tornou o maior motivo de comemoração e sinônimo de “grandes conquistas” alcançadas pelo Ministério.

O Ministério do Esporte tem implementado programas sociais esportivos da maior relevância com projeção internacional, reconhecidos, inclusive, pela UNESCO, tem, também, valorizado a produção do conhecimento com publicações importantes, estabelecendo bases para o desenvolvimento científico e tecnológico do setor, além disso, contribuiu para a realização dos melhores Jogos Panamericanos e Parapanamericanos da história, que tiveram também a melhor participação brasileira. Agora o Brasil se prepara para realizar os Jogos Mundiais Militares em 2011, a Copa das Confederações em 2013 e o Mundial de Futebol em 2014, ambos da

FIFA. E, a mais recente conquista são os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016. Essa agenda coloca o Brasil, por dez anos, no palco central do esporte internacional. Essas conquistas e realizações não são acontecimentos fortuitos. Elas expressam mudanças no mundo e revelam o novo protagonismo do país na cena mundial (In. BRASIL, 2009b, p.81).

Portanto, não há elementos suficientes que nos levem a reconhecer avanços, no que tange à política nacional de esporte, dentro daquilo que milhares de trabalhadores ao eleger Lula imaginaram que pudesse acontecer. Entretanto, todos esses anos de Ministério dos Esportes foram imprescindíveis, de acordo com o bloco no poder, para a definição de uma nova cultura cívica fundamentada na coesão como base de uma estratégia que visa reduzir os conflitos resultantes do embate capital-trabalho. Esse foi o grande direcionamento político vivenciado por organizações e indivíduos antes e durante as três Conferências analisadas. Tudo isso nos deu a dimensão da estreiteza da democracia ovacionada pelo bloco no poder e dos discursos - às vezes travestidos de progressividade - que não passaram de oratórias.

Segundo dados do IPEA (2010), no Brasil, somando os percentuais de quem considera que os equipamentos esportivos estão mal localizados (43,2%) com os que consideram estar razoavelmente bem situado (31%), somam-se 74,2% dos entrevistados. E o percentual de quem considera não haver tempo-livre para fazer o que gosta é de 80,3% dos entrevistados, sendo que se dispusessem de tempo-livre a grande maioria buscaria realizar cursos e melhorar sua profissão, em lugar de desempenhar atividades culturais.

Nesse sentido, concluímos que o anúncio proferido pelo bloco no poder de democratizar o acesso à construção de uma cultura esportiva no país, com foco na “inclusão social” como justificativa para institucionalizar o esporte na aparelhagem de Estado, não passou de uma estratégia para manutenção da hegemonia pautada nas relações de dominação. Tal estratégia visa definir e garantir privilégios historicamente concebidos à elite política, esportista e mais recentemente a diversas frações burguesas que vêem no esporte uma possibilidade direta de ampliar seus lucros.

5.2- PROGRAMAS/PROJETOS

A partir da Política Nacional de Esporte e de um Ministério próprio para esse tema, começam existir diversas formas de propagação dessa cultura no âmbito da sociedade civil. Consideramos que sua “ampliação” tornou-se estratégica para os novos padrões de educação da sociabilidade e que de modo ideológico, é imputado ao esporte características que o faz ser reconhecido pela sociedade como o grande antídoto dos males sociais que são perpetuados na realidade brasileira. Inclusive com mobilização de grande parte da sociedade para a legitimação das ações do bloco no poder.

A ação desse “poderoso antídoto” nas relações sociais conflitantes – ou seja, construídas por interesses antagônicos - estão circunscritas em programas ou projetos que condensam a estrutura e diretrizes da Política Nacional de Esporte que, por sua vez, está subordinada aos Organismos Internacionais e tem a função de sedimentar os interesses do capital a nível global. Como elemento de comprovação daquilo que foi objeto de nossa crítica, passaremos a analisar alguns desses programas ou projetos que visam dar materialidade às ações do Ministério.

Projetos Esportivos Sociais

Com o objetivo de “promover a inclusão social de crianças e adolescentes por meio do esporte”, dando “prioridade de atendimento à população menos favorecida e em vulnerabilidade social” (In. BRASIL, 2011) foi criado pelo ministério o programa “Projetos Esportivos Sociais”. Tal programa está inserido na Secretaria de Esporte Educacional e é resultado de uma parceria com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA). A dinâmica de funcionamento consiste na elaboração, pela sociedade civil (associações, ONG`s, OCIPES e outros) de projetos que são submetidos a uma comissão composta por membros do Ministério e do CONANDA, que deverão, através de uma chancela, considerá-lo apto ou não apto. Uma vez chancelado, o projeto será publicado no Diário Oficial da União - DOU, e receberá ofício para captação de recursos, provenientes de pessoas jurídicas – em sua maioria empresas - ou físicas.

Juntos o Ministério do Esporte e o CONANDA, determinam critérios que buscam formatar a construção desses projetos. Deste modo, os projetos que são enviados a comissão de chancela devem possuir identificação do organismo proponente, assim como apresentação de suas ações ao longo de sua existência. Também deve

apresentar justificativa e objetivos de forma clara, público alvo, metodologia, resultados esperados, impactos sociais, parcerias, entre outros.

Segundo o bloco no poder:

Diante de um país em que os problemas sociais são a principal preocupação dos governantes, temos o dever moral e ético de exercermos a Responsabilidade Social, principalmente no que tange à democratização do acesso ao esporte e ao lazer para a infância e a adolescência. (...) Reconhecido sua importância, esse tema é constante nas discussões entre o Governo Federal e organismos internacionais como a Unesco, Unicef e ONU (In. BRASIL, 2011, s/d).

Nota-se, portanto, um forte apelo à sociedade civil, visando incentivar sua participação na execução de projetos sociais. Tal participação é tida como resultado de uma cidadania positiva e responsável. Porém, isso não é tudo. O próprio bloco no poder admite um ganho material através das atitudes tidas como de responsabilidade social.

A Ação Projetos Esportivos Sociais dá oportunidade para ampliarmos o atendimento da demanda sócio-esportiva do país, firmando novas parcerias com os mais diversos setores, que engajados visam contribuir efetivamente para o combate das mazelas de nossa sociedade, e que conseqüentemente irão agregar valores inestimáveis às suas marcas, e inerentes a essa Ação, como: Responsabilidade Social, Sustentabilidade e Governança (In. BRASIL, 2011, s/d).

Deste modo, temos a exata dimensão do Estado gerencial propagado pela Terceira Via, que visa, entre outras coisas, exercer controle sobre as políticas sociais focalizadas e firmar parcerias para suas execuções. Além disso, tal ação do Estado, em parceria com setores da sociedade civil, reforça o aspecto ideológico contido nas iniciativas que visam transformar a cultura esportiva em chave de desenvolvimento amplo do indivíduo, sem levar em consideração as contradições reais que os indivíduos comportam.

É sabido que as classes menos favorecidas sempre viram o esporte como uma forma de galgar posições na vida, de superar barreiras da ascensão social e de, potencialmente, obter sucesso. Comprovadamente, na atualidade, sabemos que é muito mais que isso... Fazer e produzir esporte é gerar mais saúde, mais equilíbrio, e é principalmente um importante instrumento para capacitar pessoas a ingressarem construtivamente na sociedade (In. BRASIL, 2011, s/d).

A partir disso, o programa aponta como objetivos específicos: a) Democratizar a prática esportiva e de lazer como direito de todos; b) Capacitar crianças e adolescentes a ingressarem positivamente na sociedade; c) Gerar mais saúde, equilíbrio psicológico, físico e motor; d) Possibilitar que o esporte seja o ponto de partida para a ascensão social, através da descoberta e aproveitamento de talentos; e) Agregar conceitos de Responsabilidade Social aos agentes envolvidos no Projeto (BRASIL, 2011).

Rede CEDES e Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social

A rede CEDES – Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer -, criada em 2003 e gerenciada pelo Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte, localizado na Secretaria de Esporte e lazer, tem como objetivo auxiliar, através de grupos de estudos e pesquisas, a elevação do Brasil enquanto potência esportiva. Seu funcionamento se dá por dentro das Universidades públicas e privadas, que se traduzem como núcleos da Rede. Sua inserção, portanto, é basicamente acadêmica e visa auxiliar e promover parcerias dessas instituições com eventos científicos e tecnológicos nacionais e internacionais, assim como incentivar, na prática, as publicações que são frutos desses estudos (BRASIL, 2011).

Nesse universo, a configuração de ações de cooperação e intercâmbio, que viabilizem a comunicação dos grupos de pesquisa e centros de informação e documentação com a comunidade internacional, coaduna-se com o processo de capilarização que a operação em Rede oferece. Completa-se dessa maneira um círculo de ações interligadas, (...) que, em conjunto, buscam contribuir para a formação continuada dos gestores públicos e a qualificação dos protocolos de avaliação e monitoramento dos programas esportivos e de lazer, nos distintos níveis governamentais e não – governamentais (In. BRASIL, 2011, s/d).

O Premio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social também localizado na Secretaria de Esporte e Lazer, encontra-se na sua segunda edição. O prêmio visa recompensar, em dinheiro, os trabalhos de “iniciativa, científicas, tecnológicas, pedagógicas e jornalísticas que apresentem contribuições e subsídios para a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer de inclusão social” (In. BRASIL, 2011, s/d). Deste modo, tal ação “tem como objetivos incentivar, apoiar e valorizar tais iniciativas,

contribuindo para inserir o Ministério do Esporte na agenda da Ciência e Tecnologia Brasileira, em parceria com outros setores sociais” (In. BRASIL, 2011, s/d) ⁶¹.

Deste modo, o bloco no poder segue ampliando sobremaneira seu controle social, agora com enorme ênfase na produção do conhecimento. Visa-se com isso criar uma rede complexa compreendendo várias frentes de informação e divulgação dos saberes, assim como incentivar, valorizar e principalmente construir “intelectuais orgânicos” que pensam políticas públicas de acordo com o bloco no poder, uma vez que os conselhos e comissões responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação do teor dessas publicações, estão, de acordo com o edital, inteiramente compostos por sujeitos com função na aparelhagem estatal, como o ministro e secretários de governo.

Olimpíadas Universitárias e Olimpíadas escolares

Os jogos universitários (JUB`s) e escolares (JEB`s) são datados antes da criação do Ministério do Esporte, respectivamente, nessa ordem: 1941 e 1969. Ao longo de suas histórias, podemos notar que o ascenso ou descenso desses jogos, até mesmo sua extinção por determinado período, esteve largamente condicionados à conjuntura política ⁶².

O fato é que, com a criação do Ministério dos Esportes e de uma Secretaria de Esporte de Alto Rendimento, esse tipo de competição, novamente, ganhou relevo. Os jogos estudantis são organizados pelo Ministério do Esporte em parceria com o Comitê Olímpico Brasileiro (COB) e, no caso dos jogos universitários com a Confederação Brasileira de Desportos Universitários (CBDU).

Segundo o atual bloco no poder:

⁶¹ As premiações estão calculadas no valor de 8 mil reais para o primeiro lugar, 5 mil reais para o segundo lugar e 3 mil reais para o terceiro lugar, em cada categoria de premiação. Serão premiados três sujeitos por região do país, num total de quinze premiações por categoria. Segundo o edital, que regulariza o prêmio, são categorias de premiações: Teses, dissertações, monografias, relatos de experiências, ensaios e pesquisas independentes, que visam potencializar teoricamente o desenvolvimento de políticas inclusivas de esporte; Mídias comprometidas com o desenvolvimento do tema “Esporte, Lazer, Juventude e Promoção da Paz”, podendo compreender o jornalismo impresso, o telejornalismo, o fotojornalismo, o webjornalismo, e o áudio visual educativo (fitas, vídeos, DVD`s, etc).

⁶² No de 2000, os jogos escolares foram denominados de Olimpíadas Colegiais, sendo organizados pelo Ministério de Educação, do Esporte e Turismo, COB e pela Rede Globo. “Assim, foi criada a 1ª Olimpíada Colegial Esperança, chamada assim por causa do Projeto Criança Esperança, da Rede Globo, ao qual foi associado” (In. BRASIL, 2011, s/d).

O evento tem grande importância para incentivar a participação dos estudantes de todo o país em atividades esportivas, promovendo uma ampla mobilização da juventude estudantil brasileira em todas as etapas, além de ter papel fundamental na revelação de talentos (In. BRASIL, 2011, s/d).

Sendo assim, os jogos estudantis continuam cumprindo uma importante função de congregar a juventude estudantil em torno do esporte de rendimento, onde os valores do Estado e da sociedade hegemônica pelo capital se misturam e se articulam com aqueles propagados pelo rendimento esportivo. Na verdade, a construção desses valores se misturam e se articulam, tendo em vista a relação dialética entre a cultura de um determinado tempo com o modo de vida/trabalho desse mesmo tempo.

Grandes competições no Brasil (Pan-Americano, Jogos Militares, Copa do Mundo, Olimpíadas)

O Brasil nunca foi palco de tantas competições esportivas internacionais. Pode-se afirmar que todos os “grandes eventos esportivos” mundiais, localizados no intervalo de 2005 a 2016, teve e terá como sede o Brasil. Há, portanto, a concretização máxima daquilo que se tornou a maior marca do Ministério do Esporte e do governo Lula da Silva: valorização do esporte espetáculo em detrimento do esporte enquanto direito assegurado em quantidade e qualidade a toda população brasileira..

O primeiro, dessa série de eventos, foi os jogos Pan-americanos. Realizado em 2007, no Rio de Janeiro, envolveu um orçamento em torno de 2 bilhões de reais dos cofres públicos, consolidando definitivamente o esporte no país como forte componente estrutural da economia e valorização de capital. O dinheiro foi alocado, prioritariamente, na construção de estruturas esportivas luxuosas, incluindo uma vila na Barra da Tijuca, onde os atletas ficaram alojados. Deste modo, vários setores de prestação de serviços, principalmente as construtoras civis, viram seus lucros aumentarem exponencialmente antes e durante os jogos, inclusive à custa de intensa exploração dos trabalhadores envolvidos⁶³.

Outro aspecto importante dos jogos foi o envolvimento de milhares de voluntários, no país inteiro, responsáveis em executar as mais diversas tarefas. Nesse

⁶³ Durante as obras dos jogos Pan-americanos foram feitas diversas paralisações de trabalhadores, principalmente da construção civil, exigindo melhorias no salário, pagamento de hora extras, condições de trabalho mais adequada para as funções etc.

sentido, os Jogos Pan-americanos promoveram uma mega operação ideológica direcionada à juventude, onde o foco central consistia em aguçar o sentimento desses jovens – em sua maioria estudantes de Educação Física - em relação aos jogos e torneios, de algum modo, com claras restrições, “participantes” do processo. A estratégia dessa medida consiste em promover coesão social e legitimar as ações do governo⁶⁴.

O apelo ao voluntariado está sendo retomado com força dentro daquele que será o segundo “grande” evento esportivo cujo Brasil será sede: O “5º Jogos Mundiais Militares do CISM - Conselho Internacional do Esporte Militar”, apelidado nessa edição de Jogos pela Paz. O evento, que tem como mascote o “soldado da paz”, denominado Arion, acontecerá na cidade do Rio de Janeiro, de 16 a 24 de julho de 2011, e reunirá cerca de 8 mil participantes. A força de trabalho para a realização do evento está concentrada em dois agrupamentos prioritários: aqueles originados do projeto “Rondon Esportivo” e no voluntariado propriamente dito.

O “Rondon Esportivo” tem origem no projeto “Rondon”, que consiste numa ação do governo federal que visa “contribuir para a formação do universitário brasileiro como cidadão” a partir da prática social. Segundo o bloco no poder, “essa é uma oportunidade única para os jovens universitários cariocas vivenciarem o dia a dia de uma mega competição esportiva, que deverá contar com mais de 6 mil atletas de cerca de 110 países” (In. BRASIL, 2011)⁶⁵.

Com o *Slogan* “Voluntário! Venha jogar no nosso time!”, o Ministério visa assegurar outro contingente de pessoas que irão dar estruturação a grande parte da competição: “O voluntário fará parte de uma equipe que tornará possível a realização dos 5º Jogos Mundiais Militares do CISM e contribuirá para o sucesso desse grande evento. Entusiasmo e disposição serão fundamentais” (In. BRASIL, 2011, s/d). Os voluntários terão direito, durante a realização da competição, a transporte dentro do Rio de Janeiro, alimentação, uniforme e certificação no término do evento.

⁶⁴ Antes do início dos jogos, em 2007, aconteceu um encontro de estudantes na UERJ denominado SMEE e que teve como objetivo o debate sobre políticas públicas de esporte. Desse encontro resultou um ato público nas mediações do “Maracanazinho” – quadra poliesportiva localizada no Rio de Janeiro - onde estava acontecendo jogo amistoso de voleibol com a participação da seleção brasileira. O ato estava centralizado na crítica ao governo e na defesa do esporte enquanto direito social. Para surpresa de grande parte dos manifestantes, os mesmos foram tratados com extrema hostilidade por parte dos voluntários que cumpriam a tarefa de organizar a entrada dos torcedores e propagandear o evento. Esse episódio nos dá a real dimensão da política de assimilação promovida pelo Estado, que é traduzida ideologicamente na forma de voluntariado.

⁶⁵ O projeto “Rondon” tem origem em 1966 e é uma homenagem à bravura de Marechal Rondon, que defendeu as fronteiras brasileiras durante o século XIX. Depois de um período desativado, o projeto Rondon Foi resgatado em 2005 durante o governo Lula da Silva.

O terceiro evento de “grande destaque” que será realizado no Brasil será a Copa do Mundo de Futebol em 2014.

Durante a Copa da África do Sul, no de 2010, foi organizado um evento, televisionado para o mundo todo, com o objetivo de lançar o emblema da Copa do Mundo no Brasil. O evento foi apresentado pela modelo e apresentadora Fernanda Lima junto com o ator e modelo Rodrigo Hilbert.⁶⁶

O emblema – símbolo da copa - apresentado consiste numa bola sendo segurada por três mãos sobrepostas (ver anexo 1). Antes da apresentação do emblema a produção do evento transmitiu a mensagem de diversos brasileiros com projeção nacional e internacional. Segundo a modelo Gisele Bündchen a copa do mundo de 2014 “significa esperança, momento de celebração de união para torcer”, já a cantora Ivete Sangalo acredita que “será uma grande festa. Porque o povo brasileiro é um jogador a mais, tem muita força e vibração”. De acordo com o escritor Paulo Coelho “no símbolo está a nossa cor, a nossa alegria e nossa disciplina”.

A tática da utilização de interlocutores com influência de massas na difusão desse tipo de conteúdo é corriqueira. Tais interlocutores, que por diversos motivos conseguem potencializar a direção dada pelo bloco no poder, assumem o papel de “intelectuais orgânicos” do capital, ou seja, aqueles que ditam as “principais” questões que devem ser alvos de atenção por parte dos subalternos. Para Dias (2006, p.109-110),

Aqui se encontra a chave do aparente destaque dos grandes intelectuais em relação ao conjunto das classes. Eles normalmente se apresentam – e gostam de fazê-lo - como desenraizados (Mannheim), como autônomos em relação às classes, como força social separada. Na realidade, sabendo-o ou não, eles são intelectuais de classe. Essa aparente autonomia, mesmo levando-se em conta as contradições internas das classes dominantes e destas com a totalidade social, se deve ao fato de que eles não traduzem imediatamente os interesses específicos dos membros dessas classes. A identificação deles com o vigente entendido como natural e único, obscurece, no mais das vezes, sua relação com o processo da dominação. Pensam-se como os ideólogos da história, “técnicos” puros. “Confundem-se” com a nação (vista como negadora das classes). Em muitos casos, pretendem-se guias da civilização, crêem-se as próprias astúcias da razão. O prestígio por eles alcançado exerce um enorme fascínio sobre os intelectuais das classes subalternas.

⁶⁶ A Copa do Mundo na África do Sul foi marcada fortemente por manifestações de trabalhadores ligados a construção da infra-estrutura para o evento. A pauta dos manifestantes exigia, entre outras coisas, cumprimento de acordos salariais que foram abandonados com o início da Copa. As manifestações foram combatidas pelo Estado com extrema repressão.

O evento contou, também, com a participação do presidente da FIFA, da CBF, do presidente Lula da Silva e de outras autoridades nacionais e mundiais.

Dentro do que foi destacado por “intelectuais orgânicos”, compreendemos o presidente Lula da Silva como expressão fiel desse movimento. Por conta de sua trajetória – luta social, dirigente sindical – se tornou, nesse início de século, um dos maiores intelectuais do capital, reconhecido internacionalmente por isso. Segundo o presidente Lula da Silva em discurso no evento:

Agora é a hora do Brasil entrar em campo. Em 2014, o time de 190 milhões de brasileiros vai transformar a Copa do Mundo numa festa cheia de música, de alegria e também organização. **O Brasil é um país que chama atenção do mundo, um país que apresenta um novo tipo de modernidade, baseada no ser humano e na capacidade de lidar com as diferenças. Essa é uma tecnologia social extremamente valiosa no mundo de hoje carente de harmonia, dialogo e tolerância.** É acreditando essencialmente no espírito brasileiro que o Brasil se transformou num país que, hoje, apresenta efetivos resultados econômicos, políticos e sociais. O povo brasileiro está feliz de poder abrir suas portas para o mundo. Somos um país continental que se une no amor pelo futebol. Somos uma aquarela de cores, sabores e sotaques, preparada para receber outros tantos sotaques e outras tantas cores e se nós sairmos daqui, hoje, um pouco mais africanos, que o mundo se prepare para se tornar um pouco mais brasileiro. Brasileirar será um novo verbo proferido com entusiasmo por todos e por todo planeta. Estejam certos a Copa do Brasil será uma celebração impecável e inesquecível. Todos os povos estão desde já convidados. Até 2014!

Portanto, o presidente, através de uma linguagem apropriada, segundo preceitos da Terceira Via, desenvolve com muita eficiência os fundamentos do consenso em torno das grandes competições, ainda mais se levarmos em consideração que a grande maioria dos trabalhadores brasileiros, por motivos distintos e complexos originados de sua condição de classe, são completamente impossibilitados de exercerem uma atividade cultural de forma espontânea e subsidiada em qualidade e quantidade pelo Estado.

Não obstante, esse consenso expressa um movimento mais amplo e uma forma a priori de se pensar o desenvolvimento político-econômico de uma nação que deve estar ancorada nos valores da “democracia” entendida e defendida pelo bloco dominante. Soma-se a isso o “respeito às diferenças” como harmonização dos conflitos de classe. Deste modo, o papel fundamental do Brasil, enquanto nação e sede da Copa, é de fortalecer as teses da “nova social-democracia”, que se transformou no grande norte

para o desenvolvimento de uma política-econômica definida para o século XXI em todo o mundo.

O Brasil pode cumprir bem o papel de pólo disseminador dos valores e da política definida pela social-democracia, posto que carrega pra si, segundo o olhar estratégico da dominação burguesa, grande “legitimidade” e “respeito”, devido ao aquecimento de sua economia, opção política e da trajetória política das direções a frente desse processo. O bloco no poder reconhece essa excelência:

Teremos a oportunidade de promover nossa cultura e diversidade quando a atenção de 30 bilhões de espectadores (audiência acumulada) estará voltada para nós. Um espaço gigantesco a ser preenchido de forma organizada para reafirmarmos a imagem de um país vibrante, democrático, e que dá passos largos em busca de um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável (In. BRASIL, 2011, s/d).

O último dessa série de eventos, entre aqueles que já foram realizados – Jogos Pan-americano – e aqueles que ainda serão, são os Jogos Olímpicos em 2016. Tal evento “representa a integração dos povos” do mundo inteiro⁶⁷.

O anúncio de que o Brasil seria a sede do evento ocorreu em 2 de outubro de 2009, na cidade de Copenhague, localizada na Dinamarca, depois de serem eliminadas as concorrentes: Chicago no EUA, Tóquio no Japão e Madri na Espanha. Essa conquista, amplamente comemorada pelas autoridades políticas, configurou uma das principais bandeiras de agitação política durante a candidatura da presidenta Dilma Rousseff⁶⁸.

Apesar de não ter sido um movimento espontâneo da população carioca, um evento, amplamente incentivado e mesmo financiado pelo bloco no poder, expressou a torcida do povo brasileiro pela sede do evento. No dia da votação, milhares de pessoas se concentraram na praia de Copacabana na cidade do Rio de Janeiro, local tido como cartão postal do Brasil. Na hora da confirmação de que o Brasil seria a sede das Olimpíadas, aconteceu uma “explosão de alegria” nas areias da praia.

⁶⁷ Apesar do anúncio de “integração”, sabe-se que pela natureza desse evento a participação fica restrita somente aos atletas mais experientes e detentores de *records*, ou seja, está longe de ser um espaço onde pessoas e culturas essencialmente diversificadas se confluem. Ainda mais se levarmos em consideração a rigidez e normatização das regras que determinam o esporte moderno em nível global.

⁶⁸ Dilma Rousseff do PT foi eleita presidenta do Brasil em 2010. Talvez ainda seja cedo para caracterização de seu governo, mas todas as evidências nos levam a acreditar numa continuidade, em essência, se comparado com o governo anterior, Lula da Silva.

Essas imagens foram transmitidas para o mundo inteiro e mexeu sobremaneira com o sentimento do povo brasileiro. Além disso, as imagens serviram para abafar as críticas de determinados setores inconformados de verem seu país - com índices de pobreza alarmante e uma falta crônica de condições de garantias de manutenção de direitos básicos para o conjunto da população - estabelecer como meta de desenvolvimento a realização dos jogos Olímpicos.

Outro dado importante é que as pessoas, em maior número, que se reuniram na praia de Copacabana são aquelas que mais sofrem com a política em curso e as que menos têm acesso à cultura esportiva. Normalmente, são moradores dos morros cariocas que, nos momentos de realização desses jogos, sofrem enorme repressão física, uma espécie de isolamento social, por parte do Estado. Os próprios preços praticados para a compra de ingressos que dão direito à permanência nos estádios onde ocorrem as disputas se encarregam desse afastamento. Deste modo, a única opção que sobra para esse público são as poltronas de seus lares, de onde podem acompanhar passivamente as propagandas dos produtos e subprodutos da indústria esportiva, assim como uma forma distante de suas realidades de se praticar as modalidades esportivas que dão forma a esse tipo de evento ⁶⁹.

Em síntese, a realização de grandes competições esportivas no Brasil não atende os anseios da classe trabalhadora, posto os diversos entraves que não permitem o acesso dessa classe as estruturas esportivas. Em consonância com a perpetuação desse quadro de determinações, que mantém uma política de privilégios para a elite esportiva, constrói-se o consenso - ainda que comporte contradições - entorno e em apoio os interesses da classe dominante.

⁶⁹ Antes e durante a realização dos Jogos Pan-americanos foi feita uma mega operação policial nos morros carioca para “conter a violência” na cidade, levando à morte de dezenas de jovens moradores dessas comunidades.

CONCLUSÃO

Os conceitos de “bloco no poder” e “bloco histórico”, relacionados nas obras de Antonio Gramsci, são fundamentais para a explicação da essência, da dinâmica e importância das constantes adequações que devem ser aplicadas no conjunto das relações sociais como métodos e ações objetivadas para (re) construir a hegemonia das forças historicamente dominantes e os padrões de acumulação de riqueza. Essas mudanças, visando a manutenção das classes sociais, são largamente impulsionadas pelas crises do modo vida/trabalho baseado nas relações capitalista de produção onde o econômico e o político não se dissociam, a não ser sobre os auspícios ideológicos da teoria liberal de Estado.

Nesse sentido, varias práticas institucionais pensadas e elaboradas no desenrolar da luta de classes – dentre elas as políticas sociais advindas da aparelhagem estatal - são introduzidas no seio da sociedade com intuito de diminuir o exercício direto da força e, ao mesmo tempo, potencializar a construção do consenso e a insistente tentativa de universalização dos valores dominantes.

Este estudo buscou demonstrar e analisar o processo de institucionalização do esporte no Estado brasileiro, do início do século XX até o momento atual, que culminou com a criação de uma pasta exclusiva para tratar o tema esporte na aparelhagem estatal - Ministério do Esporte. Buscou, também, captar a essência política dos processos e diretrizes advindos de Organismos Internacionais – prioritariamente UNESCO e ONU – que, juntos, determinaram, de acordo com os interesses dominantes, tanto a nível mundial quanto nacional, uma série de medidas, metas e objetivos que deram sustentação e organicidade ao desenvolvimento de uma cultura esportiva e uma Política Nacional de Esporte no Brasil contemporâneo, especialmente durante o governo Lula da Silva.

O método de análise – materialismo histórico – que deu sustentação para esse estudo nos condiciona a encarar os resultados da pesquisa dentro de uma assumida provisoriedade. Do mesmo modo, permite desvelar em relação às políticas públicas, aquilo que, por questões objetivas e subjetivas, acaba se configurando em falsas promessas, visando perpetuar as distorções sociais que funcionam como componente endógeno do desenvolvimento do modo vida/trabalho pautado nas relações capitalistas, ou seja, a impossibilidade da plena democracia, da igualdade e da liberdade, como fundamentos do sistema atual (WOOD, 2003; LOSURDO, 2006).

A primeira constatação desse estudo é que a institucionalização do esporte na aparelhagem estatal esteve ligada intrinsecamente com o desenvolvimento da política-econômica e por consequência com o industrialismo, durante o Brasil do século XX. Assumindo em cada governo um papel que coincidia com o pleno desenvolvimento daquilo que era julgado pela elite política, econômica e esportista, presentes na formação do estado brasileiro, como salutar, abrindo caminho para a estruturação de uma economia-política do esporte melhor reconhecida na contemporaneidade. Ou seja, o esporte foi atravessado pelos mesmos componentes históricos que marcaram o desenvolvimento do Estado brasileiro, inclusive, se comparado com outras nações, com traços tardios de estruturação (FERNANDES, 1975).

Com isso, não afirmamos que durante todo o processo de institucionalização do esporte no Brasil, não tenha havido formas contra-hegemônicas e resistentes de se vivenciar a cultura esportiva, a exemplo dos próprios enfrentamentos travados pelos trabalhadores durante todo o período de desenvolvimento do Estado ampliado brasileiro, ainda que as correlações de forças fossem – por mecanismos do próprio Estado - amplamente desfavoráveis. Contudo, pode-se afirmar que as grandes decisões, no Brasil, que envolveram dinâmica de recomposição das forças políticas e das formas de intervenção dos governos tiveram suas elaborações e aplicações “pelo alto”, ou seja, distante do acompanhamento e da ação direta dos setores populares (COUTINHO, 2006), mesmo que para isso fosse preciso a aplicação direta de extrema força e repressão.

A crise de hegemonia no início da década de 1980, muito em decorrência da forte crise mundial de 1970, teve como consequência, novas investidas do bloco no poder. Grande parte da elite política brasileira considerava que a medida de peso, para a superação da crise, seria colocar fim a política desenvolvimentista em curso, no Brasil, desde o início do século, desembocando numa profunda reforma administrativa do Estado na década de 1990.

Portanto, o caminho encontrado pelo bloco no poder foi aquele que estabeleceu reformar o neoliberalismo ortodoxo, desenvolvido em outros países – prioritariamente nos EUA, Chile, Inglaterra – e aplicá-lo no Brasil. Tal estratégia buscou adequar o tamanho e as ações da aparelhagem estatal – Estado gerencial -, estabelecer forte parceria com a sociedade civil na execução das políticas sociais, assim como, (re) definir, assimilar, criar e incorporar inúmeros organismos sociais a ordem do sistema.

Portanto, esse “novo” modelo neoliberal lapidado pelos preceitos da social-democracia e reconhecido pela alcunha de “Terceira Via” preservou os fundamentos do Estado liberal, adequando suas intervenções e criando estratégias mais eficazes para a reconstrução da hegemonia dominante. Pode se afirmar que essa nova adequação do Estado buscou, na prática, promover o consenso e a coesão social, visando a reprodução das relações sociais capitalistas que, segundo seus ideólogos, tornou-se a única forma de gerir a vida nesse início de século. Tais ações inserem e formatam uma “nova pedagogia da hegemonia” (NEVES, 2005), ancorada na ideologia do fim das classes sociais, levando a uma crença absurda, porém funcional, no fim da modernidade e conseqüentemente o fim da história e da luta de classes.

A partir disso, pode se destacar os governos Collor/Itamar como aqueles que, de fato, iniciam esses novos rumos da política-econômica brasileira, o governo FHC – 1995 a 2002 - como aquele que consolida esse tipo de intervenção do Estado e, por último, o governo Lula – 2003 a 2010 - como aquele que aprofunda tais relações.

Posto isso, o grande foco do nosso estudo se concentrou em analisar a composição de forças em torno do novo ministério dos esportes e ao mesmo tempo flagrar na Política Nacional de Esporte, desenvolvida pelo governo Lula, os fundamentos da “Nova Pedagogia da Hegemonia” que, por sua vez, está voltada para a formação e educação dos subalternos. Esses fundamentos estão alicerçados basicamente na “repolitização da política” e em movimentos refinados que apontam à construção de consensos, tudo isso objetivando o apassivamento da sociedade civil em lugar dos conflitos e embates de projetos de mundo distintos, tendo como fim a construção de uma nova sociabilidade (NEVES, 2005; FONTES, 1996).

O governo Lula foi eleito, em 2002, com enorme participação de frações da classe trabalhadora que acreditavam que um ex-operário metalúrgico pudesse, de fato, governar o país de modo a melhorar substancialmente suas vidas, através da ampliação de direitos e garantias no âmbito do Estado. Logo nos primeiros anos de mandato o anúncio, que já havia sido proferido por intelectuais e partido de esquerda, de que o governo Lula seguiria os preceitos neoliberais, dando continuidade aos ataques proferidos aos trabalhadores, foi ratificado nas diversas análises impetradas e relacionadas às ações do novo bloco no poder (COELHO, 2005; NEVES, 2005, 2010; DIAS, 2006; MARTINS, 2009; FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007), com relevo

para reforma da previdência e garantia, na íntegra, de acordos financeiros internacionais.

O presente estudo demonstrou que, também em relação às políticas públicas de esporte, não houve alteração de conteúdo, apesar da criação de um Ministério próprio para esse tema e dos anúncios do bloco no poder, de plena democratização do acesso à cultura esportiva pelo povo brasileiro. Contudo, pode-se afirmar que é no governo Lula que o esporte ganha maior notoriedade, mesmo que a essência dessa maior institucionalização não caminhe para elevar a quantidade e a qualidade dessas políticas, e nem tenha como ponto de partida a cultura esportiva como instrumento de emancipação. É verdade, também, que há um maior envolvimento da sociedade civil na execução e elaboração dessas políticas. Porém, essa última – elaboração – encontrou-se mediada por claras restrições e limitações. Essa afirmação ficou comprovada na análise das Conferências Nacionais de Esporte.

Voltando à Política Nacional de Esporte, aprovada pelo Conselho Nacional de Esporte, em 14 de junho de 2005, através da resolução número 5, essa teve como base, as resoluções da I Conferência e, também, o relatório da Força Tarefa entre Agências das Nações Unidas sobre o Esporte para o Desenvolvimento e a Paz, onde o esporte aparece de forma estratégica para o alcance das Metas de Desenvolvimento do Milênio (ONU, 2003).

Após ter analisando a referida resolução, podemos identificar três fundamentos principais que norteiam a Política Nacional de Esporte: a) O esporte insere os “excluídos” nas relações sociais; b) Os valores do esporte promovem coesão social e harmoniza os diferentes interesses, dando forma a uma cultura de paz; E por fim, c) O esporte estabelece bases densas para o desenvolvimento econômico da nação.

Deste modo, consolida-se uma espécie de tripé político – inclusão social, coesão social, desenvolvimento econômico - no qual se ancora a Política Nacional de Esporte no Brasil.

Baseado em Fontes (1996), afirmamos que a “exclusão social” na verdade significa “inclusão forçada” posto que os indivíduos que se encontram mais na periferia das relações sociais, também, guardam relações estruturais “benéficas” com a reprodução do modo vida/trabalho pautado nas relações capitalistas de produção. Portanto, apesar de estarem marginalmente inseridos, os supostamente excluídos fazem parte das relações sociais.

Também afirmamos, de diferentes formas, que a coesão social tornou-se, nesse início de século, um imperativo para se construir a força coletiva capaz de gerir a crise de hegemonia que se iniciou no século passado, mas que, aparentemente em menor proporção se arrasta nesse início de século, sem que tal força questione os aspectos contraditórios resultantes do embate capital-trabalho.

Mas o que se apresenta de novo na história do esporte brasileiro – pelo menos com essa proporção – é a possibilidade de lucro que diversas frações do capital passaram a vislumbrar com o incremento do esporte em solo brasileiro.

Sendo assim, o grande triunfo da Política Nacional de Esporte consiste em elevar os efeitos da dominação de classe através da cultura esportiva. Algo que se pôde constatar nas prioridades e nos objetivos dos programas esportivos desenvolvidos nas diversas secretarias do Ministério do Esporte, incluindo os grandes eventos esportivos que já foram ou serão realizados no Brasil.

Em síntese, a partir desse estudo foi possível afirmar que o Ministério do Esporte e a Política Nacional de Esporte são resultados de ações conflitantes, gestadas desde o início do século XX. Portanto, tanto o Ministério quanto suas ações são determinadas pelas relações de poder, estando inseridos dentro de um movimento mais amplo do bloco no poder, que visa educar para o consenso, prevenir as mobilizações dos trabalhadores – incluindo a política de assimilação das direções e organizações ligadas às pautas trabalhistas -, e reduzir os conflitos oriundos da relação capital-trabalho. Do mesmo modo, pode-se afirmar que esse movimento constitui e é constituído por um esquema de forças que tem suas determinações e centralidade advindas de organismos e projetos internacionais ligados às formas e forças imperialistas presentes no mundo nesse início de século.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. SADER, Emir, GENTILI, Pablo (orgs.) Pós-Neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático – 5ª ed. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p.9-23.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

BETTI, Mauro. *Educação Física e Sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991.

BOITO, Jr. *A burguesia no governo Lula*. In. *Crítica Marxista*, Rio de Janeiro, v.21, p.52-77, 2005.

BRACHT, Valter. *Sociologia Crítica do Esporte – Uma Introdução*, 3ªed.. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

CARVALHO, Carlos Eduardo. *O fracasso do Plano Collor: erros de execução ou de concepção?*. *Revista Economia*. Niterói, 2003 Vol.4, No.2, p.283-331.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: História que não se conta*. Campinas: Papirus, 1988.

CHAUÍ, Marilena. *O verdeamarelismo* In. *Brasil – mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2000.

COUTINHO, C. N, *O Estado brasileiro: Gênese, crise, alternativas* .In. LIMA, J. C. F, NEVES W. L. (Orgs.) *Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro. FIOCRUZ, 2006 p.173-2000.

_____ *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*, In. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 191-219.

COELHO, Eurelino Teixeira. *Uma esquerda para o capital : crise do marxismo e mudanças nos projetos políticos dos grupos dirigentes do PT (1979 -1998)*. 2005. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.

DELLA Fonte, Sandra S. LOUREIRO, Róbson. *A Ideologia da Saúde e a Educação Física*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 18 (2), janeiro de 1997.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos*. São Paulo, Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

DONALD Stewart Jr. *O que é liberalismo*. Instituto Liberal, Rio de Janeiro, 1988.

DOMENICO Losurdo, *Contra-História do Liberalismo* (Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2006, trad. Giovanni Semerano), publicado em italiano em 2005 como *Controistoria del Liberalismo*.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e Metamorfoses Estado e Industrialização no Brasil 1930-1960*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

DUMÉNIL, Gerard; LÉVY, Domeniqui. *O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana*. In: CHESNAIS, François (org.). *A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. Tradução de Rosa Maria Marques e Paulo Nakati. São Paulo: Boitempo, 2005, p.85-108.

FERNANDES, Florestan. *A sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes, 1980.

_____ *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

FERREIRA, Nilda Teves. *Cidadania: uma questão para a educação*. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1993.

FERREIRA, F. C. *Futebol de classe: a importância dos times de fábrica nos primeiros anos do século XX*. Revista digital – Buenos Aires – número 90, 2005.

FERREIRA, J. *Trabalhadores do Brasil o imaginário popular*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

FIORI, José Luís, *Os moedeiros falsos*. 5ª ed., Petrópolis RJ: Vozes, 1998.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. *A Economia Política do Governo Lula*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FONTES, Virgínia, *A Sociedade Civil no Brasil Contemporâneo: luta social e luta teórica na década de 1980*. In: LIMA, J. C. F, NEVES W. L. (Orgs.) Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro. FIOCRUZ, 2006 p.201-239.

_____. *Capitalismo, exclusões e inclusões forçada*. Revista Tempo, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º. 3, 1996, p. 34-58.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional*. In: Fazenda, Ivani (org). *Metodologia da pesquisa educacional*. São Paulo: Cortez. 1989.

FRIGOTTO, G. *Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito*. In: FRIGOTTO, G. (Org.) Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 25-34.

FRIGOTTO, G. *Educação e formação humana: ajuste neoconservador alternativa democrática*. In: GENTILI, P; SILVA, T. T. S (Org). Neoliberalismo, qualidade total e educação. Vozes, 1994, p. 31-92.

GEBARA, A. *História do Esporte - Novas Abordagens*. In: PRONI, M; LUCENA, R. Esporte história e sociedade. Campinas, Autores Associados, 2002. p. 5-29.

GENTILI, Pablo. *Educar para o desemprego a desintegração da promessa integradora*. In: Frigotto, Gaudêncio (org). Educação e Crise do trabalho: perspectivas de final de século. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. *Neoliberalismo e educação: manual do usuário*. In: SILVA, Tomaz Tadeu e GENTILI, Pablo (orgs.) Escola S.A. quem ganha e quem perde no mercado nacional do neoliberalismo. Brasília: CNTE, 1996.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. *Educação Física Progressista: A Pedagogia Crítico-Social dos Conteúdos e a Educação Física*. São Paulo: Loyola, 1992.

GIDDENS, Anthony. *Para além da esquerda e da direita. O futuro da política radical*. Tradução de Alvaro Hattner. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

_____. *A terceira via: Reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia*. Editora Record, 5ª Edição, Rio de Janeiro, 2005.

_____ *A terceira via e seus críticos*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOELLNER, S. V. *Mulher e esporte no Brasil: entre incentivos e interdições elas fazem história*. Revista Pensar a prática, Goiânia, v.8, no.1, p. 85-100, Jan./Jun. 2005.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____ (1917). *Indifferenti*, In: *Cittá Futura*, 11/feb./1917 (In: *Scritti Giovanili 1914-1918*. Torino: Einaudi, 1972). Tradução livre de Roberto Della Santa Barros. Cotejada com a versão de P. C. U. Cavalcanti (Convite à Leitura de Gramsci. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985) e conferida junto à tradução de C. N. Coutinho (Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004).

_____ Cadernos do Cárcere - Vol. 1: *Introdução ao Estudo da Filosofia*, edição organizada por Carlos Nelson Coutinho; co - edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira; RJ; Civilização Brasileira, 2000a.

_____ Cadernos do Cárcere - Vol 2 *Os Intelectuais; O Princípio Educativo*; edição organizada por Carlos Nelson Coutinho; co - edição Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira; RJ; Civilização Brasileira, 2000b.

_____ Cadernos do Cárcere. Vol.3. *Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Luiz Sergio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2007.

HOBBSAWM, E. J. *A Era dos Extremos, o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBBSAWM, E. J. *A Era dos Impérios (1875-1914)*. 3. ed. Trad. Sieni M. Campos e Yolanda S. de Toledo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEHER, Roberto. *O Bird e as Reformas Neoliberais na Educação*. PUC Viva Revista. nº 5, jun.1999.

LINHALES, M. A. *A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

MACHADO, L. *Politécnica, escola unitária e trabalho*. São Paulo, Cortez, 1989.

MARTINS, André Silva. *A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo*. Juiz de Fora: UFJF, 2009.

MARTINS, André Silva; LIMA, Katia Regina de Souza. *Pressupostos, Princípios e Estratégias*. In. NEVES, L. (org.) *A Nova Pedagogia da Hegemonia_ Estratégias do Capital para Educar o Consenso*. Coletivo de Estudos de Política Educacional, SP, Xamã, 2005, p.43-67.

MARTINS, André Silva. *Estratégias Burguesas de Obtenção do Consenso nos Anos de Neoliberalismo da Terceira Via*. . In. NEVES, L. (org.) *A Nova Pedagogia da Hegemonia_ Estratégias do Capital para Educar o Consenso*. Coletivo de Estudos de Política Educacional, SP, Xamã, 2005, p.127-174.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Ideologia Alemã*. São Paulo, Boitempo, 2007.

_____. *O Manifesto Comunista*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002

_____. *O Capital*. Livro 3 in: ROMERO, Daniel (org). *Marx sobre as crises econômicas no capitalismo*. São Paulo, Sundermann, 2009.

MELO, M. P; FALLEIROS I. *Reforma da Aparelhagem Estatal: Novas Estratégias de Legitimação social*. In. NEVES, L. (org.) *A Nova Pedagogia da Hegemonia_ Estratégias do Capital para Educar o Consenso*. Coletivo de Estudos de Política Educacional, SP, Xamã, 2005, p.173-192.

MELO, A. A. S. *Os organismos Internacionais na Condução de um Novo Bloco Histórico*. In. NEVES, L. (org.) *A Nova Pedagogia da Hegemonia_ Estratégias do Capital para Educar o Consenso*. Coletivo de Estudos de Política Educacional, SP, Xamã, 2005, p.69-82..

MELLO, João Manuel Cardoso de. *O capitalismo tardio*. 8ª ed. São Paulo, Brasiliense, 1991.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virginia Maria, *História do Brasil recente: 1964-1992*. Série Princípios, 4. ed., São Paulo: Ática, 2004.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*, São Paulo: Boitempo, 2004.

NEVES, L. M. W. *Educação e política no Brasil de hoje*. 4 ed, São Paulo, Cortez, 2005.

NEVES, L. M. W, *A sociedade civil como espaço estratégico de difusão da nova pedagogia da hegemonia*. In. NEVES, L. (org.) *A Nova Pedagogia da Hegemonia, Estratégias do Capital para Educar o Consenso*. Coletivo de Estudos de Política Educacional, SP, Xamã, 2005, p.85-125.

NEVES, L. M. W, e SANT'ANNA, R. *Introdução: Gramsci, o Estado Educador e a Nova Pedagogia da Hegemonia*. In. NEVES, L. (org.) *A Nova Pedagogia da Hegemonia, Estratégias do Capital para Educar o Consenso*. Coletivo de Estudos de Política Educacional, SP, Xamã, 2005, p.19-39..

NEVES, L. M. W.; PRONKO, M. A. *O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado*. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

PAULANI, Leda Maria. *O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses*. In: NEVES, Lúcia; LIMA, Júlio César. (Orgs.) *Fundamentos da Educação escolar do Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006, p. 67-105.

PEREIRA, Luiz Bresser. *A reforma do Estado nos 90: Lógica e mecanismos de controle*. Cadernos MARE, v.1, Brasília – DF, 1997a.

_____. *Organizações Sociais*. Cadernos MARE, v.2, Brasília – DF, 1997b.

PIO, Carlos, *A Estabilização Heterodoxa no Brasil: idéias e redes política*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol.16, São Paulo, junho de 2006.

PINA, L. D. *As ilusões do paradigma da inclusão na produção teórica da Educação Física*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009.

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

PRONI, M. W. *Brohm e a organização capitalista do esporte*. In: PRONI, M.W.; LUCENA, R.F. (orgs). *Esporte: história e sociedade*. Campinas, SP: Autores Associados, 2002. p.31-61.

SILVA, F. T. & COSTA, H. 2001. *Trabalhadores urbanos e populismo : um balanço dos estudos recentes*. In : FERREIRA, J. (org.). 2001. O populismo e sua história – debate e crítica. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, p.207 – 271.

SILVA, D. A. S. *Evolução Histórica da Legislação Esportiva Brasileira: do Estado Novo ao Século XXI*. In. Revista Brasileira de Educação Física, Esporte, Lazer e Dança. v3, n3, p.69-78, 2008.

SILVIA, A. M. *O esporte: da luta pela igualdade a perda da identidade*. Revista Brasileira de ciências do esporte, ijuí, v. 15 n. 04, pág 114 a 120. 1994.

SOARES, C. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Autores Associados, 1994.

SOARES, Carmem Lúcia et al. *Metodologia do ensino da Educação Física*. São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, D. A. *Futebol e resistência cultural no Primeiro Governo Vargas (1930 – 1945)*. <http://www.efdeportes.com/> Revista Digital - Buenos Aires - Año 14 - Nº 131 - Abril de 2009.

TOLEDO, F. A. *O Plano Nacional de Qualificação (PNQ) e a Formação da Mulher Trabalhadora*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2010.

TUBINO, M.J.G. *500 Anos de Legislação esportiva Brasileira: do Brasil Colônia ao Início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Shape, 2002.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

FONTES DOCUMENTAIS

BRASIL. <http://www.esporte.gov.br>. Acessado em 28 de janeiro de 2011.

_____ Texto básico dirigido a realização da I Conferência Nacional de Esporte. 2004a. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/teseFinal.pdf>. Acesso em: 20/03/2011.

_____ Documento final da I Conferência Nacional de Esporte. 2004b. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/conferencia1/documentoFinalVisualizacao.jsp>. Acessado em 15/03/2011.

_____ Política Nacional de Esporte: Resolução nº 05 do conselho Nacional do Esporte, aprovada em 14 de junho de 2005. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/textoVPoliticaNacionalEsporte180106.pdf>. Acessado em 20/03/2011.

_____ Coletânea de Textos: Texto básico para as etapas da II Conferência. 2006. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/conferencia2/textoBasico.jsp>. Acessado em: 15/03/2011.

_____ Coletânea Esporte e Lazer: Políticas de Estado (2.: 2009: Ministério do Esporte DF): Caderno II: Construindo o Sistema Nacional de Esporte e Lazer. Brasília: Ministério do Esporte, 2009a. 104 p

_____ Coletânea Esporte e Lazer: Políticas de Estado (2.: 2009: Ministério do Esporte DF): Caderno III: Desenvolvimento Institucional. Brasília: Ministério do Esporte, 2009b. 82 p.

_____ Texto básico dirigido a realização da III Conferência Nacional de Esporte. 2010. Disponível em: <http://www.esporte.gov.br/conferencianacional/arquivos/textoBasico.pdf>. Acesso em: 20/03/2011.

_____ Lei nº 6.251, de 8 de outubro de 1975. In: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=205630>. Acesso em: 20.02.2011.

_____ Lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941. In: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593>. Acesso em: 20.02.2011.

_____ Lei nº 8672, de 6 de julho de 1993. In: <http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1993/8672.htm>. Acesso em: 20.02.2011.

_____ Lei nº 9615, de 24 de março de 1998. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm. Acesso em: 20.02.2011.

_____ Lei nº 11438, de 29 de dezembro de 2006. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11438.htm Acesso em: 20.02.2011.

_____. CONSTITUIÇÃO FEDERAL (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº 1/92 a 56/2007 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94. Brasília: Senado Federal, 2011.

IPEA. Sistema de Indicadores de Percepção Social. 2010. In. URL: <http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 30/02/2011.

TAFFAREL, Celi N.Z; SANTOS Jr. *Como iludir o povo com o esporte para o público*. http://www.faced.ufba.br/rascunho_digital/ Acesso em 22 de abril de 2007.

NAÇÕES UNIDAS. *Esporte para o desenvolvimento e a paz: em direção à realização das metas de desenvolvimento do milênio*. Nações Unidas, 2003

UNESCO. *Declaração de Princípios sobre a Tolerância*. Paris, 1995.

UNESCO. *Encontro Internacional da Amizade*. França, 2001.

ANEXO 1



FIFA WORLD CUP
Brasil